

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Arqueologia



Dissertação de Mestrado

Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde:
da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade

Sandra Samira Tavares Miranda

Pelotas, 2016

Sandra Samira Tavares Miranda

Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde:
da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia com área de concentração em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M672a Miranda, Sandra Samira Tavares

Arqueologia da cidade velha, Cabo Verde : da
escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade /
Sandra Samira Tavares Miranda ; Jorge Eremites de
Oliveira, orientador ; Lúcio Menezes Fereira, coorientador.
— Pelotas, 2016.

181 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Cidade velha. 2. Arqueologia. 3. Património
arqueológico. 4. Etnografia. I. Oliveira, Jorge Eremites de,
orient. II. Fereira, Lúcio Menezes, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Sandra Samira Tavares Miranda

Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde: da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 18/04/2016.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Co-orientador)
Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas.

.....
Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle (Examinador interno)
Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Fabio Vergara Cerqueira (Examinador externo)
Doutor em Antropologia Social/Arqueologia Clássica pela Universidade de São Paulo.

Dedico este trabalho às memórias da minha mãe e da minha irmã,
Ermelinda Pereira e Maria Rosa Miranda.
Ao meu pai, Joaquim Miranda,
pelo apoio e incentivo nessa caminhada acadêmica.
À população da Cidade Velha.

Agradecimentos

Qualquer trabalho acadêmico requer o apoio e a colaboração de pessoas e instituições para poder avançar e ser concluído. Compartilho, neste espaço, os meus sinceros agradecimentos aos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento e para a conclusão desta pesquisa.

O curso de Mestrado e o presente trabalho foram realizados com o apoio do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Brasil. Sem o suporte financeiro fornecido por esse programa, não teriam existido condições econômicas para realizar o Mestrado. Nesse sentido, deixo o meu sincero obrigado ao CNPq, pela concessão da bolsa.

Agradeço à Prof^a. Dra. Gláucia Péclat por me apresentar o edital para a candidatura à bolsa do CNPq e por sugerir-me temas relacionados com Arqueologia, curso ao qual, de antemão, desejava ingressar.

Agradeço a todos os professores e funcionários que compõem o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em particular, ao meu orientador, o Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, por aceitar orientar-me desde a candidatura da bolsa, por dar-me constantes sugestões, por esclarecer minhas dúvidas e por revisar meus textos. Ao meu co-orientador, o Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, que sempre me levou a uma reflexão crítica profunda, particularmente sobre a área de Arqueologia da Escravidão, pela correção da escrita e pela atenção a detalhes importantes que se fazem presentes em trabalhos de cunho acadêmico.

Ao Prof. Dr. Cláudio Carle e Professora Dr. Loredana Ribeiro que participaram da banca da Qualificação, sugerindo outra direção ao trabalho, para qual consideravelmente solidificou o trabalho ora apresentado.

Aos meus colegas de curso, com quem, durante a parte curricular do Mestrado, pude discutir sobre questões arqueológicas e antropológicas. Graças a eles, consegui desenvolver conhecimentos em uma área na qual eu não tinha experiência em termos teóricos e práticos. Além disso, ajudaram-me a sociabilizar em um país que difere de Cabo Verde em alguns aspectos. Obrigada pela amizade.

Agradeço a Vanderlúcia e Raoni, que, carinhosamente e com muito amor, me receberam em sua residência nos dois primeiros meses da chegada ao Brasil e que me fizeram sentir em casa.

Aos meus colegas de casa, Darlan e Estelamaris, pelo bom relacionamento e pela boa convivência em um lar que nos acolheu e onde tivemos experiências significativas em vários aspectos das nossas vidas.

À população da Cidade Velha, em particular aos interlocutores da pesquisa, pelas ricas entrevistas que concederam. Particularmente, ao Francisco Moreira, por receber-me em sua casa para estudos e para discussões sobre a Cidade Velha, e por disponibilizar-me sua pequena biblioteca pessoal, na qual constam as principais referências sobre a Cidade Velha. Ao Albano dos Santos e a sua família, que me receberam em sua residência para descanso e com quem tive muitas conversas de caráter informal sobre a Cidade Velha, as quais foram importantes para o enriquecimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Nardi Sousa, pelas conversas de caráter informal e pela ajuda na melhor compreensão das maneiras que nos levam a ser críticos diante das questões histórico-sociais de Cabo Verde, a partir das perspectivas africanas.

Ao Prof. Dr. Carlos dos Anjos, ao Prof. Dr. Baltazar Neves e à Prof^a. Dra. Gláucia Péclat, pela leitura do trabalho e por sugestões que me fizeram repensar alguns aspectos e, logo, melhorar consideravelmente a organização do trabalho.

À Família África, grupo de estudantes africanos organizado em Pelotas, pelos frequentes encontros em que compartilhamos características tipicamente africanas e que nos ajudam a manter próximo o nosso querido continente, a África. Em particular, endereço um carinho especial ao Juncris, meu namorado, ao Adélio, ao Admilson e ao Pedro pela reciprocidade e pelo convívio amigável.

À minha família, pelo carinho e pelo incentivo. Ao meu pai, Joaquim Miranda, pelo apoio que sempre me insuflou na vida, e em particular, nos estudos. À Maria Miranda, esposa do meu pai, que sempre me deu coragem para prosseguir nos estudos. Ao meu sobrinho Djeison, pelo carinho. Aos meus irmãos, Natalino, Josefa, Edilson, Cenira, Patrícia, Loide, Maísa, Naici, Elvis, Eurico, Nildo, Jael, que sempre estiveram presentes mesmo a distância.

A todos que, de uma forma ou outra, me ajudaram durante esse percurso. Muito obrigada.

Resumo

MIRANDA, Sandra Samira Tavares. Arqueologia da Cidade Velha: Da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, área de concentração em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Cidade Velha conhecida anteriormente por Ribeira Grande de Santiago foi a primeira região do arquipélago de Cabo Verde em que aportaram os colonizadores portugueses. Trata-se de uma região que foi passagem obrigatória, pois constituía um dos vértices do tráfico transatlântico de africanos escravizados. Desse processo, resultaram memórias, representações e vestígios materiais muitos ligados à escravatura. Baseado nesse contexto, a região foi considerado em 2009, Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O objetivo dessa pesquisa é compreender a visão da população da Cidade Velha sobre ocupação colonial da região, a relação e os significados dos vestígios materiais que restaram dessa ocupação no seio quotidiano. Analisam-se, ainda, questões de natureza historiográfica relacionadas ao tema, bem como aspectos históricos e geográficos sobre o arquipélago de Cabo Verde. Nomeadamente, discute-se sobre uma possível ocupação do arquipélago anterior à dos europeus, e abordam-se as perspectivas coloniais que iniciaram a história de Cabo Verde a partir da colonização portuguesa e do tráfico de pessoas escravizados. Ainda, apresenta-se uma breve história das investigações arqueológicas realizadas no país, com base em relatórios das escavações. Da cultura material ligada à escravatura encontrada nas investigações arqueológicas, discute-se as situações desumanas em que se encontravam os escravizados no arquipélago como forma de desmistificar os ideais romantizadas que se tem sobre a escravatura no país. Por outro lado, apresenta-se materiais ligadas à materialidade negra, onde demonstra-se o escravizado não somente como um produto, como também agente. O método etnográfico utilizado durante o percurso em campo possibilitou compreender na contemporaneidade, os constantes discursos sobre o patrimônio cultural material, apresentados a partir da perspectiva local. A preservação desses registros é a herança cultural histórica para as futuras gerações de cabo-verdianos e constitui um grande desafio para as autoridades competentes e para a própria população local.

Palavras-chave: Cidade Velha; Arqueologia; Patrimônio arqueológico; Etnografia.

Abstract

MIRANDA, Sandra Samira Tavares. Archaeology of Cidade Velha: From slavery to the many voices in contemporary times. 2016. 181f. Dissertation (Masters in Anthropology, specialization in Archaeology) - Postgraduate Program in Anthropology, Institute of Human Sciences. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2016.

Cidade Velha formerly known as Ribeira Grande de Santiago was the first region of the Cape Verde archipelago that landed the Portuguese colonizers. This is a region that was an obligatory passage, as was one of the vertices of the transatlantic trade of enslaved Africans. From this process resulted memories, representations and materials traces greatly linked to slavery. Based on this context, the region was considered in 2009, World Heritage Site by United Nation for Education Science and Culture (UNESCO). The objective of this research is to understand the vision of the population of Cidade Velha about the colonial occupation of the region, the importance and significance of the material traces that remain of this occupation in everyday life. It also analyzes historiographical nature of issues related to the theme, as well as historical and geographical aspects of the archipelago of Cape Verde. In particular, It discusses about a possible occupation of the archipelago prior to the Europeans, and cover up the colonial perspectives that started the history of Cape Verde from the Portuguese colonization and trafficking of enslaved people. It also presents a brief history of archaeological investigations in the country, based on the excavation reports. From the material culture linked to slavery found in archaeological research, it discusses the inhuman conditions in which they were enslaved in the archipelago as a way to demystify the romanticized ideals we have of slavery in the country. On the other hand, presents materials related to black materiality, which demonstrates that the slaving not only as a product but also agent. The ethnographic method used during the field research enables to understand nowadays, constant discourses on cultural heritage material, presented from the local perspective. The preservation of these records is the historical cultural heritage for future generations of Cape Verdeans, and constitutes a major challenge for the authorities and the local population itself.

Keywords: Cidade Velha; Archeology; archaeological heritage; Ethnography

Lista de figuras

Figura 1	Primeiros contatos com interlocutores	29
Figura 2	Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha.....	53
Figura 3	Principais edifícios históricos da Cidade Velha	61
Figura 4	Cerâmica.....	64
Figura 5	Sítio histórico da Cidade Velha, Patrimônio Mundial.....	64
Figura 6	Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e lápides no interior das estruturas	68
Figura 7	Hospital da Misericórdia, estado atual.....	70
Figura 8	Companhia do Grão-Pará e Maranhão	71
Figura 9	Estruturas antigas	72
Figura 10	Balas de canhão.....	72
Figura 11	Algemas	72
Figura 12	Ilha de São Vicente, Salamansa	78
Figura 13	Concheiro de Salamansa.....	78
Figura 14	Pelourinho em ruínas	90
Figura 15	Pelourinho da Cidade Velha, estado atual	93
Figura 16	Representações artísticas do Pelourinho.....	94
Figura 17	Contas de coral azul e branco.....	98
Figura 18	O arquipélago de Cabo Verde: Rota do tráfico negreiro	103
Figura 19	Panos de terra	113
Figura 20	Corrente de ferro	119
Figura 21	Objetos para aprisionar os escravizados, pelo pescoço e pelos pés ..	120
Figura 22	Manilha de bronze.....	121
Figura 23	Algemas: estado atual do artefato.....	121
Figura 24	Cachimbo africanos.....	122
Figura 25	Crucifixos	123
Figura 26	Cidade Velha.....	141
Figura 27	Casas com coberturas de telhas vermelhas	144
Figura 28	Painéis	146
Figura 29	Painel do Hospital/Igreja de Misericórdia	147
Figura 30	Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Conceição.....	149
Figura 31	Igreja da Nossa Senhora do Rosário	150

Figura 32	Imagem antiga da Sé Catedral.....	150
Figura 33	Estado atual do monumento	151
Figura 34	Fortaleza Real de São Filipe	153
Figura 35	Convento de São Francisco	154
Figura 36	Diploma da Cidade Velha como Patrimônio da Humanidade.....	156
Figura 37	O modelo de casas de estilos tradicionais	159
Figura 38	Pavimento original de uma estrutura antiga, existente num quintal de uma casa.....	161

Lista de mapas

Mapa 1	Arquipélago de Cabo Verde	46
Mapa 2	Cidade Velha, ilha de Santiago	54
Mapa 3	Restauração e escavação dos monumentos históricos em Cidade Velha, Cabo Verde	74
Mapa 4	Mapa antigo da Cidade Velha	155

Lista de abreviaturas e siglas

AECID	Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COORD	Coordenação
HCCV	História Concisa de Cabo Verde
HGCV	História Geral de Cabo Verde
IPC	Instituto do Patrimônio Cultural
IIPC	Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural
LÂMINA	Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
SAB-SUL	Sociedade Brasileira de Arqueologia: Núcleo Regional Sul
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
UNICV	Universidade de Cabo Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. BREVE HISTÓRIA DE CABO VERDE E DA ARQUEOLOGIA NO ARQUIPÉLAGO.....	31
1.1. Considerações Iniciais	31
1.2. Aspectos histórico-geográficos	44
1.3. Aspectos históricos e sociais da antiga Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha (1460-1769).....	53
1.4. Pesquisas arqueológicas no Sítio Histórico da Cidade Velha, ilha de Santiago.....	57
1.5. Arqueologia em Alcatrazes e Trindade (ilha de Santiago)	75
1.6. Arqueologia em Salamansa (ilha de São Vicente)	77
1.7. Arqueologia Subaquática em Cabo Verde	80
1.8. Considerações finais.....	81
2. POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO DE CIDADE VELHA	85
2.1. Considerações Iniciais	85
2.2. O surgimento da Arqueologia Histórica e os estudos sobre Arqueologia da Escravidão.....	86
2.3. Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, no sistema de colonização portuguesa.....	100
2.4. Povos e culturas da África continental em Cabo Verde.	103
2.4.1. Contatos entre europeus e africanos no arquipélago.....	109
2.5. Síntese histórica da escravatura em Cabo Verde: do surgimento à abolição.....	112
2.6. A escravidão na Cidade Velha vista através da cultura material...	117

2.7. Arqueologia da Diáspora Africana em Cabo Verde: propostas para estudos iniciais	124
2.8. Considerações finais.....	127
3. O PERCURSO EM CAMPO: ANALOGIA ENTRE O PASSADO ARQUEOLÓGICO E O PRESENTE ETNOGRÁFICO.....	128
3.1. Considerações Iniciais	128
3.1.1. O percurso etnográfico	131
3.2. Cidade Velha: arqueologia e heranças materiais	136
3.3. Monumentos históricos e seus significados no contexto cabo-verdiano.....	146
3.3.1. Igreja Nossa Senhora da Conceição	148
3.3.2. Igreja da Nossa Senhora do Rosário	149
3.3.3. Sé Catedral	150
3.3.4. Igreja/Hospital de Misericórdia	151
3.3.5. Fortaleza Real de São Filipe	151
3.3.6. Pelourinho	153
3.3.7. Convento de São Francisco	154
3.4. Visão contemporânea sobre a Cidade Velha enquanto Patrimônio da Humanidade	155
3.5. Relação da população local com a Cidade Velha enquanto Sítio Arqueológico e Patrimônio da Humanidade.....	160
3.6. Considerações finais.....	162
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICE	179
ANEXO	180

INTRODUÇÃO

A Arqueologia é um campo do conhecimento científico que estuda os coletivos humanos no tempo e no espaço, sobretudo, no que concerne a sua cultura material, incluindo diferentes aspectos que caracterizam a vida cotidiana e as maneiras de pensar na sociedade (EREMITES DE OLIVEIRA, 2008, p.22). Através das pesquisas arqueológicas, podemos suscitar discussões sobre o passado dos seres humanos. Essas investigações são uma ferramenta para o conhecimento de tempos pretéritos, e, por meio delas, contribuir-se para o entendimento da trajetória da humanidade, desde suas origens até o tempo presente.

O trabalho intitulado *Arqueologia da Cidade Velha, Cabo Verde: Da escravidão às múltiplas vozes na contemporaneidade* foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na área de concentração em Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas (UFPeI).

Numa interface entre Antropologia e Arqueologia, esta pesquisa tem, por objetivo principal, compreender a visão histórica da população da Cidade Velha sobre a ocupação colonial da região, enfatizando os vestígios que resultaram desse processo. Tais objetos constituem hoje o patrimônio arqueológico da cidade, que foi considerada Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2009. Como objetivos específicos, discorre-se acerca das perspectivas coloniais que inicia a história de Cabo Verde a partir da colonização e das perspectivas africanas que problematizam essa concepção. Estas sugerem, por exemplo, uma possível ocupação anterior aos europeus por povos vizinhos da África continental. A partir dessa abordagem, busca-se situar o lugar da Arqueologia nessa discussão e mostrar que a discussão sobre a primazia humana, africana ou europeia, no arquipélago é uma das principais razões para um conflito da identidade ainda hoje um problema no país. Propõe-se também reconhecer que a Cidade Velha pode representar a expressão da Arqueologia da Escravidão, uma vez vista a partir da cultura material que remete à escravatura.

Os constantes discursos que permeiam as relações entre a população da Cidade Velha e o patrimônio arqueológico da região merecem atenção específica e devem ser estudados. Nesse âmbito, desenvolveu-se o presente trabalho, tendo,

como campo de estudo, a Cidade Velha, localizada a 15 quilómetros a oeste da capital do país, Praia.

Em Cabo Verde, o campo de Arqueologia é ainda muito novo, embora algumas investigações arqueológicas de pequeno porte tenham iniciado em 1960. Esses trabalhos consistiram em restaurar e reabilitar monumentos históricos em ruínas, construídos durante o período colonial (FERNANDES, s/d). Desse processo, resultaram vestígios, muitos relacionados à escravidão, que levam a discutir sobre os acontecimentos marcantes durante o período colonial na Cidade Velha, especificamente sobre a escravidão. Uma das prioridades dessa pesquisa, assim, é entender e contextualizar o registro arqueológico, de acordo com o processo histórico ocorrido na antiga Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha. Atenta-se, sobretudo, para a população local, que atribui significados próprios à Cidade Velha, a partir de uma visão histórica da região.

Esta pesquisa procura também contribuir para o preenchimento de lacunas historiográficas que existem no campo de arqueologia em Cabo Verde. Para tanto, há duas abordagens que se adotam: a primeira é a da Arqueologia Etnográfica, voltada ao registro arqueológico (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; BEZERRA, 2011); a segunda, a da Arqueologia da Escravidão, dedicada ao estudo da cultura material que remete à escravidão (FERREIRA, 2009a). Estudar a história do passado colonial da Cidade Velha a partir da Arqueologia Etnográfica implica necessariamente destacar os vestígios materiais ligadas à escravidão existentes na região. Desse modo, aborda-se a importância do campo da Arqueologia da Escravidão nesse estudo.

Estudar essa temática e promover maior atenção às questões inerentes à Cidade Velha constitui o eixo deste trabalho. É fundamental, nesse sentido, que tais investigações sejam realizadas, sejam acompanhadas e sejam orientadas também por cabo-verdianos. Contrariamente, até o presente momento, todas as escavações arqueológicas realizadas em Cabo Verde têm sido dirigidas por universidades estrangeiras, em cooperação com o governo de Cabo Verde, representado pelo Instituto do Patrimônio Cultural (IPC).

As investigações arqueológicas feitas em Cabo Verde, embora envolvam a reabilitação e as restaurações dos monumentos históricos coloniais, buscam estudar uma fase da história do país, partindo da cultura material.

No que diz respeito à escrita histórica do continente africano, o término da Segunda Guerra Mundial e a independência de muitos países da África iniciada nos anos de 1950 impulsionaram os africanos à “necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades” (GIORDANI, 1993, p.08). A partir desse período, o interesse pelo estudo da história da África emergiu não só da iniciativa dos africanos, mas também de uma ideia lançada em 1966 por parte da UNESCO: elaborar uma História Geral da África. Foi assim que, em 1969, deu-se início a trabalhos pioneiros (GIORDANI, 1993).

No caso de Cabo Verde, após sua independência em 1975, período ainda bastante recente, surgiram vários investigadores que escreveram sobre a história do país. Contudo, antes desse período, já havia publicações sobre Cabo Verde que ressaltavam aspectos histórico-sociais do país. Temos, como exemplos, *As ilhas de Cabo Verde no princípio do século XIX*, do autor Orlando Ribeiro (1956); *Monumenta Missionária Africana*, do Padre António Brásio (1958; 1963; 1964; 1968); *Santiago de Cabo Verde* de Ilídio Amaral (1964). Mais recentemente, destaca-se *História Geral de Cabo Verde*, uma publicação em três volumes (1991; 1995; 2001) coordenada por Luís de Albuquerque e Maria Emília Santos. Nela, abrangem-se estudos desde o período da chegada dos europeus às ilhas (1460) até o século XVIII, deixando por concluir os séculos XIX e XX. Ainda, podem-se citar as obras do historiador António Carreira e, em especial, a recente pesquisa intitulada *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (2000) e *Subsídios para a História de Cabo Verde e de Guiné*, do historiador Cristiano José de Senna Barcelos (2003).

Os trabalhos supramencionados apresentam relevantes contribuições para o enriquecimento da historiografia cabo-verdiana, e, em específico, para o período colonial da história de Cabo Verde.

Assim, a história de Cabo Verde começou a ser (re) escrita, baseada em fontes existentes: os arquivos que se encontram nas bibliotecas (públicas e particulares) portuguesas, espanholas e cabo-verdianas (Arquivo Histórico Nacional, Biblioteca Nacional). Nesses registros, muitas temáticas foram abordadas, principalmente, aspectos sociais, econômicos e religiosos do passado histórico do país.

Atualmente, nas universidades, surgem as histórias temáticas e específicas de jovens pesquisadores que, cada vez mais, dedicam-se à produção de novos conhecimentos, tanto em áreas das Ciências Sociais e Humanas como em áreas

das Ciências Exatas. Não obstante, mesmo assim, o estudo em Arqueologia apresenta-se como um campo a explorar-se no país. Note-se, por exemplo, que não há cursos dedicados a essa área em Cabo Verde, nem muito menos laboratórios especializados para analisar vestígios arqueológicos. Dessa maneira, resta somente a possibilidade de enviar os achados para o exterior, a fim de realizar tais análises. Por esse motivo, dá-se pouca importância às fontes arqueológicas e priorizam-se as fontes escritas coloniais ao tratar da história de Cabo Verde.

A história de Cabo Verde foi encarada, até pouco tempo atrás, apenas numa perspectiva eurocêntrica, uma vez que a independência do país e o consequente fim do processo de colonização são recentes. Ademais, a ênfase dava-se de acordo com a importância do país, particularmente, em torno do pequeno porto da antiga Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, no contexto da expansão marítima e comercial europeia entre o fim do século XV e a segunda metade do século XVI.

Durante a minha trajetória acadêmica, desde muito cedo, sobretudo nos 5º e 6º anos do ensino primário, a escola fazia visitas de estudos à Cidade Velha. A cidade é considerada oficialmente o berço da nação cabo-verdiana¹, quando a perspectiva é de que em Cidade Velha, em 1462, teria sido a região da primeira ocupação humana no arquipélago (PEREIRA, 2009, p.53-58). A finalidade das visitas era mostrar aos alunos a importância daquela urbe, como espaço da afirmação da identidade cabo-verdiana.

Durante a minha graduação em História, na Universidade de Cabo Verde (2009-2013), tive a oportunidade de realizar a disciplina *Introdução à Arqueologia*, ministrada pelo Professor José Évora, no primeiro semestre do curso. No decorrer da disciplina, houve visitas de estudos à Cidade Velha, onde está presente o patrimônio arqueológico colonial mais preservado no arquipélago. Muitas observações foram feitas aos alunos sobre a necessidade de preservação do sítio Histórico da Cidade Velha, recém-elevado a Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 2009. O alerta levou-nos à reflexão de alguns aspectos muito importantes. Um deles refere-se ao significado que a Cidade Velha, como Patrimônio da Humanidade, representa para a população local e para a comunidade

¹ Esta perspectiva é apoiada, principalmente, pelo governo da República de Cabo Verde. Tal concepção também é ensinada nas escolas, tanto no ensino primário como no secundário, e nas universidades.

cabo-verdiana. Tenho a sensação de que foi exatamente nesse período que surgiu meu interesse pela Arqueologia.

No entanto, pelo reduzido tempo de uma matéria de caráter semestral, somente foi possível fazer uma breve contextualização teórica geral sobre o campo da Arqueologia. De um modo geral, estudamos o conceito da Arqueologia, os objetivos, as metodologias e as técnicas utilizadas em escavações, bem como a finalidade da disciplina. A base teórica introdutória que obtive durante esse período de estudos, não obstante, suscitou em mim o interesse por alcançar maiores conhecimentos no campo da Arqueologia.

O entrave foi que nenhuma das universidades cabo-verdianas oferece cursos de Arqueologia, nem para a Graduação nem para a Pós-Graduação. Nessa circunstância, uma vez graduada, elaborei um projeto sobre Arqueologia, envolvendo Cidade Velha, como espaço de estudo. Candidatei-me, assim, ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na área de concentração em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Com efeito, logo em seguida, consegui uma vaga na universidade e uma bolsa de estudos do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ingressei no Mestrado em abril de 2014 e, desse modo, tive a oportunidade de obter conhecimentos teóricos e práticos sobre o campo da Arqueologia e de dar continuidade ao meu projeto de pesquisa.

O componente curricular do Mestrado foi de capital importância para a minha inserção na área da Arqueologia, e, respectivamente no trabalho de campo na Cidade Velha, entre junho e julho de 2015. Por ser uma primeira experiência, houve algumas dificuldades, todas decorrentes da situação de iniciante em trabalhos de campo. As discussões levadas a cabo durante a parte curricular do Mestrado propiciaram-me conhecimentos nas áreas da Arqueologia e da Antropologia Social, os quais me auxiliaram, de uma maneira direta, no trabalho de campo, e, respectivamente na presente pesquisa.

As discussões acerca da epistemologia da arqueologia enfatizam a história do pensamento arqueológico e as suas principais correntes teóricas (cf. TRIGGER, 2011), assim como as relações entre cultura material e sociedade (cf. EWBSTER, 2008; WATSON, 2008; SHANKS, 2008; DEBARY, 2010; GOSDEN, 2005). Por sua vez, os estudos sobre arqueologia contemporânea, abordam os conceitos de cultura,

natureza e sociedade na Antropologia e na Arqueologia e discutem seus desdobramentos e intersecções com os temas da ação coletiva, da materialidade e das temporalidades (BINFORD, 1973, 1980; WATSON, 1995; FLANNERRY, 1980; VIVEIROS DE CASTRO, 2005; LATOUR, 2006; WAGNER, 2012). Todos esses temas abordados durante o percurso curricular contribuíram consideravelmente para o enriquecimento teórico da pesquisa. Houve, ainda, outros tópicos que pautavam para a preparação ou aperfeiçoamento para as diferentes etapas do trabalho de campo (cf. RENFREW; BAHN, 1998; BEZZERRA, 2011; MORAES, 2012; FERREIRA, 2013), assim como, a capacidade de interpretação da cultura material que evidencia objetos como suportes da identidade e da memória de um grupo (cf. VIGOTSKI, 2003; BARTH, 1998; SAHLINS, 2003; LEVI-STRAUSS, 2000; GEERTZ, 2008). Cabe mencionar ainda, as discussões desenvolvidas sobre os trâmites embrionários que contribuíram para a institucionalização/formação da Arqueologia Histórica nos Estados Unidos, no século XX (cf. HUME, 1969; SOUTH, 1977; DEAGAN, 2008; FUNARI et al, 1999; ORSER, 2010). Essa gama de bases teóricas possibilitou refletir, de uma maneira mais ampla, sobre as investigações arqueológicas em Cabo Verde, partindo de investigações arqueológicas realizadas em vários países, principalmente no Brasil.

A participação em eventos e trabalhos de campo e a presença em laboratórios também foram essenciais para amadurecer nesse percurso acadêmico. Comparecer ao XVI Encontro de Pós-Graduação, realizado pela UFPel, entre os dias 08 e 12 de setembro de 2014, ajudou-me na exposição da proposta inicial do projeto submetido para a candidatura ao Mestrado. As observações feitas pelos membros da banca do evento proporcionaram-me ideias sobre a colocação dos acervos arqueológicos no centro das discussões do trabalho, amadurecendo ideias até aquele momento recém-formadas. Em seguida, na IX Reunião da Sociedade Brasileira de Arqueologia – Núcleo Regional Sul (SAB-Sul), realizada entre 14 e 17 de outubro de 2014, apresentei oralmente um trabalho no simpósio intitulado *Curadoria Arqueológica: Práticas e Experiências Institucionais*. A experiência trouxe-me conhecimentos relativos à curadoria de acervos arqueológicos, que envolve a proteção e a valorização do patrimônio arqueológico.

A minha primeira participação numa escavação arqueológica ocorreu em dezembro de 2014, nos Cerritos da Lagoa do Fragata, em Pelotas (RS). A escavação estava inserida no âmbito do projeto *Arqueologia e História indígena do*

Pampa: estudo das populações pré-coloniais na bacia hidrográfica da laguna dos Patos e Lagoa Mirim, sob a coordenação do Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira da UFPel. Esse momento tornou possível acompanhar *in loco* as práticas, as metodologias e as técnicas que se aplicam numa escavação arqueológica.

Cabe mencionar também a participação que tive como estagiária no Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA), sob a coordenação do Prof. Dr. Jaime Mujica Salles e do Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira, ambos da UFPel. O LÂMINA propiciou-me experiências, principalmente, no que diz respeito às metodologias aplicadas para a curadoria dos acervos arqueológicos. Pude, ainda, conhecer os acervos do laboratório, que englobam vários tipos de cerâmicas de origens africanas e indígenas, ossos de animais e materiais metálicos. Em suma, o LÂMINA ampliou meus conhecimentos sobre os diversos e diferentes artefatos que é possível obter nas escavações arqueológicas. Todas essas atividades trouxeram experiências que solidificaram a minha formação acadêmica e que ajudaram a amadurecer a pesquisa ora apresentado.

O presente trabalho organiza-se em três capítulos. O primeiro aborda-se sobre o enquadramento histórico-social de Cabo Verde, e apresenta um breve panorama sobre as pesquisas arqueológicas no arquipélago. Especificamente, trata-se sobre as investigações arqueológicas desenvolvidas na Cidade Velha, em Alcatrazes, em Trindade (todas na ilha de Santiago) e em Salamansa (na ilha de São Vicente). Com maior incidência, abordam-se sobre as escavações na Cidade Velha, o campo de estudo deste trabalho, onde houve o maior número das intervenções arqueológicas no país.

É fundamental, num trabalho acadêmico que trata do arquipélago de Cabo Verde, fazer uma apresentação histórico-geográfica do mesmo. Elencar discussões sobre uma possível ocupação do arquipélago anterior aos europeus, a partir dos documentos escritos, torna-se difícil, devido à dificuldade de acesso à documentação primária que retratam sobre o assunto. Desta forma, recorreu-se às pesquisas e análises de conteúdos já retratados pelos historiadores cabo-verdianos sobre o assunto, tecendo algumas reflexões, propondo nesse particular situar a importância da arqueologia nessa discussão. O ano de 1460 é a data reconhecida oficialmente como início da história de Cabo Verde (ALBUQUERQUE, 2001, p. 39). Todavia, é possível que tenha havido ocupações antes da chegada dos europeus no século XV. Trabalhamos com algumas hipóteses que no decorrer do primeiro

capítulo serão esmiuçadas, com base em cruzamento de conteúdos, que vêm sendo trabalhadas por investigadores cabo-verdianos, construindo-se assim uma argumentação nossa.

A maioria dos trabalhos relacionados com o arquipélago de Cabo Verde apresenta-se na parte introdutória das mesmas discussões, à volta de um possível conhecimento do arquipélago antes da chegada dos europeus por outros povos de países africanos e possivelmente de árabes. Desencontros e discordâncias de informações marcam essas discussões, e não existe consenso sobre o assunto. Certos pesquisadores se apoiam em algumas fontes para fundamentar as suas discussões. Jaime Cortesão, por exemplo, menciona que Ibn Said, geógrafo árabe, ao elaborar o que hoje é conhecido por mapa-mundi, fazia referência, em 1282, aos habitantes das ilhas de Cabo Verde. Outras referências como os mapas que acompanharam obra de Edrisi figuravam algumas ilhas e segundo Cortesão, a partir das coordenadas indicadas nos mapas, pode ser a atual ilha do Sal (CORTESÃO 2º vol. apud MONIZ, 2007, p.40). Desse modo, sublinha-se nesse particular, que a geografia árabe do período medieval pode contribuir para compreender a história mais antiga de Cabo Verde.

Essa discussão, apesar de ter sido muito abordada, não se estudou a partir da Arqueologia. Nessa pesquisa trabalha-se com a hipótese de que a proximidade do arquipélago a uma distância de 500 km da África continental seria estranha o arquipélago ser conhecido e ocupado somente no século XV. Por outro lado, sendo a África o berço dos seres humanos na terra, o arquipélago fazendo parte do continente, foi conhecido e ocupado depois das Américas, o último a ser povoado? Tais hipóteses não são descabidas diante dos aspectos supracitados.

Em outros países da África, por exemplo, em Zimbábue, as pesquisas arqueológicas, especificamente por meio de datações do Carbono 14, demonstraram que os africanos fixaram ali por volta do ano 300 d.C. Na Guiné, Mauritânia, Gana e Senegal as investigações arqueológicas apontaram para uma ocupação muito antiga (GIORDANI, 1993, p.29).

No Brasil, os estudos sobre o período pré-colonização a partir da cultura material têm fomentado discussões que acentua e comprovam as hipóteses de uma contínua e complexa ocupação indígena em várias partes do país antes da chegada dos portugueses (FUNARI, 2001; EREMITES DE OLIVEIRA, 2012). Funari (2001, p.16-19), por exemplo, a partir do estudo de artefatos, nomeadamente pedras, e

pinturas gravadas em abrigos sob rocha datadas de 10 mil anos, demonstrou uma ocupação indígena muito antigo. Na parte Sul do país, por exemplo, a ocupação mais antiga data-se 12.000 anos ou mais, período estudado do grosso modo (NOELLI, 2000).

Dessa maneira, no caso de Cabo Verde, futuras pesquisas arqueológicas podem dar maior atenção a esse tópico de investigação muito discutido na historiografia cabo-verdiana (cf. CARREIRA, 2000; BARCELOS, 2003; ALBUQUERQUE, 2001, p.23-39). Até o presente momento, fornecer evidências de uma possível ocupação humana no arquipélago de Cabo Verde antes da chegada dos europeus, porém, não é uma tarefa fácil, sobretudo, quando existe uma deficiência das pesquisas arqueológicas que dê maior atenção a esse aspecto.

O tema é abordado desde o fim do século XVIII, com uma base bibliográfica elementar, suscitando várias investigações (CARREIRA, 2000, p.291). Com base nisso, a discussão feita no primeiro capítulo procura problematizar as perspectivas de que a história de Cabo Verde inicia a partir da colonização e demonstrar que a Arqueologia, um meio para qual estuda o passado de uma sociedade, tem um papel importante nesses esclarecimentos. Aliás, as narrativas sobre o contexto da chegada dos portugueses no arquipélago, e quem teria sido o primeiro a pisar nas ilhas, são rodeadas de estereótipo.

Falar da história da Arqueologia em Cabo Verde implica destacar as discussões historiográficas a elas associadas até o momento. É o que Eremites de Oliveira (2008, p.23) chama de “historiografia arqueológica”. Para tratar da Arqueologia em Cabo Verde, usam-se, basicamente, relatórios de escavações preliminares e alguns artigos que referenciam escavações arqueológicas, tendo em vista a escassez de trabalhos sobre a história da Arqueologia em Cabo Verde. Embora eu nunca tenha participado das escavações arqueológicas realizadas no país, como acadêmica na área de Arqueologia, sinto a necessidade de abordar a questão da historiografia arqueológica no país. É importante sublinhar que os trabalhos nessa área do conhecimento são escassos. Reúnem-se aqui informações dispersas consignadas em artigos, revistas, jornais e relatórios das escavações num único texto, tecendo reflexões, abordando os problemas e as potencialidades do rico patrimônio arqueológico de Cabo Verde.

Sobre as escavações arqueológicas na Cidade Velha serviram como base teórica, os relatórios sobre as escavações divididos em três sessões (EVANS; STIG

SORENSEN, 2006; 2007; 2010), tendo como título *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations*. Recorreu-se também ao artigo de Richter (2011) que aborda algumas questões sobre as pesquisas arqueológicas na Cidade Velha; ao artigo de Fernandes (s/d) intitulado *O património arqueológico no solo Urbano: o caso Cidade Velha, Património da Humanidade*; e à recente publicação de Évora (2015) *O Futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras reflexões sobre a história e o Património das ilhas*. Nesse último trabalho, tratam-se questões sobre o património arqueológico no país e fornecem-se sugestões para futuras pesquisas arqueológicas em Cabo Verde. São essas as bases teóricas que dão o panorama presente neste trabalho sobre as escavações arqueológicas em Cidade Velha, e de Cabo Verde no geral.

A ideia que se tem, de um modo geral, é que as escavações arqueológicas em Cidade Velha, de certo modo, determina o período da primeira ocupação humana no arquipélago. Essa concepção é vista na elevada preocupação em preservar o património cultural da Cidade Velha, a partir da arqueologia, como símbolo da identidade cabo-verdiana.

As escavações arqueológicas em Trindade e em Alcatrazes, na ilha de Santiago, foram de pequeno porte, restringindo-se somente a duas capelas coloniais: a de Alcatrazes foi construída no fim do século XV (PIRES, 2007, p.36) e a de Trindade no século XVI. O objetivo principal dessas intervenções era a restauração e a reabilitação do património histórico colonial em ruínas. Basicamente, usaram-se os relatórios das escavações de carácter informal não publicado, cedidos por Francisco Moreira, Fiscal do Património Cultural da Cidade Velha. Ainda, teve-se acesso a outras informações sobre a ocupação colonial nessas duas regiões, escritas em documentos sobre a história de Cabo Verde (PIRES, 2007).

Sobre as escavações em Salamansa, na ilha de São Vicente, os artigos de Cardoso e Soares (2002; 2010) *O Concheiro de Salamansa (ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar* e, *A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde)*, proporcionaram informações relativas às escavações na região. Além disso, serviram de apoio três publicações da revista *A Semana*, datadas em 1998: *Vestígios de ocupação antiga em Salamansa*, *Estação arqueológica de potencial interesse histórico* e *Vestígios de vida pré-europeia reabrem discussão sobre história de Cabo Verde*. Na mesma revista supracitada, coube mais uma publicação, *Resultados laboratoriais não*

demoram muito, devido à preocupação em determinar a idade do referido concheiro. Ainda destaca a publicação numa revista Portuguesa *Público* a respeito do Concheiro, intitulado *O mistério de Salamansa* (1998) retratando do mesmo assunto (CARDOSO & SOARES, 2010).

Há outros artigos publicados em revistas sobre o patrimônio arqueológico de Cabo Verde (SILVA, 2002; FREIRE, 1993) que propõem sugestões para os subcampos de arqueologia, as quais devem ser consideradas no contexto cabo-verdiano (GUIMARÃES, 2001) e, especificamente, da Cidade Velha (AMARO, 1990; FERNANDES, s/d). Essas referências foram de suma importância para o conhecimento geral sobre o estado das investigações arqueológicas desencadeadas no país, principalmente, a partir da década de 1990.

Os trabalhos supramencionados contêm informações relevantes e, junto com os relatórios das escavações, traçam um panorama geral sobre a Arqueologia em Cabo Verde. Porém, desde o início dessa pesquisa, ressalve-se que a escassez de documentos referentes à arqueologia em Cabo Verde trouxe grandes dificuldades.

No segundo capítulo, além de constar o referencial teórico que explica a história da escravidão decorrida no arquipélago, apresentam-se os materiais arqueológicos, cujas características relacionam-se com a escravidão, encontrados durante as escavações em Cidade Velha, hoje sobre a responsabilidade do IPC. Em sua maior parte, os objetos retratam situações desumanas enfrentadas pelos africanos escravizados no arquipélago. Por meio desses materiais, foi possível discutir temas no âmbito da Arqueologia da Escravidão e da diáspora africana no contexto da Cidade Velha.

Por outro lado, a maioria dos materiais ligados à escravidão encontrada nas escavações (como correntes de ferro, manilhas, coris, grilhetas) ou o próprio pelourinho edificado no centro da Cidade Velha é bastante referenciada em trabalhos sobre a história da escravidão em Cabo Verde. Eram usados como moedas de troca ou como meios de repreensão aos escravizados. Isso possibilitou fazer uma interligação entre as fontes escritas e as arqueológicas e, logo, realizar leituras mais abrangentes sobre a escravidão em Cabo Verde (CARREIRA, 2000, p.337; SILVA, 2002, p.87; BALENO, 2001; OLIVEIRA, 2005). Aliás, como referem Beaudry et al. (2007, p.94), “o uso combinado de documentos e artefatos escavados nos permite recuperar contextos e ações do passado e dos significados que os ligam”. De fato, o estudo desses materiais relacionados à escravidão a partir da

Arqueologia da Escravidão no contexto da Cidade Velha torna-se pertinente, haja vista a inexistência de trabalhos em Cabo Verde sobre a escravidão sob uma perspectiva da Arqueologia.

Parece pretensioso tentar abarcar temas cuja perspectiva de estudos baseia-se na Arqueologia da Escravidão, que envolvam reflexões complexas, levando em consideração à prematura e elementar experiência no campo da Arqueologia em Cabo Verde. No entanto, o grande potencial de estudos relacionados à escravatura, visíveis através da cultura material, leva a realizar algumas análises prévias e a propor novos estudos nessas áreas.

O passado histórico pelo qual o arquipélago passou, marcado pela terrível fase sombria da escravatura, merece menção em trabalhos em nível acadêmico com diferentes perspectivas. O enfoque aqui dado direciona-se para o campo da Arqueologia. Nesse sentido, as pesquisas arqueológicas e as suas importantes contribuições para a história de Cabo Verde devem ser consideradas, para que não se dê ênfase exclusiva a fontes escritas baseadas em perspectivas coloniais da história de Cabo Verde.

O terceiro e último capítulo debruça-se sobre o significado e a relação que a população atribui ao Patrimônio Arqueológico e ao Patrimônio da Humanidade, partindo de uma visão histórica da região. Para obter uma visão contemporânea sobre a Cidade Velha e o seu patrimônio arqueológico, envolve-se o público nas pesquisas, que se baseiam em anotações etnográficas recolhidas ao longo do percurso em campo, por meio de entrevistas semiestruturadas e de conversas informais.

O patrimônio material da Cidade Velha, por si só, não tem nenhum significado. É o significado e o valor que a população lhe der que constituem os passos principais para a sua própria valorização. Por isso, a história da Cidade Velha deve ser estudada constantemente, considerando sua história e seu status de Patrimônio Mundial. A metodologia empregada neste capítulo é moldada pela etnografia, que constituiu uma das ferramentas importantes para a análise de uma fase da história da região e os vestígios que resultaram desse processo, a partir da perspectiva local atual. Ou seja, o uso da etnografia como método de pesquisa voltou-se, pois, para o registro arqueológico (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; BEZERRA, 2011; MORAES, 2012).

Porém segundo sugere Clifford Geertz (2008), não podemos ver a etnografia somente como um método. Também, “estabelecer relações, selecionar informantes [aqui percebidos como interlocutores], transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (p.4). A maioria desses pontos apontados por Geertz (2008) foram levadas em consideração no percurso em campo.

As entrevistas foram feitas de maneira aleatória com membros da população local da Cidade Velha, os interlocutores desta pesquisa. As falas que foram incluídas no presente trabalho são as referentes aos sujeitos com que se teve mais convivência. Assim, as discussões desenvolvidas tomaram como referência as entrevistas desses interlocutores, que representam uma parte da unidade. Aplica-se, portanto, o método indutivo usado por Franz Boas no estudo de culturas primitivas, que considera um determinado número de casos para chegar a uma conclusão geral (CASTRO, 2004). Em outras palavras, é uma perspectiva em que tem um “[...] dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes” (FONSECA, 1998, p.60).

A partir das entrevistas, percebe-se que existem situações de conflitos e divergências de opiniões, principalmente no que se refere à conservação do Patrimônio Histórico e Arqueológico da Cidade Velha. Cidade Velha na maioria das vezes não é percebida como herança cultural, mas como patrimônio estatal. Nesta situação os conflitos são inevitáveis. Apontam-se, desse modo, tanto os benefícios como os entraves que o título de Patrimônio Mundial outorgado à cidade trouxe para a população local. Note-se que a cultura material sempre esteve presente nessas discussões, durante o percurso em campo. Aliás, desde fevereiro de 2014, quando iniciaram as primeiras pesquisas de caráter exploratórias aqui expostas, tem-se notado que a cultura material ocupa o centro das atenções da população local, que atribui aos objetos diferentes análises e significados.



Figura 1 – Primeiros contatos com interlocutores.

Foto tirada por Tainá Peclat, na Rua de Banana, Cidade Velha, 2014.

Legenda: Na foto, da direita para esquerda: Ângela, Francisco - fiscal do Patrimônio Cultural da Cidade Velha e guia turístico, Samira (autora deste estudo) e Yannick. No momento, apreciava-se um mapa da Cidade Velha, referenciando os sítios escavados.

Todas as entrevistas ocorreram na língua materna dos interlocutores e da autora deste estudo – o crioulo cabo-verdiano².

Recolheram-se os dados através de questões previamente elaboradas. Posteriormente, transcreveram-se as entrevistas para a língua portuguesa, como constam nas citações utilizadas no trabalho. Apesar de haver interagido com um número mais amplo de nativos, foram considerados os interlocutores com quem se teve maior convivência. Destacaram-se, sobretudo, as referências que eram muito citados nas falas dos interlocutores, e limitamos em colocar as repetições de alguns aspetos que eram muito citados nas falas dos interlocutores. Os adultos constituem a maior número dos interlocutores, pois se comunicavam mais em relação às crianças e aos jovens. Os jovens, em verdade, foram bastante lacônicos, exceto quando se tratava de uma pergunta direta, mas, na maioria das vezes, limitaram-se muito em suas respostas ou recusaram-se a falar. Os adultos expuseram-se mais, remetendo, às vezes, a assuntos extras contextuais da Cidade Velha e do seu patrimônio arqueológico. Por escapar do foco da conversa, essas informações, em geral, não foram mencionadas no trabalho. Quanto às ferramentas de pesquisa, o

² O crioulo cabo-verdiano teve a sua origem composto por vocabulário da língua portuguesa, a maioria, e diversas línguas da África Ocidental em minoria. É a língua materna do povo cabo-verdiano ainda não oficializada, falada no dia a dia da população residente no arquipélago.

uso do caderno de campo para anotar informações e o registro fotográfico para capturar imagens do estado atual dos monumentos históricos foram partes cruciais do trabalho de campo.

Fazem-se necessários novos estudos e mudanças de paradigma nas investigações sobre a Cidade Velha, que não foquem somente aspectos patrimoniais, turísticos, museológicos (SEMEDO, 2010; BRITO, 2011; LUCAS; SILVA, 2009) ou histórico-espaciais (PIRES, 2007; PEREIRA, 2004). Por isso, escolheram-se aspectos arqueológicos e antropológicos a fim de estudar a história da Cidade Velha sob uma perspectiva distinta.

Esta pesquisa poderá contribuir com a comunidade científica e com a população da Cidade Velha, sobre o seu passado. Nesse sentido, busca-se aqui esclarecer algumas dúvidas e preencher possíveis lacunas sobre o conjunto arqueológico da Cidade Velha. Acredita-se também que esta pesquisa possa servir de ponto de referência para outros sítios históricos e arqueológicos existentes no país. Como expõe Évora (2015, p.24),

neste sentido, temos de admitir a possibilidade de existir um pouco por todo o Cabo Verde, muitos outros potenciais sítios arqueológicos. Mas para que ostentem esse estatuto de sítio deverão obviamente ser identificados, estudados e divulgados como tal.

Com base nos aspectos delineados em cada capítulo, levantam-se as seguintes problemáticas, que se respondem ao longo do trabalho: (i) Por que a história de Cabo Verde é escrita majoritariamente a partir de perspectivas colonialistas? (ii) Que contribuições as investigações arqueológicas trazem para uma (re) escrita da história de Cabo Verde que se oponha às perspectivas ocidentais sobre o país? (iii) Como a Cidade Velha pode representar a expressão da Arqueologia da Escravidão através da cultura material? (iv) Que significado tem o patrimônio arqueológico colonial para a população da Cidade Velha? No capítulo a seguir, responde-se às duas primeiras questões e, nos subsequentes, às restantes.

1. BREVE HISTÓRIA DE CABO VERDE E DA ARQUEOLOGIA NO ARQUIPÉLAGO

Quando rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso (Chimamanda Adichie)³.

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, em primeiro momento, debruça-se sobre a historiografia de Cabo Verde. Destacam-se, particularmente, as perspectivas eurocêntricas sobre o início da história de Cabo Verde no ano de 1460, bem como a hipótese que sugere um início da história do país antes da colonização portuguesa. As divergências de opiniões dizem respeito à ocupação anterior aos europeus (MONIZ, 2007, p.40; BARCELO, 2003, p.21-22). Embora seja referenciada como uma ocupação esporádica, a hipótese problematiza a história oficial de Cabo Verde, que começa com a chegada dos portugueses no arquipélago. Aqueles que duvidam que o arquipélago já fosse conhecido ou que tenha havido uma ocupação contínua dos vizinhos da costa africana apontam vários problemas. Dentre eles, podem ser citados os seguintes: a escassez de documentos escritos ou “documentação fidedigna” sobre esse período (ALBUQUERQUE, 2001, p.24), a inexistência de provas consistentes para sustentar a hipótese (CARREIRA, 2000, p.291; GUIMARÃES, 2001, p.131), a deficiência de pesquisas arqueológicas sobre o assunto e a penúria de documentos escritos (NEVES, 2011, p.100) que justifiquem uma ocupação pré-colonização portuguesa de Cabo Verde.

Após essa discussão, apresenta-se uma breve história das investigações arqueológicas decorridas em Cabo Verde. Fazem-se também prévias análises de materiais arqueológicos e atenta-se para os aspectos histórico-sociais do país que

³ Palestra concedida num evento norte-americano pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie. Disponível em: http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt> Acesso em: 26 nov. 2014, às 11: 45h minutos.

eles veiculam, revelando, por meio da cultura material, as dimensões pouco presente nas fontes escritas.

Um dos motivos para a elaboração deste capítulo é a percepção de que alguns aspectos históricos e sociais do país precisam ser (re) estudados. É preciso, de fato, que a historiografia de Cabo Verde reflita a realidade do país, e não represente uma perspectiva ocidental colonizadora. A história de Cabo Verde é ainda vista, mormente, a partir de uma visão eurocêntrica, com maior ênfase ao papel desempenhado pelo arquipélago no contexto da expansão e da exploração comercial portuguesa no Atlântico. Tenta-se, neste trabalho, deixar de lado essa visão, para atribuir maior atenção à africanidade do povo cabo-verdiano, uma identidade que muitos procuram negar.

Some-se a isso o fato de que há poucos trabalhos dedicados à Arqueologia em Cabo Verde. O que se tem são os respectivos relatórios das escavações, a maioria redigida em inglês, e algumas informações consignadas em alguns textos. Nesses textos, em geral, discute-se sobre as localizações dos edifícios históricos do país, perdidos em termos topográficos, ou sobre a problemática do início da ocupação humana no arquipélago, aludindo ao papel da Arqueologia como um meio para qual pode-se alicerçar e ter-se-á uma contribuição nesses estudos. Segundo afirma Évora (2015, p.21), a maioria das intervenções feitas no país ainda está por ser publicada.

Cabo Verde aparece na historiografia portuguesa em 1460, como sendo ilhas atlânticas recém-descobertas pelos portugueses, sem nenhum vestígio humano (AMARAL, 2001, p.10). Baseado nesse contexto, portanto, estabelece-se o início da história do país a partir desse período. A concepção oficial de que os portugueses foram responsáveis pela descoberta e pelo povoamento das ilhas é a mais divulgada e conhecida, aceitando-se que as ilhas estavam desocupadas até a chegada dos europeus. A própria historiografia cabo-verdiana adota essa perspectiva, e o ensino da história de Cabo Verde nas escolas, por exemplo, considera que a história do país começa a partir da colonização (GOMES, 2014, p.181). Quaisquer informações da possibilidade de as ilhas terem sido ocupadas de uma forma contínua pelos povos da África continental em Cabo Verde são rechaçadas. Mantêm-se, assim, os discursos excessivamente eurocêntricos e colonialistas sobre o início da história de Cabo Verde, atribuindo a honra aos portugueses pela descoberta e pelo povoamento do arquipélago.

O debate sobre quem ocupou primeiro o arquipélago, se foram os europeus ou os povos da parte continental da África têm estado no centro de pautas historiográficas (cf. ALBUQUERQUE, 2001; CARREIRA, 2000; BARCELOS, 2003; MONIZ, 2007). Desencontros e discordâncias entre as informações marcam essa discussão, fazendo com que não exista consenso sobre o assunto.

Quem defende que a história de Cabo Verde inicia a partir da colonização portuguesa baseia-se na escassez de documentos fidedignos que abordem sobre uma ocupação anterior aos europeus. Além disso, aponta-se a inexistência de vestígios arqueológicos ou “provas consistentes” anteriores a 1460, que comprovariam a ocupação contínua pelos africanos antes da colonização europeia (ALBUQUERQUE, 2001, p.24; CARREIRA, 2000, p.291; GUIMARÃES, 2001, p.131). Analisando essas informações, é possível questionar dois aspectos relativos à falta de “provas consistentes” ou “documentação fidedigna” que justifique uma ocupação anterior aos europeus.

Em primeiro lugar, se as investigações arqueológicas desenvolvidas em Cabo Verde são voltadas somente para o período colonial, e respectivamente os sítios escavados pertencem ao patrimônio construído durante o período colonial, como é que tais pesquisas vão contribuir para comprovar se houve ou não ocupação humana antes do século XV? Enquanto não houver extensas e profundas discussões relativas às investigações arqueológicas, que não sejam somente centralizadas sobre o patrimônio do colonizador, não se terá outra face da história.

Não existem, no momento, vestígios de épocas que antecedem o século XV, segundo as datações Carbono-14 apresentadas pelos arqueólogos que dirigem escavações em Cabo Verde. Não obstante, nenhuma equipe de arqueólogos desencadeou estudos de prospecções e escavações que não sejam sobre o patrimônio colonial e que possam afirmar se existem ou não vestígios pré-europeus no arquipélago.

O tipo de Arqueologia desenvolvido em Cabo Verde e as discussões em volta dela não contribuem para o esclarecimento de tais discussões historiográficas. Afirma-se, por exemplo, que

uma das grandes virtudes da Arqueologia é contrapor, com a insofismável autoridade dos vestígios materiais corretamente datados, as, quantas vezes, erradas construções históricas exclusivamente baseadas na interpretação dos documentos (GUIMARÃES, 2001, p.131).

É, pois, a partir de profundas pesquisas arqueológicas que se pode chegar a uma resposta científica e concludente, dado que “a linguagem dos achados arqueológicos possui, por sua própria natureza, algo de objetivo e irrecusável” (KIZERBO, 2010, p.38).

Em segundo lugar, se a partir dos textos antigos, escritos a partir do século XVIII, cujas teses colocaram em causa a primazia dos portugueses da ocupação humana de Cabo Verde (CARREIRA, 2000, p.291), por que se insiste em negar tal ocupação, referindo que tal escrito seria de cunho fictício ou “uma síntese de lendas acumuladas durante anos e anos” (ALBUQUERQUE, 2001, p.23)?

Em resposta a essa discussão, segundo Moniz (2007, p.41) o conhecimento das ilhas do arquipélago de Cabo Verde antes da chegada dos europeus não é uma lenda como defende Albuquerque. Para aquele autor “os mitos, as lendas, por mais inverossímeis, trazem algum cunho de verdade, pois não são transmitidos do nada”. Em relação a esse assunto, Barcelos (2003, p.21-22) argumentou que existe a probabilidade de que as ilhas tenham sido conhecidas ou frequentadas desde a antiguidade por navegadores árabes ou africanos, muito antes do século XV.

Existem muitas tradições orais registradas em textos antigos⁴, datadas entre o século XVIII e XX, que abordam essa questão de ocupação pré-colonização portuguesa. Carreira (2000, p.291-292) faz uma exposição sobre isso, sinteticamente.

Ao lado de textos antigos até agora inéditos, abordando o problema do povoamento das ilhas por africanos, outros igualmente antigos, mas divulgados há mais ou menos tempo, devem ser analisados com atenção. Das descrições ou notícias vindas a público através de livros impressos nos começos do século XIX, e, a maior parte, no actual, destacamos: Feijó, com o seu estudo económico de 1797; Almada, que percorreu a costa entre 1566 e 1583, com o seu «Tratado breve», editado por Kopke, em 1841; Chelmicki, com a «Corografia caboverdiana...», editada entre 1841-1843; Lopes de Lima, com os «Ensaio estatísticos...» em 1844; António Pusich, com a «Memória» de 1899; a «Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde», de um anónimo (1784), editada em 1937; Lemos Coelho, as «Duas descrições seiscentistas da Guiné» editadas em 1953; e no espaço de tempo anterior e posterior a estas duas últimas obras, os trabalhos de Ernesto de Vasconcelos, Simão Barros, Mendes Corrêa, Silva Teixeira & Grandvaux Barbosa, e do Padre António Brásio [...] «Descrição» de André Donelha, datada de antiago, a 7 de Novembro de 1625 e

⁴ Vale ressaltar que, a partir do final do século XVIII e do início do século XIX, surgiram as teses que colocaram em dúvida a primazia dos portugueses na descoberta e no povoamento de Cabo Verde (CARREIRA, 2000, p.291). A documentação relativa à chegada dos portugueses ao arquipélago não menciona habitantes nas ilhas (SILVA, 2002, p.230), enfatizando que o local estava deserto e sem nenhum vestígio humano (AMARAL, 2001).

resultante de viagens sucessivas na costa africana entre 1573 e 1585; o testamento de Diogo Vargas Ximenes, datado de Santiago, em 1624; a obra do Padre Manuel Álvares, datada de 1616; e a «Dissertação» de Manuel Roiz Lucas de Sena, datada de Janeiro de 1818.

Na sua análise, porém, o autor refere que, se houve uma ocupação do arquipélago antes do século XV, não teria sido contínua e que se “ali ter aportado gente, foi-o por causas puramente acidentais e esporádicas” (CARREIRA, 2000, p.291).

Se teve uma ocupação anterior, então ela pode ser vista como esporádica e restrita ao continente? Não se trataria de uma situação que, de fato, problematiza a ocupação de povos da parte continental africana no arquipélago e é digna de discussão?

Neves (2011, p.100) citando Farinha⁵ (1942, p.87-88) apresenta um texto consignado no cód. 547 existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, no qual expõe que

[...] esta ilha [de Santiago] se achou habitada de muitos pretos que por tradição se dizia ter procedido de hum rey Jalofo que, por causa de húa sublevação, tinha fugido do seu país com toda a sua família buscar refugio em húa canoa na Costa do continente do mesmo Cabo Verde: mas porque foi acometido de húa vehemente tempestade de vento Leste, que são frequentes na Costa, desde mayo até outubro, o impeto dos ventos fez aportar a canoa nesta ilha, que fica a oeste do mesmo Cabo Verde. E todos estes pretos se sujeitarão logo aos Brancos que os domesticarão e fizerão abraçar a todos a religião catholica romana. E, havendo feito o Rey, pouco depois, arrendamento do comércio de Guiné a Fernão Gomes, lhe estipulou no dito contrato a limitação de não resgatar escravizados na terra firme, defronte das ilhas de Cabo Verde, por deverem ficar para os habitantes delas (desde o rio – Senegal até Gâmbia).

O texto supracitado aciona a hipótese enfatizada ainda nessa seção, sobre a questão da proximidade do arquipélago ao continente, que através de uma canoa, sendo levado pelo vento leste permitiu-se a chegada ao arquipélago. No mesmo texto, relatou-se sobre a questão da dominação colonial desse grupo Jalofo pelos europeus, com a chegada destes ao arquipélago. Porém, Neves (2011) aborda a

⁵ FARINHA, Padre António Lourenço, *A expansão da Fé em África e no Brasil*, Lisboa, 1942, pp. 87-88. O mesmo texto é apresentado por Carreira (2000, p.294- 295) apontando o Anónimo Leal Vassalo que baseando-se na tradição corrente na época escreveu tal texto. Como referência em nota de rodapé Carreira (2000, p.294) descreve: *Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde (1784), por um Amante da Pátria, e Leal Vassalo de Sua Majestade Fidelíssima. Manuscrito n.º 547 da Biblioteca Nacional de Lisboa (G-68, 106 e 172), publicado na Revista Diogo Cão, pelo Padre Ruela Pombo, Lisboa, 1937 (Cadernos Coloniais, série A, n.º III), pp. 9 e 19.*

questão da deficiência das investigações arqueológicas que possa contribuir para esclarecimento de tal discussão (2011, p.100), por falta de evidências que comprovam uma ocupação humana pré-colonização. Como dito anteriormente, ainda não se pode elencar abordagens que traz uma discussão sobre a primeira ocupação humana no arquipélago a partir da cultura material, dado a restrita pesquisa arqueológica somente em ruínas de monumentos históricos existentes no país.

Por outro lado, mesmo havendo textos escritos antigos referenciando tal acontecimento, questiona-se a primazia da ocupação africana do arquipélago. Ao considerar a probabilidade de as ilhas serem conhecidas ou ocupadas antes da chegada dos portugueses no arquipélago, diz-se que, se ocorreu, tratou-se de uma ocupação esporádica e não de fluxo contínuo.

Que política ou que orientações ideológicas estariam por trás da problematização da primazia dos vizinhos da costa africana na descoberta e no povoamento de Cabo Verde? Seria uma forma de negar a africanidade do povo cabo-verdiano, como até hoje se faz através da apologia da mestiçagem (o encontro do europeu e do africano originou o povo cabo-verdiano)? Dessa maneira, procura-se negar que os cabo-verdianos integram a África, referindo o povo de Cabo Verde como mestiço e próximo da Europa. Essa perspectiva, em verdade, caracteriza um pensamento colonialista que procura camuflar traços da identidade do povo cabo-verdiano pertencente à África.

Considera-se que um cabo-verdiano mestiço é um cabo-verdiano português (MOREIRA, 1962 apud FERNANDES, 2006, p.217). Além disso, existe um conhecimento elementar sobre a história da África e do continente como um todo no arquipélago, tanto nos aspectos geográficos como nos políticos, econômicos e culturais.

Não se pode negar a miscigenação em Cabo Verde durante o período colonial. O problema reside no uso do termo mestiço, que impõe certa distância racial entre um negro e um mestiço. Em outras palavras, este, por haver nascido de um branco e uma negra ou vice-versa, seria superior àquele, que é gerado por dois africanos. O uso do termo mestiço para referir-se ao povo cabo-verdiano implica pensar que houve um branqueamento da raça. Em verdade, desde a perda da Ribeira Grande como entreposto comercial a favor de Cacheu em Guiné (1617), os colonialistas portugueses escalaram cada vez menos o arquipélago. Nesse período,

Ribeira Grande perdeu a sua posição como uma das paragens obrigatórias no comércio transatlântico (PIRES, 2007). Com isso, um grupo endógeno que se considerava mestiço e que detinha certo poderio socioeconômico afirmava-se branco e herdeiro dos europeus (CABRAL, 2013, p.198).

Daquele momento em diante, os discursos de que a sociedade cabo-verdiana seria mestiça foram muito divulgados. Um dos exemplos dessa divulgação foi desencadeado pelo movimento claridoso, a partir da Revista *Claridade* lançada em 1936. Esse grupo iniciou um movimento que autodeclarava-se apoiar a independência do país, mas que, no entanto, carregava ideais eurocêntricos quando se trata da identidade do povo cabo-verdiano pertencente à África, através de publicações na revista *Claridade*. Nesses textos, procurava incutir, na mente do povo cabo-verdiano, a possibilidade de os habitantes do país alcançarem o estatuto de cidadãos portugueses (FERNANDES, 2006, p.158). Os discursos eram veiculados através de poemas de cunho sentimental e não representavam a realidade do povo cabo-verdiano, além de ser carregados de um pensamento colonialista. Em suma, camuflavam-se as origens do povo cabo-verdiano e buscava-se uma aproximação de Portugal, objetivando “[...] inserir Cabo Verde na vanguarda das possessões portuguesas ultramarinas, sob o ponto de vista do progresso intelectual e moral do seu povo” (RESENDE, 2014, p.192).

Esse pequeno grupo advogava em torno de questões políticas e socioculturais do arquipélago, com ideologias e ideias próprias, apoiando o desejo dos cabo-verdianos de assimilar a cultura lusitana e de serem cidadãos portugueses (FERNANDES, 2006, p.180). Em suma,

Os chamados claridosos, retomando as lutas simbólicas levadas a cabo pelos nativistas, dão-lhe um cunho nitidamente cultural. Assim, enquanto os primeiros, ancorados tendencialmente na política, propugnam um reconhecimento, prático e local da sua cidadania lusitana, estes últimos, ancorados tendencialmente na cultura local. Assim, atrelados à nação lusitana, de que partiram ou a que pretendiam chegar, ambos terão tentando frear um tipo de dominação assente no princípio da descontinuidade étnico-cultural entre colonizadores e colonizados (FERNANDES, 2006, p.158).

Não é de estranhar, por exemplo, que a crise de identidade esteja ainda presente na mentalidade de muitos cabo-verdianos. Resultado dessa situação, atualmente, o conflito da identidade é constantemente debatido em Cabo Verde,

levantando a seguinte questão: quem eu sou: Africano, europeu ou cabo-verdiano?⁶ (FERNANES, 2006, p.202).

Os claridosos “[...] ancorado na suposta peculiaridade cultural cabo-verdiana, negociavam um status político para Cabo Verde e seus habitantes dentro da nação lusa” (FERNANDES, 2006, p.202). Para Fernandes (2006, p.173),

Essa preocupação em aproximar Cabo Verde à Metrópole reforça a tese de que as construções bairristas e particularistas da sociedade crioula cabo-verdiano estavam intimamente correlacionadas à necessidade de defesa do portuguêsismo do cabo-verdiano, num quadro de disputas políticas etnicamente orientadas. A convicção de que seu ‘carácter português’ poderia ajudá-los a se afirmarem como preciosos auxiliares de Portugal ‘na valorização do seu vasto império colonial africano’, foi o que em parte teria levado os ilhéus a realçar as ‘qualidades étnicas dos naturais de Cabo Verde’, peculiarizando-os externamente, em relação aos continentais.

Nesse contexto, o conflito da identidade sobressai e, até hoje, é um problema enfrentado no país. A recente publicação no Jornal Público⁷ intitulada *Ser africano em Cabo Verde* é um tabu, traz vários pesquisadores cabo-verdianos, dentre eles sociólogos, antropólogos e historiadores que discutem as questões de racismo e mestiçagem, as marcas da colonização ainda presentes em Cabo Verde e o pertencimento de Cabo Verde à África. Essas discussões, embora algumas carregadas de uma perspectiva colonialista sobre Cabo Verde, por momentos trouxeram à tona muitos aspectos que afetam o imaginário do povo cabo-verdiano, ainda confuso da sua identidade, quando se questiona, o que somos nós: africanos ou europeus?.

No centro dessa discussão, outros artigos foram publicados, como *O colonialismo desligou Cabo Verde da África*⁸ e *Os cabo-verdianos são europeus*⁹. Os diferentes pontos de vista sobre a problemática da questão da identidade do povo de Cabo Verde, que, na maioria das vezes, não se vê como africano, sem dúvida, são marcas da colonização iniciada em 1462 no arquipélago.

⁶ Essa questão é levantada quando a ideia é dissociar o povo cabo-verdiano do africano. Assim, a parte africana é negada.

⁷ <https://www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>. Acessado em 4 de Janeiro de 2016 às 20:24h.

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=ABo4D0AENkM&feature=share>. Acessado em 05/01/2016 às 08:03h.

⁹ <http://www.sol.pt/noticia/492754/os-cabo-verdianos-s%C3%A3o-europeus>. Acessado em 12/01/2016 às 06:33h.

Em correspondência, outro texto foi publicado, desta vez com o título *Cabo Verde e a Cabo-verdianidade*, no Jornal do país, Expresso das ilhas nº 737, de 12 de Janeiro de 2016¹⁰. Nele, critica-se a forma como algumas falas dos pesquisadores deturpam fatos históricos e afastam o cabo-verdiano do africano. Segundo José Almada Dias, autor do texto, a discussão abordada no artigo anteriormente citado, mostra “superficialidade dos argumentos” e “confusão dos conceitos”, como a questão da raça e a admissão de que os negros são “automaticamente africanos”. Essa assimetria nas discussões parece estar longe de resolver-se, enquanto houver uma continuada negação da africanidade de Cabo Verde.

O sistema de educação cabo-verdiano, principalmente os ensinos primário e secundário, está profundamente vinculado ao modelo europeu, e todo o conhecimento que é produzido e ensinado nas escolas, tem, como base, manuais europeus (GOMES, 2014). Aliás,

[...] a política educacional antes da independência visava, sobretudo, [...] a promoção dos valores culturais da metrópole e a criação de defensores da unidade da Pátria, não a identificação do cabo-verdiano com os seus próprios valores, hábitos ou costumes (TOLENTINO, 2006, p.230).

No campo educacional, continua-se com o mesmo modelo de ensino baseado em padrões europeus. Quais os motivos do sistema escolar e da historiografia de Cabo Verde ainda seguir um modelo curricular de matriz colonial portuguesa? Seria um meio pelo qual se mantêm a colonização mental do povo cabo-verdiano? Mas com que finalidade? Afastá-lo ou desligá-lo da África da qual faz parte? Essas questões nos levaram a refletir sobre vários aspectos, particularmente sobre a questão da independência idealizada pela liberdade política, econômica, educacional entre outras áreas. No entanto, ainda algumas áreas, especificamente no campo educacional devem receber a devida atenção para que não se seguem ideais estabelecidas desde período colonial. Persiste, ainda, a colonização mental. É um neocolonialismo presente no dia-a-dia que se estende a outras esferas, como a política, a econômica, a social e a cultural. De fato, em muitas situações, sem generalizar por completo, há cabo-verdianos que negam ser africanos. Repudiam, desse modo, a sua própria origem. A esta situação é de destacar o pensamento de

¹⁰ <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/opiniaao/item/47273-cabo-verde-e-a-cabo-verdianidade-no-jornal-publico>. Acessado em 20/01/2016, às 09:45h.

Franz Fanon, na obra *Pele Negra Máscara Branca*: “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (2008, p.27).

Tais situações estão presentes na contemporaneidade cabo-verdiana. Aliás, desde o período colonial, há discursos que repudiam a africanidade do povo cabo-verdiano. Todavia, a partir da década de 1950, eles foram deliberadamente criticados pelos nacionalistas africanos, que defendem a ascentralidade e a africanidade da África continental no arquipélago (FERNANDES, 2006, p.180-183). As discussões giram em torno de reconhecer os traços culturais cabo-verdianos caracteristicamente africanos e apontam a dominação colonial como um entrave para o desenvolvimento em todos os aspectos de vida do povo africano.

O próprio Amílcar Cabral, líder do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC, fundado em 1956) e nacionalista que liderava a luta pela independência do país, foi um dos primeiros a criticar e a contrariar os ideais colonialistas defendidos por muitos (CABRAL, 1952 apud FERNANDES, 2006, p.185-187).

Essa discussão ocorreu quando Cabral liderava a luta pela independência de Cabo Verde e de Guiné, países que integravam uma luta visando às respectivas próprias soberanias. Esse líder defendia a descolonização europeia dos países africanos (CABRAL, 1976). Nesse contexto, e, parafraseando Mignolo (2008, p.305), “Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais”. Saliente-se, ainda, que a descolonização da história oficial, referente às perspectivas eurocêntricas, sobre a história da África, começou com os movimentos nacionalistas para a independência dos países africanos (KI-ZERBO, 2010, p.43).

Sobre a constante negação de Cabo Verde como um país africano, para Cabral (1976, p.25), Cabo Verde pertence, em nível geopolítico, à parte continental da África, contrariando os ideais, por exemplo, defendidos pelos Claridosos. Estes postulam que Cabo Verde faz parte das ilhas adjacentes de Portugal.

De maneira sintética, “[...] Cabo Verde é uma realidade africana tão palpitante como qualquer outro pedaço de África. A cultura do povo de Cabo Verde é africaníssima [...]” (CABRAL, 1976, p.34).

Será a condição de arquipélago, distante a 500 quilômetros do continente africano, o motivo de toda essa discordância? E de que maneira pode-se ser europeu se a distância geográfica do arquipélago é maior em relação ao continente

europeu que ao africano? Será a tentativa da europeização do povo de Cabo Verde desde período colonial, a consequência desta negação de ser um africano? Com certeza esta situação são marcas da colonização ainda presente no país.

Quando se nega a pertença de Cabo Verde à África, segundo Anjos (2004, p.101) “os intelectuais cabo-verdianos reapropriam-se do discurso colonial português que concebe a província num papel geoestratégico entre Brasil, Europa e África”. Esse discurso desapropria o arquipélago de Cabo Verde como pertencente ao continente africano. Mas com que finalidade isso se faz, se o povo cabo-verdiano é africano?

O próprio Gilberto Freyre, durante visita a Cabo Verde, criticou os Claridosos, que, em publicações da revista *Claridade*, lançada em 1936, rejeitam a africanidade do povo cabo-verdiano, na tentativa de aproximá-lo de Portugal. Sobre esta questão, Freyre (1953, p.291 apud RESENDE, 2014, p.192) refere que,

Confesso que minha mais forte impressão em São Tiago [ilha de Santiago] é a de estar numa espécie de Martinica [...]: ilhas em que as populações fossem predominante africanos na cor, no aspecto e nos costumes, com salpicados, apenas, de influência europeia, sobre essa predominância étnica e social.

O autor constatou o subjugo dos ideais colonialistas na busca pela europeização do povo cabo-verdiano, negando a própria origem. Essa situação só pode ser expressa nos discursos, uma vez que a cor e a cultura dos habitantes do país são caracteristicamente africanas.

Atualmente, muitos pesquisadores pós-coloniais desenvolvem estudos, a partir da leitura crítica dos documentos oficiais europeus. Eles põem em dúvida, por exemplo, a história oficial, que cogita albergar verdades objetivas do passado, apesar de carregar uma visão eurocêntrica e colonialista.

Na obra *Os condenados da terra*, Fanon (1968, p.211) adverte que

[...] teremos de tratar por muitos anos ainda as feridas múltiplas e às vezes indeléveis deixadas em nossos povos pela derrota colonialista. O imperialismo que hoje se bate contra uma autêntica libertação dos homens abandona por toda a parte germes de podridão que temos implacavelmente de descobrir e extirpar de nossas terras e de nosso cérebro.

O referido autor também diz o seguinte na referida obra:

o colono faz a história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escreve não é portanto a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a por termo à história da colonização, à história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização (FANON, 1968 [1961], p.38).

Nesta direção, partilhamos da mesma concepção historiográfica levada a cabo por Fanon, no sentido de desconstrução dos discursos eurocêntricos, e, produzir histórias relativas à realidade de cada região e não medidas por concepções ocidentais.

Porém,

A historiografia da África Negra só recentemente começa a tentar interpretações mais acabadas sobre as formações daquele continente, que foi, por anos, quase “reserva de caça” da historiografia burguesa, colonialista ou neocolonialista (MAESTRI, 1988, p. 31).

É o que precisa ser feito em Cabo Verde, levando em consideração que muitas narrativas historiográficas são um reflexo das perspectivas eurocêntricas. Deve-se atentar, porém, que a escrita da história de Cabo Verde é muito influenciada pela Europa. Nomeadamente, o grupo que se reuniu para escrever os três volumes¹¹ sobre a história de Cabo Verde é formado por portugueses e cabo-verdianos cujas trajetórias acadêmicas restringem-se à Europa. Ressalte-se que o próprio ensino curricular do país tem como base modelos europeus (GOMES, 2014). Dessa forma, não se pode esperar que a historiografia cabo-verdiana não seja influenciada pelas perspectivas europeias.

Por outro lado, não há como negar o valor das fontes escritas europeias sobre Cabo Verde. O mais antigo documento data do ano 1460 (ALBUQUERQUE, 2001, p.30). Sem tais registros, seria mais difícil ainda, conhecer a história de Cabo Verde em vários e diferentes aspectos do seu passado histórico. No entanto, historiadores devem sempre levar em consideração que as narrativas dos colonizadores refletem seus próprios interesses, e, uma vez que são escritas, não necessariamente são verdadeiras. É importante sublinhar neste contexto, a hermenêutica das fontes.

¹¹ História Geral de Cabo Verde (1991; 1995; 2001).

Quais são os perigos de uma história única? Essa questão é abordada pela célebre escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que, baseando-se na literatura africana, contesta a história da África na literatura ocidental, por fazerem a história deles tornar a história única. Nas palavras de Adichie, “a única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos”.¹² É nessa noção que devem apoiar-se as produções africanas sobre a história de Cabo Verde e da África em geral.

Nessa linha, Joseph Ki-Zerbo, Walter Rodney, dentre outros ícones da historiografia africana (cf. GOMES, 2014), colaboram decisivamente para a descolonização da história da África. Eles se opõem fortemente às visões ocidentais e colonialistas, valendo-se de perspectivas africanas sobre a história do continente.

Aliás, desde 1961 com a realização do Seminário em Dacar organizado pelo International African Institute, sobre o tema *O historiador na África tropical*, e em 1965 em Tanzânia sobre o lema *Novas perspectivas sobre a história africana*, iniciaram as questões da necessidade da nossa história não ser baseada em fundamentos dos pensamentos ocidentais (KI-ZERBO, 2010, p.45). A Linguística, a Arqueologia e a tradição oral foram os meios e os pilares propostos por Ki-Zerbo para esses estudos. O pesquisador alertou, no entanto, para o uso de metodologias próprias e eficazes à realidade de cada lugar para o estudo da história da África. Para Ki-Zerbo (2010, p.52), a investigação sobre a África, em geral, deve ser “[...] vista do interior, a partir do polo africano e não medida permanentemente por padrões de valores estrangeiros”. O povo africano deve, nesse sentido, conhecer a sua própria história, a sua identidade, ultrapassar as marcas deixadas pela história da colonização e assumir a sua historicidade a partir das próprias experiências históricas do seu povo (KI-ZERBO, 2010, p.37-38).

No caso de Cabo Verde, as concepções que assumem a africanidade do povo cabo-verdiano problematizam os ideais colonialistas sobre o país. No entanto, as concepções vigentes na história de Cabo Verde majoritariamente são colonialistas, e as produções são espelhadas nessa vertente, principalmente no que concerne aos aspectos histórico-sociais do início da história do país. Além dessa situação, deve-se levar em conta o contexto histórico-social no qual se inserem tais produções, assim como as informações relativas à formação acadêmica do autor.

¹² Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso no dia 27/08/2015, às 09:45h.

Desse modo, as críticas dirigidas a esses trabalhos devem ser construtivas, sem menosprezá-los ou desvalorizá-los. Pelo contrário, há de mostrar-se que existem distintas concepções sobre o mesmo assunto, propondo novas diretrizes para o estudo da história de Cabo Verde, que partam de perspectivas africanas.

Além de circularem constantes discursos excessivamente colonialistas sobre a história de Cabo Verde, é preciso notar que existe uma forte ideologia em *romantizar* a colonização ocorrida no país. É o que se encontra, por exemplo, no artigo intitulado *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*, de Fonseca (s/d, p.04), no qual se afirma que

o impacto do colonialismo não foi tão drástico, impulsivo e dramático em Cabo Verde como o foi nas outras regiões africanas que passaram pelo processo de colonização portuguesa.

Em outros textos, mesmo que de maneira sutil, percebe-se a tentativa de apoiar um discurso que beneficia o colonizador, ou que procura amenizar as relações desiguais estabelecidas no arquipélago, onde se afirma que ali “se experimentou novas formas de colonização, novas relações sociais, novas vivências culturais e se constitui uma identidade a partir de heterogeneidades confluentes” (CABRAL apud SILVA, 2005, p.388).

Em verdade, a colonização foi tão drástica em Cabo Verde, que, ainda nos dias atuais, em várias dimensões, notam-se as marcas indeléveis desse processo. Uma delas sobressai, por exemplo, quando um cabo-verdiano nega a sua identidade africana, tentando aproximá-la da identidade lusa.

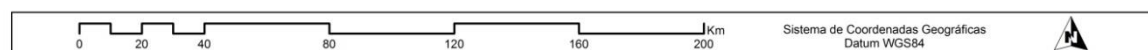
O objetivo dos movimentos pós-coloniais supramencionados é desmitificar a ideia de que a versão oficial da história é o único caminho para a compreensão do passado. Propõe-se, pois, a possibilidade de que, pelo ponto de vista documental, possam ser feitas críticas, análises e produções de novas versões históricas. De acordo com Marc Bloch (1949, p.54), deve-se ter um espírito crítico perante as fontes, sem acreditar cegamente nas informações dispostas em registros históricos.

1.2. ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS

O arquipélago da República de Cabo Verde está situado no Oceano Atlântico, entre os paralelos de 14°48' a 17°12'N e os meridianos de 22°44' a 25°22'W, a uma

distância aproximada de 500 km do cabo ou promontório, localidade que lhe rendeu o nome Cabo Verde na costa Senegalesa, o extremo poente do continente africano. Esta localização faz com que as ilhas cabo-verdianas integrem uma extensa zona árida que atravessa o continente, desde a costa Atlântica até o Mar Vermelho, denominada de Sahel. Na sua definição atual, o Sahel constitui uma faixa de climas áridos e semiáridos de transição entre as savanas do Sudão e o grande deserto do Sahara (SEMEDO, 2006, p.50).

Abrangendo uma superfície de 4033 Km², o arquipélago é constituído por dez ilhas, das quais nove são habitadas, e está dividido em dois grupos: o grupo do Norte, composto pelas ilhas do Barlavento: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Boavista e Sal; por sua vez, o grupo do Sotavento, é composto pelas ilhas de: Santiago, Fogo, Brava e Maio. O clima é caracterizado por duas estações diferentes: uma estação seca, que compreende os meses de dezembro a julho e uma estação de chuva, que se estende de agosto a outubro (AMARAL, 2001, p.01-05).



CABO VERDE - ÁFRICA

LEGENDA

- Estradas
- Cursos d'água
- Corpos d'água
- Cabo Verde

LOCALIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



Malha digital: DIVA-GIS, 2015. Disponível em: <http://www.diva-gis.org/>.
Organização: MATTOS, Gil Passos de. & MIRANDA, Samira.
Data: 26 Nov 2015

Oficialmente, a história de Cabo Verde inicia em 1460 quando aportaram no local os colonizadores portugueses. António da Noli, genovês a serviço do D. Henrique, e Diogo Afonso, escudeiro do D. Fernando são considerados, oficialmente, como descobridores das ilhas do arquipélago (ANDRADE, 1995). Porém, outros nomes, como Vicente Dias e Cadamosto, também aparecem como possíveis descobridores das ilhas (ALBUQUERQUE, 2001, p.23-39). As narrativas destes sobre o contexto e sobre o período da chegada ao arquipélago são vagas, superficiais e, na sua maioria, contraditórias.

Do mesmo modo, que existem controvérsias e dúvidas em relação à primeira ocupação humana no arquipélago, essas controvérsias também se estendem em relação à verdadeira data da chegada dos europeus, bem como quem teria sido primeiro descobridor a pisar as ilhas.

Desde 1445, referencia-se, nos documentos oficiais portugueses, a hipótese de que Vicente Dias, navegador henriquino, mercador e capitão de uma caravela, teria chegado a uma das ilhas cabo-verdianas, possivelmente à ilha de Santiago, em uma expedição organizada por Lançarote de Lagos por motivos comerciais (SANTOS, 2007, p.30). Há, de fato, documentos que relatam Vicente Dias como descobridor de uma das ilhas cabo-verdianas (SANTOS, 2007, p.30-32): a *Crônica dos feitos da Guiné* (1949, p. 288), escrito por Gomes Eanes de Azurara; os *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* (s/d, p.297) argumentado por Magalhães Godinho, e o mapa de Andrea Bianco.

Cadamosto, navegador veneziano, teria anunciado em uma das suas viagens em 1456, haver conhecido algumas das ilhas cabo-verdianas orientais (SANTOS, 2007, p.33). No relato de Cadamosto, cujas viagens ao Atlântico Sul decorreram sob a tutela henriquina entre 1455-1456, consta que, numa das viagens à noite, houve um temporal de sudoeste, com ventos fortes, que os levaram no terceiro dia a avistar terras, especificamente, duas grandes ilhas: Santiago e Fogo (BETTENCOURT & CHAUDHURI, 1998, p.157). Segundo Cadamosto, as ilhas eram desabitadas e ali havia apenas grandes quantidades de pombos, abundantes árvores, rios com peixes, tartarugas, sal muito branco e excelente (SANTOS, 2007, p.35).

Porém, a narrativa de Vicente Dias contradiz-se com os aspetos geográficos do arquipélago, pois aponta uma localização a sudoeste e afirma que existem 1500 milhas de distância entre o arquipélago e a parte continental africana. A do

Cadamosto não encaixa com a data específica da saída da Europa e da chegada ao arquipélago (SANTOS, 2007).

Os que defendem a primazia europeia da ocupação humana no país referenciam a carta régia de três de Dezembro de 1460, na qual D. Afonso V doa as ilhas então descobertas ao infante D. Fernando como o documento mais antigo a que se conhece sobre Cabo Verde (AMARAL, 2001, p.10). Tal texto é considerado do ponto de vista documental. De outro lado, do ponto de vista geográfico, é preciso retroceder no tempo para rever e analisar algumas questões relativas à ocupação humana no arquipélago.

Não existem dúvidas sobre a ocupação humana mais antiga na África e nem da primazia africana na gênese da humanidade, o que se deve à capital contribuição da Arqueologia nesses descobrimentos. As regiões da Bacia do Chade, Vale do Olmo, Etiópia e Quênia datam de 120.000 anos atrás. Somente 50.000 depois ocorreu a dispersão para a Europa, para a Ásia e, por último, para as Américas (KIZERBO, 2010; GOMES, 2014, p.105). Saliente-se que os vestígios mais primitivos são mais presentes na África Oriental e Meridional que na África Ocidental, onde ainda não se encontraram, por exemplo, vestígios humanos de homínídeos (KIZERBO, 2010, p.687).

Em Cabo Verde, não existem ainda achados que antecedam o século XV, segundo os arqueólogos que dirigem escavações no país.

Levando em consideração a posição geográfica, aproximadamente 500 quilômetros da parte continental africana, é de muita estranheza que, ainda na primeira metade do século XV, o arquipélago estivesse desabitado. Se o primeiro continente a ser ocupado foi o africano e o último o americano, como um arquipélago a uma distância relativamente curta da África continental pode ter sido conhecido e povoado apenas na segunda metade do século XV? Como afirma Charles Oliveira (2005, p.14) “[...] é tão fácil vir [ir] parar em Cabo Verde vindo da Europa e do Norte de África. Basta ser levado pela corrente e também pelo vento”. Por outro lado, afirma-se também que

A travessia em canoas por mares tão revoltosos e por uma distância de aproximadamente 500 km [...] não será, em absoluto, um acontecimento inverosímil (milagres ocorrem sempre), mas, até prova em contrário, temos de admitir que o arquipélago de Cabo Verde permaneceu despovoado até à chegada dos portugueses (BALENO, 2001, p.127).

Se houve ocupação anterior à colonização, como muitos admitem, por que ela é vista como esporádica ou temporária? Por que se atribuem aos portugueses, os responsáveis pela descoberta e povoamento do arquipélago? Não seria uma forma de problematizar a primazia dos africanos sobre o conhecimento e ocupação do arquipélago? A questão parece ser pertinente, levando em consideração que os documentos coloniais nem sempre representam a realidade da região, mas sim os interesses que os beneficiavam. Nos mais, os discursos dos considerados oficialmente descobridores das ilhas do arquipélago, são vagas ou até contraditórias à realidade do país. É o caso, por exemplo, do Luís de Cadamosto, um dos considerados oficialmente descobridor de algumas ilhas do arquipélago, que no relato da viagem pelo atlântico, e o seu relato sobre a data da chegada do arquipélago, não encaixa com a data da saída da Europa e chegada. Alguns historiadores puseram em causa a veracidade do texto deixado por Cadamosto, alegando que muitas informações, principalmente a data específica da saída da Europa, se contradizem com a data relatada pelo mesmo em relação à chegada às ilhas. Outrossim, não deixa de ser muito estranho que, no regresso das viagens, Cadamosto não tenha informado nem ao rei e nem ao infante sobre o conhecimento das ilhas (SANTOS, 2007, p.35). No mais, a referência dada por ele sobre a localização geográfica do arquipélago a sudoeste não corresponde à realidade geográfica do país (SANTOS, 2007, p.31).

A colonização começou, quando, em 1462, António da Noli, navegador genovês oficialmente considerado o descobridor das ilhas orientais do arquipélago, mudou-se para Cabo Verde acompanhado de alguns familiares, assumindo, assim, a Capitania Sul da ilha de Santiago, atual Cidade Velha (PEREIRA, 1986, p.44; PIRES, 2007, p.24). Diogo Afonso teria se mudado para o arquipélago na mesma época, assumindo a Capitania do Norte¹³ e criando o núcleo populacional no sítio de Alcatrazes, na atual freguesia de Nossa Senhora da Luz, norte da ilha de Santiago (CARREIRA, 2000, p.32; BARCELOS, 2003, p.39). Por terem sido, supostamente, os primeiros a aportar e a pisar nas ilhas do arquipélago, os portugueses registraram

¹³ Na perspectiva do colonizador, o desenvolvimento da Capitania do Norte revelou-se pouco profícuo. O local foi abandonado pelos moradores entre o final do século XV a início do século XVI. Naquele momento, a Ribeira Grande de Santiago revelou-se mais atrativa para o comércio com a costa ocidental africana. Apesar disso, nos finais do século XV, Alcatrazes possuía o estatuto de vila, tendo uma câmara e uma igreja (Pires, 2007, p.36).

os territórios como seus, alegando que o arquipélago se encontrava desabitado anteriormente (OLIVEIRA, 2005, p.35; MONIZ, 2007, p.40).

Assim,

[...] deu-se início à edificação de um sistema de exploração colonial centrado num regime de capitânias, ficando a administração, a polícia e a justiça sob a responsabilidade dos capitães-donatários que pagavam ao representante real os devidos impostos (MONIZ, 2009, p.89).

Alguns fatores, como a abundância de água e a existência de um ponto de ligação com o exterior (PIRES, 2007) justificaram a adoção da Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, como primeira região em que se instalaram os colonizadores. A sua ocupação no período colonial realizou-se em três fases, conforme Pires (2007). Na primeira, aportaram ali os colonizadores (1460); na segunda, deram-se benefícios a quem fosse morador da ilha, tais como, liberdades comerciais com a costa, através da carta de 1466¹⁴; na terceira, estabeleceu-se obrigatoria a fixação dos europeus em Ribeira Grande (carta de 1472¹⁵).

O modelo de ocupação colonial em Cabo Verde seguia aquele adotado em Madeira e Açores. “[...] As necessidades de aportagem e de fixação imediata” foram as primeiras preocupações, além da procura de lugares “que permitissem uma fácil acostagem dos navios e a proximidade de água potável [...]” (PIRES, 2007, p.33). O interesse de Portugal, como se pode depreender, centrava-se na localização do arquipélago. Ao garantir o seu domínio, o objetivo seria expandir-se em direção à costa do continente e fortalecer o comércio. Aliás, as razões econômicas foram um dos eixos para a expansão das nações coloniais (BALANDIER, 1993, p.110).

A chegada dos portugueses ao arquipélago não foi uma ação planejada, ou seja, ela não resultou de determinações previamente estabelecidas, ao contrário do que ocorreu quando se traçou o caminho marítimo para a Índia. Tampouco é possível compará-la com as missões exploratórias feitas nos litorais do continente africano. Foi numa das expedições marítimas sob supervisão do Infante D. Henrique

¹⁴ A carta tinha por objetivo atrair os europeus para serem moradores da ilha de Santiago. Por outro lado, essa medida visava-se viabilizar o processo da ocupação portuguesa no arquipélago através de um conjunto de privilégios outorgado na carta. A título de exemplo, destaca-se, fazer o trato e resgate na costa africana com isenções fiscais (CORREIA E SILVA, 2001, p.347; PIRES, 2007, p.29).

¹⁵ O livre comércio outorgado na carta de 1466 cujo acesso dava-se a toda costa africana, foi restringido ao espaço que vai desde Arguim até Serra Leoa (CORREIA E SILVA, 2001, p.358; PERREIRA, 1986, p.45; MIRANDA, 2011, p.34-36; PIRES, 2007, p.199). A necessidade de fazerem comércio com os produtos produzidos nas ilhas foi outra exigência imposta pela carta de 1472.

que se conheceram as ilhas de Cabo Verde. O uso da região deu-se rapidamente, em função dos objetivos principais na época: a navegação atlântica, o comércio e a expansão das fronteiras (PEÑA, 2000, p.19).

A ocupação europeia das dez ilhas sucedeu em períodos diferentes. Santiago é tida como a primeira ocupada, por ser a ilha maior, com 991 km², e com melhores condições para a sobrevivência humana (CARREIRA, 2000, p.53). Ela faz parte do conjunto das primeiras ilhas orientais avistadas durante a chegada dos europeus no arquipélago, que integra também as ilhas do Sal, Boavista, Maio e Fogo. Por sua vez, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Brava e Santa Luzia (a ilha menor, com 35 km², e a única desabitada até hoje) constituem as ilhas situadas a ocidente, tendo sido avistadas primeiramente entre 1460 e 1462.

Entre 1480 e 1493, decorreu a ocupação colonial da ilha do Fogo pelos moradores da ilha de Santiago (SANTOS, 2007, p.74). “Os escravos negros, que constituíam a maioria da população, eram os únicos trabalhadores dessas terras” (TOLENTINO, 2006, p.216). Além das ilhas de Santiago e Fogo, as demais serviram, inicialmente, para a criação de gado e para a cultura de algodão (NEVES, 2011, p.103), trabalhos desempenhados exclusivamente pela mão de obra escrava.

A procura de terras para a exploração levou os colonizadores em direção às outras ilhas do arquipélago. Assim, chegaram à ilha de Santo Antão, a terceira colonizada com base em doações, embora tardiamente em relação às outras mencionadas. O mesmo aconteceu com as ilhas restantes (NEVES, 2011, p.108-109): doaram-se Maio e Boavista a Rodrigo Afonso, sobrinho e herdeiro do primeiro capitão donatário de Alcatrazes, ilha de Santiago. Por fim, as ilhas de Brava, de Sal e de São Vicente, na perspectiva do colonizador, não dispunham de boas condições para a prática da agricultura e, por isso, foram ocupadas muito mais tarde, em relação às ilhas de Santiago, de Fogo e de Santo Antão.

Após três séculos da chegada dos europeus ao arquipélago, a ocupação colonial de todas as ilhas ainda não havia sido concluída. A ilha de São Vicente¹⁶, ainda no início do século XVIII, não estava povoada. As três tentativas para ocupá-

¹⁶ Segundo Tolentino (2006, p.217) “A ilha de São Vicente terá sido visitada já em 1465 mas a ordem para o seu povoamento data de 1781 e foi em 1795 que João Carlos da Fonseca, da ilha do Fogo, se dirigiu com escravos e cavalos à ilha de São Vicente para iniciar o seu povoamento. O empreendimento foi, porém, tão difícil que meio século depois, em 1844, só havia 400 habitantes na ilha. Pouco vocacionada para a agro-pecuária, a ilha de São Vicente foi depósito de carvão de pedra e praça comercial, graças ao Porto Grande do Mindelo”.

la, uma em 1734, outra em 1781 e a última em 1820, falharam. O mesmo aconteceu com a ilha do Sal, que só no século XIX se deu a ocupação colonial, apesar de ser visitada por piratas desde, provavelmente, a primeira metade do século XVII, segundo Neves (2011, p.109-110). A ilha de Santa Luzia até hoje está desocupada, por não dispor de boas condições climáticas para a sobrevivência humana, apesar de ter havido tentativas de habitá-la há séculos.

O interesse de Portugal em ocupar as ilhas do arquipélago foi motivado pela política do estabelecimento das capitanias donatárias. A carta de 1466, nesse sentido, constituiu uma forma de a coroa portuguesa consolidar o seu domínio na região. O arquipélago, localizado na encruzilhada das rotas fundamentais do Oceano Atlântico, proporcionava contatos comerciais importantes com a costa (CABRAL, 2013, p.67).

Já que o interesse dos colonizadores fosse explorar e lucrar por pouco tempo, foi estabelecida ali uma ponte de apoio logístico à navegação atlântica, através do abastecimento de africanos escravizados e de produtos agropecuários exportados para a Europa e para a América em navios que por ali passavam. As documentações registram que,

[...] na primeira metade da centúria de quinhentos, Santiago aproveitou da posição geoestratégia que ocupava, não só como ponto de escala imprescindível no aprovisionamento dos navios e ajuda às armadas, mas sobretudo como um dos vértices fundamentais do "comércio triangular" que unia entre si três continentes que se tornariam complementares: a África (escravos, marfim, ouro), as Américas (açúcar, prata, ouro) e a Europa (produtos manufactureiros). O arquipélago de Cabo Verde foi a origem de três circuitos: Península Ibérica/Cabo Verde/Península Ibérica; Cabo Verde/Costa da Guiné/Cabo Verde; Cabo Verde/América (CABRAL, 2013, p.34).

O país, particularmente a antiga Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, colocou-se no cenário internacional como um espaço para as negociações comerciais, potencial bastante explorado nos séculos seguintes (SEMEDO, 2006, p.50; CARREIRA, 2000).

1.3. ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS DA ANTIGA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO, ATUAL CIDADE VELHA (1460-1769).

A Cidade Velha situa-se ao sul da ilha de Santiago, a 15 quilómetros a oeste da capital do país, e é formada por um pequeno núcleo populacional. Caracteriza-se, geograficamente, por extensas achadas áridas e pedregosas intercortadas pelas ribeiras, que se estendem até o mar.

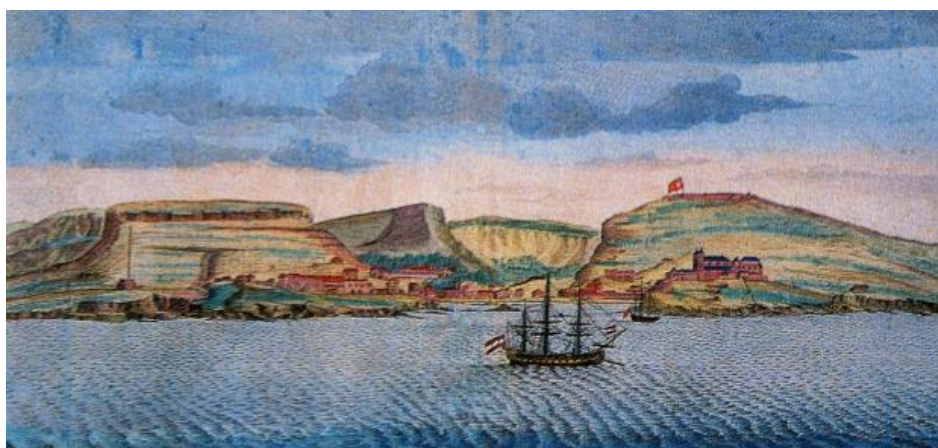
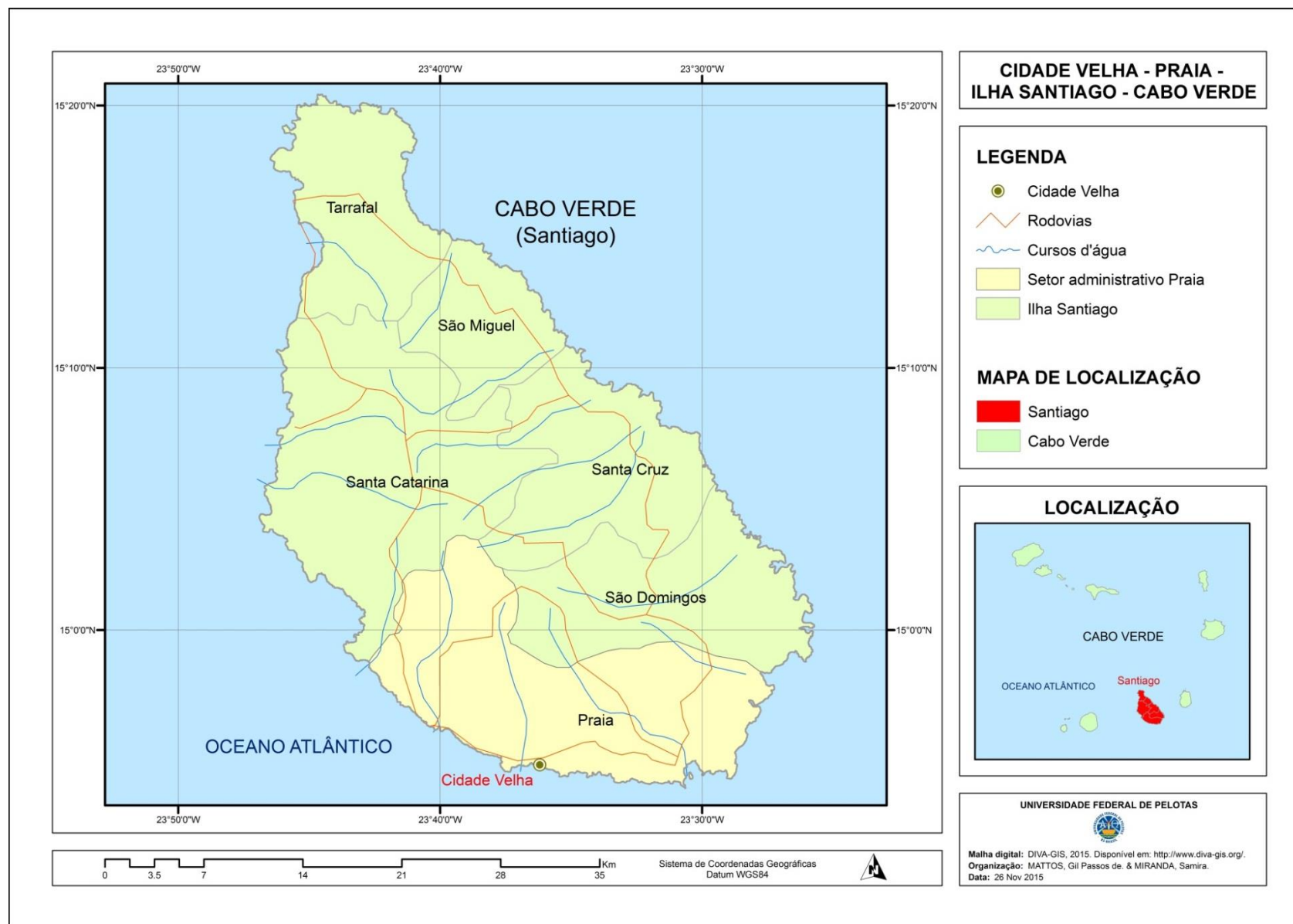


Figura 2 – Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha.

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa apud Semedo (2010, p.38).

Foi na antiga Ribeira Grande de Santiago, hoje Cidade Velha, que os portugueses aportaram em 1460. Dois anos depois, começou a ocupação colonial no local a fim de assegurar o seu domínio e a permanência na região. Localizada na encruzilhada das principais frotas comerciais atlânticas, Ribeira Grande de Santiago recebeu o título de cidade em 1533 e foi “fundada para e pelo tráfico de escravos [escravizados] africanos” (SILVA, 2004, p.19). Por esse motivo, Portugal dotou-a de uma infraestrutura voltada para dar respostas a tal demanda (BALENO, 2001, p.134).



Segundo Pires (2007, p.40),

[...] a manutenção dos escravos apreendidos na costa era substancialmente mais segura nas ilhas. Assim, todo um conjunto de infra-estruturas se instalou na ilha, sendo acolhido basicamente pelo núcleo que melhores condições apresentava para tal, senão o único, e que de resto era o afectivo centro de ocupação do espaço – a vila da Ribeira Grande.

Em primeiro momento, a Cidade Velha deu lugar a uma situação de colonização, incentivada pelos privilégios veiculados na carta de 1466. Posteriormente, o local tornou-se um dos vértices de escala obrigatória do tráfico de africanos escravizados e das lides comerciais entre Europa, África e América (CARREIRA, 2000; PIRES, 2007). Atualmente, as representações coloniais ainda estão presentes no arquipélago, sendo “[...] um lugar de memória para todos aqueles cujo passado está ligado ao tráfico transatlântico de escravos” (CARVALHO, 2008, p.36). Todavia, a maior parte do patrimônio ali construído encontra-se em ruínas ou desapareceu devido à ação do tempo.

Do ponto de vista colonial, Ribeira Grande de Santiago teve seu auge no início do século XVI, período em que a urbe se desenvolveu intensamente. Nessa época, construíram-se vários edifícios, principalmente religiosos, como a Sé Catedral, o Palácio Episcopal (hoje sem vestígios visíveis) e a Igreja da Misericórdia, (resta apenas a torre sineira nos dias atuais). No entanto, durante o auge, a concorrência estrangeira na costa da Guiné cresceu, fazendo com que Ribeira Grande, mais tarde, fosse pilhada e saqueada várias vezes. Com a circulação de produtos estrangeiros na costa, os moradores da ilha que praticavam comércio na área começaram a ter de disputar fortemente o mercado (SANTOS, 2007, p.73). Novas potências marítimas, como a França, a Inglaterra e a Holanda passaram a contestar a hegemonia ibérica no comércio Atlântico a partir do século XVII, acelerando a concorrência do comércio triangular. Com a construção do Forte de Cacheu, na costa da Guiné, e a mudança do trato comercial para Cacheu em 1617, diminuíram-se, de maneira drástica, as receitas obtidas através do comércio em Ribeira Grande, uma vez que os tratos e os resgates passaram a ser feitos diretamente em Cacheu (PIRES, 2007, p.55).

A substituição do porto da Ribeira Grande, como entreposto comercial, pelo porto de Cacheu, em Guiné, ditou o abandono progressivo do porto da Ribeira Grande como uma das paradas obrigatórias nas atividades comerciais externas

(PEÑA, 2000, p.24). O porto da Ribeira Grande passou a ser um ponto de escala ocasional (PIRES, 2007). As mercadorias passaram a ser obtidas diretamente na costa do continente, e os navios começaram a chegar ao porto da Ribeira Grande cada vez em número mais reduzido. A escala cabo-verdiana acabou perdendo a sua influência nessas transações, sendo abandonada aos poucos. “Durante quase dois séculos, entre 1462 e 1647, Santiago foi praticamente um entreposto de escravos” (TOLENTINO, 2006, p.214).

Em 1638, a cidade encontrava-se muito arruinada. A situação pioraria ainda mais, com as frequentes secas calamitosas, às vezes prolongadas, que atingiram diretamente a produção agrícola. Provocou-se, assim, uma situação de fome que trouxe uma alta taxa de mortalidade, tanto de pessoas como de animais. Ainda, sucederam-se constantes ataques de corso e invasões de piratas na cidade. Em 1712, o ataque de piratas franceses, sob o comando de Jacques Cassard (PIRES, 2007, p.56-57), fez com que a população local, sem meios de defesa, abandonasse a cidade. “Muitos instalaram-se no interior da ilha ou abandonaram-na”, começando, uma nova vida em outras regiões da ilha, à procura de melhores condições para a sobrevivência (SANTOS, 2007, p.196). Os escravizados da região foram empregados nas grandes fazendas agrícolas do interior da ilha de Santiago pertencentes a grandes proprietários rurais, estes que prolongavam a mão de obra escrava no país (PEREIRA, 2013, MIRANDA, 2013).

Com essa situação de instabilidade, desde início do século XVI, decidiu-se pela transferência da sede administrativa do arquipélago de Cabo Verde da Ribeira Grande de Santiago para a Praia de Santa Maria, atual capital do país, em alvará de 14 de Agosto de 1612. A partir desse momento, todos os serviços públicos, religiosos e comerciais passariam a funcionar na Praia (NEVES, 2011, p.115). Segundo Pires (2007, p.36-50), as melhores condições oferecidas pelo porto da Praia teria sido o fator decisivo para a transferência da capital do arquipélago da Ribeira Grande para Praia, ação que materializaria, efetivamente, apenas em 1769.

Desse modo, a cidade foi abandonada, junto com as construções históricas ali edificadas. Os moradores do local sofreram grandes prejuízos por não conseguirem praticar o comércio e passaram a enfrentar várias dificuldades (CARREIRA, 2000, p.151). A pobreza aumentou de maneira significativa, a ponto de implicar escassez de alimentos no local (PEREIRA, 1986, p.75-77).

A maior parcela da população atual teve a sua origem entre o fim do século XVIII e o início do século XIX, período em que as populações rurais voltaram a viver na antiga cidade, já em ruínas. Foram essas pessoas que, de geração em geração, deram vida à cidade até hoje (BRITO, 2011, p.06; FREIRE, 1993, p.68).

O patrimônio histórico construído na Cidade Velha é marcado pelas edificações de vários monumentos, estes desempenhados pelos africanos escravizados no arquipélago. A Sé Catedral, o Convento de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Fortaleza Real de S. Filipe, o Pelourinho, os Bairros e as Ruas da Cidade antiga fazem parte das construções de grande importância histórica da Cidade Velha. Todas datam do período colonial e são relativas à Ribeira Grande quatrocentista e quinhentista, escravista e mercantil. Atualmente, esses monumentos constituem a memória do que foi o passado histórico da Cidade Velha. Todavia, as ruínas não traduzem o passado por inteiro, pois a memória “[...] só se revela, na sua extensão e profundidade, pela escavação, pela busca e pelo esforço de reconstituição” (SILVA, 2004, p.19).

1.4. PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE VELHA, ILHA DE SANTIAGO.

Em Cabo Verde, ainda não houve a institucionalização da Arqueologia como um campo de conhecimento. Ela passou a figurar como disciplina, nas universidades, quando se institucionalizou a Licenciatura em História. Deste modo, a cadeira de Arqueologia parece ser uma mera auxiliar da História. Ademais, saliente-se que a “[...] profissão de arqueólogo ainda não está legalmente definida [...]” (ÉVORA, 2015, p.30).

Em termos teóricos e práticos,

[...] a arqueologia cabo-verdiana apresenta-se ainda como uma disciplina desprovida de um suporte teórico sólido, que lhe permita qualificar e avaliar a relevância dos distintos vestígios arqueológicos, possibilitando-lhe uma melhor inserção na problemática da história e da cultura cabo-verdianas (ÉVORA, 2015, p.20).

Em outras palavras, o campo da Arqueologia em Cabo Verde é ainda elementar. Apesar de as primeiras escavações terem iniciado em 1960 pelo governo português (FERNANDES, s/d, p.22), as primeiras pesquisas arqueológicas que se conhecem foram desenvolvidas em um contexto particular. Nesse momento, os

monumentos coloniais da Cidade Velha, considerados os mais antigos construídos no arquipélago, estavam sendo reconhecidos, reabilitados e restaurados, visando à sua conservação. No entanto, só a partir de 1990 intensificaram-se as investigações arqueológicas no país, com maior destaque dado aos monumentos históricos da Cidade Velha. Na época, as referidas escavações e os debates sobre a Cidade Velha faziam parte do processo para a construção da identidade nacional, e após a independência, em 1975 (SEMEDO, 2006), em busca de uma “afirmação histórica e identitária” do país (LUCAS; SILVA, 2009, p.44). Esta concepção como referido anteriormente, deve-se pela concepção de que a história de Cabo Verde iniciou a partir da colonização.

O campo da Arqueologia em Cabo Verde é ainda, de um modo geral, desconhecido e pouco divulgado. A exceção abre-se quando se descobrem artefatos em quantidades consideráveis, principalmente na Cidade Velha, um sítio eminentemente arqueológico, e as informações são divulgadas em rádios e telejornais do país. Não obstante, os anúncios, em sua maioria, restringem-se aos tipos de materiais encontrados. A opinião pública demonstra certo grau de curiosidade com base na ideia de que foram descobertos tesouros em baixo do chão. Uma vez terminada essa divulgação, que, geralmente, toma poucos dias, nada se ouve sobre a Arqueologia no país. De um modo geral, a noção que se tem sobre a Arqueologia em Cabo Verde está relacionada ao passado, e os objetos antigos materializam tal concepção.

As discussões e as análises gerais da cultura material feitas nas escavações inserem-se nos parâmetros definidos em três correntes¹⁷ da Arqueologia. Embora as pesquisas em Cabo Verde sejam de caráter pontual e limitem-se em termos de tempo. As investigações analisam o processo histórico de Cabo Verde, a relação do país com outros continentes no âmbito do comércio durante o período colonial e os

¹⁷ Durante a trajetória da arqueologia como ciência, destacaram três teorias que a caracteriza e define-a até o momento. O período histórico-culturalismo é caracterizado por apenas reunir dados, descreve-las e classificá-las em tipologias. Este período desenvolveu num contexto pela busca das origens pré-históricas dos povos europeus. A partir dos anos 60, com a mudança de perspectivas marcada pelo surgimento da Nova arqueologia, com capital contribuição do arqueólogo norte-americano Lewis Binford, a arqueologia passou a ser vista como sendo, o estudo da cultura material que busca compreender as relações sociais e as transformações na sociedade (BINFORD, 1962; FUNARI, 2010, p.15). A partir da década de 80, com a contribuição de alguns arqueólogos, destacando o arqueólogo britânico Ian Hodder, começaram a surgir críticas decisivas à Nova arqueologia, por refletir uma visão capitalista do passado humano, sugerindo assim que a dimensão simbólica na cultura deve receber a devida atenção (HODDER, 1988; FUNARI, 2010, p.50; BAHN, 1997, p.88).

resultados dessas trocas comerciais, os objetos, caracterizando-os conforme tipologias (ex.: ossos, cerâmicas, azulejos, etc.) e conforme as suas origens. Embora haja pouca discussão relativa a alguns materiais arqueológicos, à sua relação com os agentes produtores e aos seus significados nas relações sociais, é possível distinguir caracteristicamente os materiais de origem africana dos de origem europeia (EVANS; STIG SORENSEN, 2006; 2007; 2009; 2010).

Deve-se apontar que existem problemas advindos das escavações, tais como o pouco cuidado que se dá aos materiais arqueológicos, uma vez feita a coleta no sítio. Na reserva técnica, a maioria dos materiais não está catalogada e sequer se sabe de que sítio arqueológico retirou-se. Muitos se encontram em compartimentos do Museu de Arqueologia, esperando que, um dia, apareçam profissionais da área de conservação, restauração e de áreas afins para dedicar-lhes cuidados. Nesse contexto, e parafraseando Évora (2015, p.20), “Parece existir uma tendência para considerar o salvamento de objetos em si como uma finalidade do trabalho do arqueólogo [...]” e não uma forma de fazer história a partir dos artefatos arqueológicos. O que, de fato, precisam ser dada mais atenção, é a análise mais abrangentes dos artefatos, catalogação e publicação de dados. Assim, elimina-se a possibilidade de os artefatos serem enviados para a reserva técnica, sem os seus devidos análises, que engloba desde coleta do material no sítio, o seu significado e relação no contexto-sócio-histórico do país, até a publicação de dados e a sua inserção na reserva técnica.

O estudo da Arqueologia em Cabo Verde está voltado somente ao patrimônio construído durante o período colonial. Dá-se destaque às diversas ruínas existentes na Cidade Velha, as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Luz, norte da ilha de Santiago, e a capela erguida na região da Trindade, também situada na ilha de Santiago.

Falar do Patrimônio Arqueológico de Cabo Verde implica necessariamente destacar o próprio conceito do Patrimônio Cultural. A noção contemporânea do patrimônio cultural põe em evidência os objetos e os lugares que carregam memórias, identidades de grupo, de épocas e contextos diferentes do passado, estabelecendo pontes entre o passado e o presente (GONÇALVES, 2005, p.16 -17; GONÇALVES, 2007, p.28).

Os vestígios arqueológicos que existem no país, caracterizados na maioria por estruturas de edifícios antigos, fragmentos de cerâmicas, azulejos, perduraram

até hoje, constituindo o rico patrimônio arqueológico do país. Os mais conhecidos e abundantes foram e continuam sendo encontradas na Cidade Velha. Talvez isso ocorra porque ali as investigações arqueológicas são realizadas com maior frequência em relação aos outros sítios arqueológicos existentes no país. Aliás, esse patrimônio arqueológico existente na Cidade Velha foi um dos motivos que levou o governo de Cabo Verde, a dar conhecimento à UNESCO sobre a importância histórica dos monumentos da Cidade Velha e sobre a possibilidade da sua patrimonialização mundial (SEMEDO, 2010, p.79).

Após o período colonial, pouca importância foi dada às questões do patrimônio. Construir e afirmar a viabilidade do país foram as primeiras prioridades (CARVALHO, 2005, p. 363). Somente a partir de 1978, com a criação da Comissão Nacional notificado no BO, n.º51, de 23/12/78, iniciaram-se os trabalhos em prol da defesa, da conservação e do restauro dos monumentos históricos. Aliás, nesse período, devido à procura pela afirmação do Estado-Nação, viu-se, no patrimônio cultural da Cidade Velha, um suporte para a recriação simbólica de identidades e de discursos que veiculavam a identificação nacional (LUCAS; SILVA, 2009, p.34).

Por sua história, a Cidade Velha foi declarada Patrimônio Nacional em 1990, e, posteriormente, em 2009, Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO. Esse mesmo status fora negado em 2001, pela falta de estruturação no local, o que levou o governo de Cabo Verde a investir mais na conservação dos monumentos históricos na Cidade Velha. Através de cooperações com universidades estrangeiras e locais, decidiu-se com base em trabalhos arqueológicos, de restauração e conservação, qualificar os monumentos (SEMEDO, 2010, p.81).

Já a partir dos anos 2000, as investigações arqueológicas na Cidade Velha passaram a ser conduzidas visando à sua candidatura a título de Patrimônio da Humanidade. Essas intervenções visam restaurar e reabilitar o patrimônio material da região no sentido de ter uma estrutura capaz de albergar e demonstrar evidências que lhe permite ser considerado Patrimônio Mundial da Humanidade. Por outro lado, existe certa conexão entre sítios histórico-arqueológicos considerados Patrimônio da Humanidade com o turismo. Nesse contexto após receber o título Patrimônio Mundial de Humanidade, Cidade Velha tem sido palco de visitas turísticas, tanto no âmbito nacional como internacional (cf. SEMEDO, 2010).

Com efeito, os motivos de elevação da cidade ao título de Patrimônio Mundial justificam-se: (i) por ser a Cidade Velha a primeira plataforma intercontinental no

comércio dos africanos escravizados entre a parte continental africana, a Europa e as Américas; (ii) por determinar a prefiguração das trocas transoceânicas e multicontinentais; (iii) e por representar uma etapa na globalização das relações internacionais.

Declarado Patrimônio Nacional de Cabo Verde, e elevada à categoria de Patrimônio Mundial pela sua importância histórico-social do país, Cidade Velha foi e ainda é centro de muitos debates. É um lugar que requer a divulgação e o reconhecimento do seu valor cultural e patrimonial, com vistas à sua preservação. Ela é “tida como o testemunho da história e guardiã dos monumentos que a legitimam como cidade histórica” (LUCAS; SILVA, 2009, p.36).

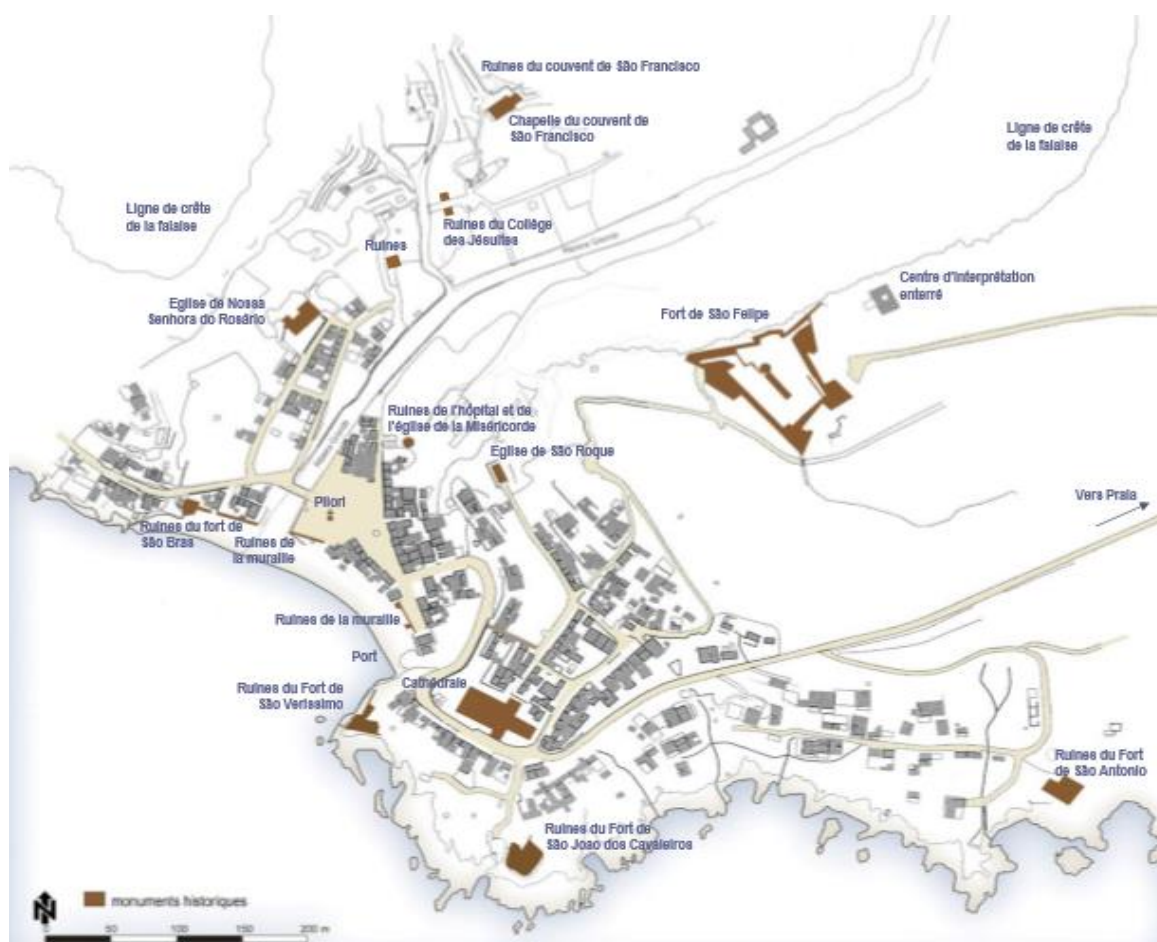


Figura 3 - Principais edifícios históricos da Cidade Velha.
Fonte: Carvalho (2008, p.75).

A figura apresentada acima mostra os monumentos religiosos, militares e civis, que constituem hoje as memórias materiais construídos em um espaço tão pequeno durante o período colonial. A título de exemplo, destaca-se a construção

das vinte e quatro igrejas, incluindo ermidas e capelas (PEREIRA, 2004, p.21). Isso demonstra o poder da organização religiosa na cidade e o seu papel ativo no comércio dos africanos escravizados, batizando-os e latinizando-os sob o pretexto de salvar as suas almas (OLIVEIRA, 2005, p.48; LOPES FILHO, 2006).

Pela sua localização considerada geoestratégica, Ribeira Grande de Santiago foi sede do bispado e diocese de Cabo Verde, que englobava outras ilhas do arquipélago, e a região do Senegal até Serra Leoa, conhecida também por “Rios de Guiné” (PEREIRA, 2005).

As construções militares em toda a orla, designadamente os fortes, foram edificadas no sentido de defender os interesses econômicos da cidade, que, constantemente, era saqueada e pilhada por estrangeiros ingleses e franceses. Tais ataques subjugavam o domínio do arquipélago, ameaçando Portugal, que, na época, detinha o controle do arquipélago (PIRES, 2007, p.49-54).

O período colonial em Cabo Verde que envolveu também o tráfico de africanos escravizados resultou em vestígios materiais, que hoje estão sendo estudados a partir da arqueologia, embora ainda de uma maneira elementar e restringindo-se, mormente, à Cidade Velha.

As pesquisas arqueológicas em Cabo Verde iniciaram no ano de 1960, período em que o campo de Arqueologia passava mundialmente por mudanças de paradigmas, assentada no processualismo. Discutiam-se as novas direções que as pesquisas arqueológicas deviam tomar, os tipos de problemas a serem priorizados, e os significados dos dados arqueológicos, em que a própria cultura material constituía o parâmetro que indicava as relações sociais. Este momento das pesquisas arqueológicas em Cabo Verde coincide com mudança de paradigma, conforme assinalam Trigger (2011) e Binford (1962). Os esforços reivindicavam mais cientificidade no campo de Arqueologia.

Percebe-se que os trabalhos no âmbito de arqueologia em Cabo Verde não estão inseridos em um programa específico de pesquisa arqueológica. Eles estão, em sua maior parte, associados aos trabalhos de restauração, preservação ou recuperação de traços arquitetônicos coloniais de monumentos edificadas durante o período colonial. E como é óbvio, as leituras, prévias análises e datações dos materiais são periodizados a partir dos finais do século XV, altura que iniciaram a ocupação colonial do arquipélago.

A pesquisa arqueológica apresenta-se como um campo do conhecimento ainda por desvendar. De fato, nos últimos anos, tem havido algumas iniciativas por parte do Instituto de Patrimônio Cultural de Cabo Verde (IPC), aliado às Universidades de Uni-Piaget (Cabo Verde), e de Cambridge (Inglaterra). O objetivo é propiciar à comunidade científica informações, particularmente, sobre o sítio histórico da Cidade Velha, na ilha de Santiago.

Todas as pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Cabo Verde foram coordenadas por arqueólogos estrangeiros, nomeadamente, ingleses e portugueses. Talvez, isso se deva à escassez de profissionais formados na área da Arqueologia no país, razão pela qual o Ministério da Educação deve investir mais na formação de profissionais da Arqueologia e de áreas afins. Quem é formado na área de arqueologia e áreas afins, em verdade, acaba desempenhando funções diversas, nem sempre relacionadas com sua especialidade.

Ao tratar da Arqueologia no país, Guimarães (2001, p.129) afirma que, como se sabe, o contexto histórico e as realidades da Europa e de Cabo Verde são diferentes. Por esse motivo, acrescenta que:

Conhecendo-se minimamente a História de Cabo Verde de imediato nos apercebemos que as arqueologias europeias, também elas em profunda revisão de métodos e objectivos, não se ajustam à realidade deste País. Daí que antes de qualquer programação desta actividade importa realmente perguntar: que arqueologia para Cabo Verde (2001, p.129)?

Porém, Ki-Zerbo (2010, p.214) aponta que

Os métodos científicos utilizados na Arqueologia têm o mérito de ser universais. Podem ser aplicados tanto na África como na Europa, Ásia ou América, embora a maneira de aplicá-los possa variar de um lugar para outro.

No âmbito das restaurações e reabilitações de monumentos históricos naquela época em ruínas, Cidade Velha foi palco das primeiras intervenções arqueológicas, iniciadas em 1960. Segundo Fernandes (s/d, p.22) essas intervenções foram “realizadas pelo governo português, da qual não há registros científicos”. No entanto, alguns autores indiquem a data de 1989 como sendo a primeira (FREIRE, 1997, p.24 apud GUIMARÃES, 2001, p.128; ÉVORA, 2015, p.22). Por toda a cidade encontra-se vestígios antigos: fragmentos de cerâmica, azulejos,

balas de canhão e ossos. “[...] não se pode pontapear uma pedra sem que eles se patenteiem aos olhos de todos” ¹⁸.



Figura 4 – Cerâmica

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, fev. 2014.

Legenda: Fragmentos de cerâmicas encontrados na superfície, durante uma visita à Cidade Velha em Fevereiro de 2014, perto das ruínas onde funcionava a Companhia Grão Pará de Maranhão.

De 1960 aos finais dos anos 1980 não se registraram significativos intervenções arqueológicas no país. Somente a partir de 1989 intensificaram-se tais atividades, particularmente na Cidade Velha, cujo limite é a zona histórica rodeada por uma zona tampão (ver linha azul da Figura 5).



Figura 5 - Sítio histórico da Cidade Velha, Patrimônio Mundial.
Fonte: Carvalho (2008, p.11).

¹⁸ *Espólio monumental de Cidade Velha continua a ser investigado in Pelourinho – Revista da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago. Ano III. N°3. Maio 2015, p.12.*

As escavações arqueológicas realizadas na Sé Catedral em 1989 foram coordenadas pelo arqueólogo português Clementino Amaro, a serviço do Instituto Português da Arqueologia e Patrimônio Cultural. O processo ocorreu sob o protocolo assinado em 1988 entre os governos de Cabo Verde e Portugal. Verónica Freire e Carlos Carvalho, dois arqueólogos cabo-verdianos, participaram dessa escavação (ÉVORA, 2015, p.22).

Essa intervenção, que tinha como principal objetivo recuperar os elementos arquitetônicos referentes à estrutura do próprio edifício com vista a seu restauro, demonstrou resultados satisfatórios. Graças a ela foi possível conhecer toda a extensão do edifício (FREIRE, 1993, p.06). Os materiais ali encontrados totalizaram em 11.500 fragmentos, variando entre ossos, moedas, peças de ferro e cobre, porcelana chinesa, azulejos, cachimbos, cerâmica comum da costa da Guiné, faiança portuguesa, e outros objetos (AMARO, 1990, p.86; FREIRE, 1993, p.69). Isso revela, segundo Guimarães (2001, p.134), a diversidade de estilos, épocas e relações socioculturais que se estabeleceram na antiga Ribeira Grande de Santiago, hoje Cidade Velha. Os enterramentos encontrados no interior da igreja compeliram para uma intervenção de muito cuidado, conforme Freire (1993, p.06).

Entre 1995 e 1996, alguns profissionais cabo-verdianos ligados ao Instituto do Patrimônio Cultural e envolvidos com Arqueologia trabalharam na Fortaleza Real de São Filipe. Os trabalhos de arqueologia destacaram-se pela descoberta de vários pavimentos de divisões no interior do monumento, onde havia a capela de São Gonçalo, casa do governador, um quartel, dentre outros pavimentos não identificados (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000, p.135). Deu-se a continuidade aos trabalhos em 1999, com o objetivo de consolidar e reabilitar a parte interior do monumento, sob a direção do arqueólogo espanhol Jorje de Juan Ares, com base em acordos entre Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Ministério da Cultura do país (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000; ÉVORA, 2015, p.22).

Da cultura material encontrada, destaca-se grande quantidade de cerâmicas fragmentadas, principalmente as de Guiné, cujas características são as seguintes:

[...] massa escura, negra ou castanha e cozedura oxidante, com bastante desengordurados mineral [...] e com decoração de impressão de conchas marinhas, incisões, ou simples espatulados na superfície de peça (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000, p.155).

Os fragmentos de louças e azulejos foram definidos como originários de Portugal e da Espanha (Sevilha) e datadas do século XVI. Foram encontrados também vidros de garrafas e copos, metais, balas de canhão e de chumbo, moedas cunhadas, fragmentos de telhas, de mármore, e de porcelanas chinesas. Evidenciam-se, assim, as relações comerciais entre Cabo Verde e o oriente, na época em que o arquipélago ocupava um dos vértices do tráfico transatlântico (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000, p.155-157; ÉVORA, 2002, p.5). Não obstante, é possível admitir que algumas cerâmicas encontradas durante as escavações tenham sido produzidas na ilha. Os diversos tipos e as diversas procedências dos materiais devem-se a que as ilhas do arquipélago foram ponto de passagem de navios que faziam comércio entre a Europa, a costa do continente Africano e a América. Logo, alguns estudos dos objetos arqueológicos tiveram, como parte de reflexão, esse contexto (JUAN ARES; CÁCERES YASMINA, 2000, p.149).

Para finalizar os trabalhos iniciados na Sé Catedral em 1989, em 1991 e em 1999 continuaram-se as intervenções arqueológicas pontuais na Sé Catedral. Esta última foi dirigida pela arqueóloga portuguesa Ana Carvalho Dias, com a colaboração das arqueólogas Isabel Inácio e Sandra Lopes (FREIRE, 1993, p.69; GUIMARÃES, 2001, p.128).

A partir de 1999, outras intervenções arqueológicas foram levadas a cabo na Cidade Velha, e em outros pontos de interesse arqueológico do país. Desta vez, houve a colaboração da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento (AECID), sob o projeto de Salvaguarda do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da Cidade Velha, financiado pelo governo espanhol. A Fortaleza Real de São Filipe, a Rua da Banana, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Convento/Igreja de São Francisco foram palcos dessas intervenções, porém os trabalhos basearam-se, principalmente, no restauro e conservação (PENÃ, 2000, p.133-160; FERNANDES, s/d, p.23).

Em 2005, procedeu-se à primeira fase do projeto de escavação arqueológica na Igreja de Nossa Senhora de Conceição, no Colégio dos Jesuítas e no Hospital/Igreja da Misericórdia, sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Cultural do país (IPC). O processo ocorreu com a colaboração da Universidade Jean Piaget, de Cabo Verde, e do Departamento de Arqueologia da Universidade de Cambridge, da Inglaterra, liderado pelo arqueólogo Christopher Evans. O projeto

prevê vários anos de escavações, as quais foram iniciadas em 2005. Nessa fase, os trabalhos centraram-se na inspeção e na localização das dimensões submersas das ruínas, especificamente as da Igreja da Nossa Senhora da Conceição. Os trabalhos constituíram-se, principalmente, por meio de comparações de mapas, de sobreposições topográficas e de pesquisas documentais (EVANS; STIG SORENSEN, 2006; RICHTER, 2011, p.08). Somente em 2006 começaram as intervenções arqueológicas, feitas por uma equipe de 20 a 25 profissionais da área da Arqueologia e Conservação. Nesse período, duas áreas foram investigadas: a Igreja de Nossa Senhora de Conceição (sítio I) e o Hospital da Misericórdia (sítio II). Saliente-se que a Igreja de Nossa Senhora de Conceição é referenciada como a primeira construída em Cabo Verde após a chegada dos portugueses (EVANS; STIG SORENSEN, 2006).

No sítio I, foram abertas sete trincheiras, com profundidade e largura diferentes, nas quais se encontrou um número substancial de artefatos. Destacam-se azulejos decorados, moedas (origem portuguesa), vidros, peças de porcelana chinesa, faiança portuguesa, conchas (possivelmente, levadas para o local juntamente com as pedras para construções obtidas à beira mar), cerâmicas africanas (originárias da costa oeste e da região central da África) e outros artefatos, possivelmente oriundos da ilha. Ainda, foram encontrados vestígios de vários enterramentos humano no interior da igreja, inclusive duas lápides (EVANS; STIG SORENSEN, 2007, p.13-14).

A maior quantidade de materiais encontrados compõe-se por dentes, no total de 670, em bom estado de preservação, ao contrário dos ossos, cuja maior parte encontrava-se muito fragmentada. Supõe-se que as áreas de enterramentos antecederem às estruturas do pavimento inicial da igreja (EVANS; STIG SORENSEN, 2006, p.12-19).



Figura 6 – Ruínas da Igreja Nossa Senhora do Rosário e lápides no interior das estruturas.

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.

Umas das descobertas mais importantes durante a escavação na referida igreja foi o achado de vestígios de uma capela construída no local, datada do século XV (EVANS; STIG SORENSEN, 2006, p.12). A capela teria sido construída entre 1466 a 1470 como afirmam Daniel Pereira (2009, p.64) e Senna Barcelos (2003, p.39). A capela servia como oratório aos primeiros colonos (RICHTER, 2011, p.4, 11). Com as intervenções arqueológicas, ficaram visíveis todas as dimensões originais da igreja (Figura 6), aproximadamente, 9m de largura e 18m de comprimento (RICHTER, 2011).

Entre 2003 e 2006, pesquisaram-se vestígios materiais da passagem dos jesuítas no arquipélago. Em primeiro momento, não se sabia a localização exata onde funcionava o Colégio dos Jesuítas. Aliás, as poucas referências históricas da construção de tal edifício, lançavam certas dúvidas sobre a sua construção ou não durante o período colonial no arquipélago. O trabalho estava inserido no projeto internacional do Fórum UNESCO – Universidade e Patrimônio, com a colaboração de universidades de Portugal, do Brasil e de Cabo Verde. Como ponto de apoio, recorreu-se a levantamentos topográficos e a três mapas do engenheiro Português António Andreis, datados do século XVIII. Os resultados obtiveram a localização exata do Colégio dos Jesuítas: um edifício estreito e longo, a poucos metros a sul da Igreja da Nossa Senhora da Conceição (RICHTER, 2011, p.8). As escavações

arqueológicas no local em 2007, coordenadas por Cristopher Evans, confirmaram a planta original do Colégio dos Jesuítas (EVANS; STIG SORENSEN, 2007, p.19).

A existência de alguns edifícios históricos que a documentação colonial cita, mas dos quais hoje não há vestígios visíveis ou cuja localização é desconhecida tem motivado o trabalho de historiadores e pesquisadores cabo-verdianos. O objetivo é que as pesquisas em fontes históricas coloniais colaborem no esclarecimento da localização exata dos edifícios. Nos seus trabalhos alguns pesquisadores cabo-verdianos, embora não necessariamente tratando especificamente sobre as localizações dos edifícios coloniais edificadas no arquipélago, retratam sobre a localização de alguns edifícios coloniais sem vestígios visíveis, particularmente em Cidade Velha. Apoia-se em fontes históricas para tal discussão. É o caso, por exemplo, dos seguintes pesquisadores: Senna Barcelos (2003), Baltazar Neves (2011), e Fernando Pires (2007). Embora os argumentos dos autores sejam, por vezes, contraditórios, cada um defende a posição que acredita ser a real localização das construções dos referidos edifícios.

A discussão, por exemplo, centraliza-se no contexto de construção e localização de alguns edifícios em Cidade Velha, no início da colonização portuguesa no arquipélago. A capela do Espírito Santo, em especial, levanta dúvidas sobre a sua exata localização. Seria ela a mesma que a capela de Nossa Senhora de Conceição? Teria sido ela a primeira capela/igreja construída na Cidade Velha, após a chegada dos portugueses na região? Neves (2011, p.162-172) conclui que a capela do Espírito Santo foi incorporada na construção da Igreja da Misericórdia na metade do século XVI e que a sua denominação foi extinta, passando a ser referenciada somente Igreja de Misericórdia. As escavações arqueológicas esclareceram que, em verdade, a capela de Nossa Senhora de Conceição e a do Espírito Santo são duas capelas diferentes e que a localização da capela do Espírito Santo fica nas adjacências da Igreja/Hospital da Misericórdia (EVANS; STIG SORENSEN, 2006).

Os trabalhos nas ruínas do Hospital de Misericórdia não foram intervenções arqueológicas propriamente ditas. Os trabalhos decorreram no sentido de estabelecer o seu potencial para preservação e reconstrução. O destaque nesse processo foi a descoberta de vestígios da capela do Espírito Santo. Ainda, encontraram-se outros materiais, dos quais se destacam azulejos (alguns

semelhantes aos que foram encontrados na igreja de Nossa Senhora da Conceição) e cerâmicas, datadas do século XVII (EVANS; STIG SORENSEN, 2006).



Figura 7 - Hospital da Misericórdia.
Foto: Sandra Samira T. Miranda, jul. 2015

Em 2007, desenvolveu-se mais uma etapa das escavações, durante um período de duas semanas, na Igreja de Nossa Senhora de Conceição (sítio I) e no Colégio de Jesuíta (sítio III). Deu-se, pois, continuidade dos trabalhos iniciados em 2006, com o propósito principal de determinar, se a argamassa encontrada na primeira escavação do lado sul da Igreja de Nossa Senhora de Conceição dá continuidade a ruínas do edifício do Colégio dos Jesuítas (EVANS; STIG SORENSEN, 2007, p.1).

Outros pontos de interesse arqueológico foram palcos das escavações na região, como a casa de Rosalinda (sítio IV). A intervenção nesse local procura investigar o pavimento de uma das casas mais antigas da cidade (EVANS; STIG SORENSEN, 2007, p.35). Na Fortaleza Real de São Filipe (sítio VI), por sua vez, encontraram-se cerâmicas supostamente usadas para auxiliar na construção das estruturas das paredes. No edifício da Companhia do Grão-Pará e Maranhão¹⁹ (sítio VIII), por fim, acharam-se alguns fragmentos de cerâmicas e poucas evidências de estruturas antigas da própria construção do edifício. Em ruínas com apenas uma

¹⁹ No local funcionava a Companhia do Grão-Pará e Maranhão gerenciada por empresários de Portugal e da região Norte do Brasil, com monopólio do comércio intenso de escravos entre Brasil e Guiné Bissau, cuja rentabilidade econômica constituía o principal propósito. A companhia instalou em Cabo Verde no ano de 1757, e atuou praticamente 20 anos (SANTOS (Coord.) 2007, p.311-313).

parede vertical com 5.50 metros de altura e 7.00 metros de comprimento, o local hoje é utilizado para a criação de animais e prática de agricultura. Esta situação acontece devido à falta de investimentos por parte do governo, e especificamente a câmara local, em criar condições que possam reverter a situação, levando em consideração de que muitas pessoas vivem basicamente dos rendimentos da agricultura e criações de animais. Sem espaços para desenvolver essas atividades, as ruínas aparecem nesse contexto, um espaço para efetivar essas práticas. Ademais, percebe-se que existem poucas políticas de sensibilização à população local para preservação do patrimônio histórico e arqueológico. Deste modo, poucas pessoas têm desempenhado um papel ativo na proteção do sítio, facto observado durante o trabalho de campo.



Figura 8 - Companhia do Grão-Pará e Maranhão
Foto: Sandra Samira T. Miranda, jul. 2015

Em dezembro de 2009, na sequência das obras de saneamento da cidade, foram encontradas estruturas de edifícios antigos e uma série de artefatos arqueológicos. Tais descobertas impulsionaram uma escavação de emergência na Rua Calhau, na Cidade Velha, sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Cultural, em colaboração com a Universidade de Cambridge e a Universidade Jean Piaget, de Cabo Verde. As ruínas de estruturas de grandes dimensões, as referências do mapa e os objetos encontrados indicam que, no local, teria existido a

antiga alfândega da cidade. Foram encontradas muitas algemas que serviam para aprisionar os escravos e muitas balas de canhão (EVANS; STIG SORENSEN, 2010). Em fevereiro de 2010 prosseguiram-se as escavações no mesmo local, dando continuidade às intervenções.



Figura 9 – Estruturas antigas – Rua Calhau
Fonte: Evans; Stig Sorensen (2010, p.06).



Figura 10 – Balas de canhão



Figura 11 – Algemas.
Fonte: (Evans; Stig Sorensen, 2010, p.7).



Estado atual – Foto: Sandra S. T. Miranda.
Fonte: Acervo Museu de Arqueologia.

As atuais escavações, iniciadas em 2014, são, em sua maior parte, coordenadas pela equipe de arqueólogos da Universidade de Cambridge, em colaboração com o Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, com a Câmara Local e com a Curadoria da Cidade Velha. As pesquisas passaram a contemplar, cada vez mais, a preservação dos conjuntos arqueológicos e a gestão do patrimônio.

Em Maio de 2015, decorreram no Forte de Santo Antônio²⁰, intervenções arqueológicas e de conservação, com o intuito de colocar à vista os restos de estruturas do forte e uma pequena capela local, que estavam perdidos em termos topográficos. O projeto, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, permitiu que arqueólogos, conservadores e restauradores da Escola de Mértola (Portugal) procedessem tal escavação. Os primeiros trabalhos consistiram em realizar sondagens e limitações da área²¹.

A intervenção, realizada durante três semanas, foi coordenada por Virgílio Lopes, arqueólogo e coordenador da equipe da Escola de Mértola (Portugal), e por Pedro Gago, conservador e restaurador. Participaram também cinco alunos da referida escola, estudantes da Universidade de Cabo Verde e vários trabalhadores da região que prestavam serviços aos arqueólogos para fins monetários. Após a recolha de alguns artefatos encontrados durante as escavações, como fragmentos de cerâmicas e de ferro em estado bastante avançado de degradação, a pequena capela foi coberta novamente, buscando a sua preservação.²²

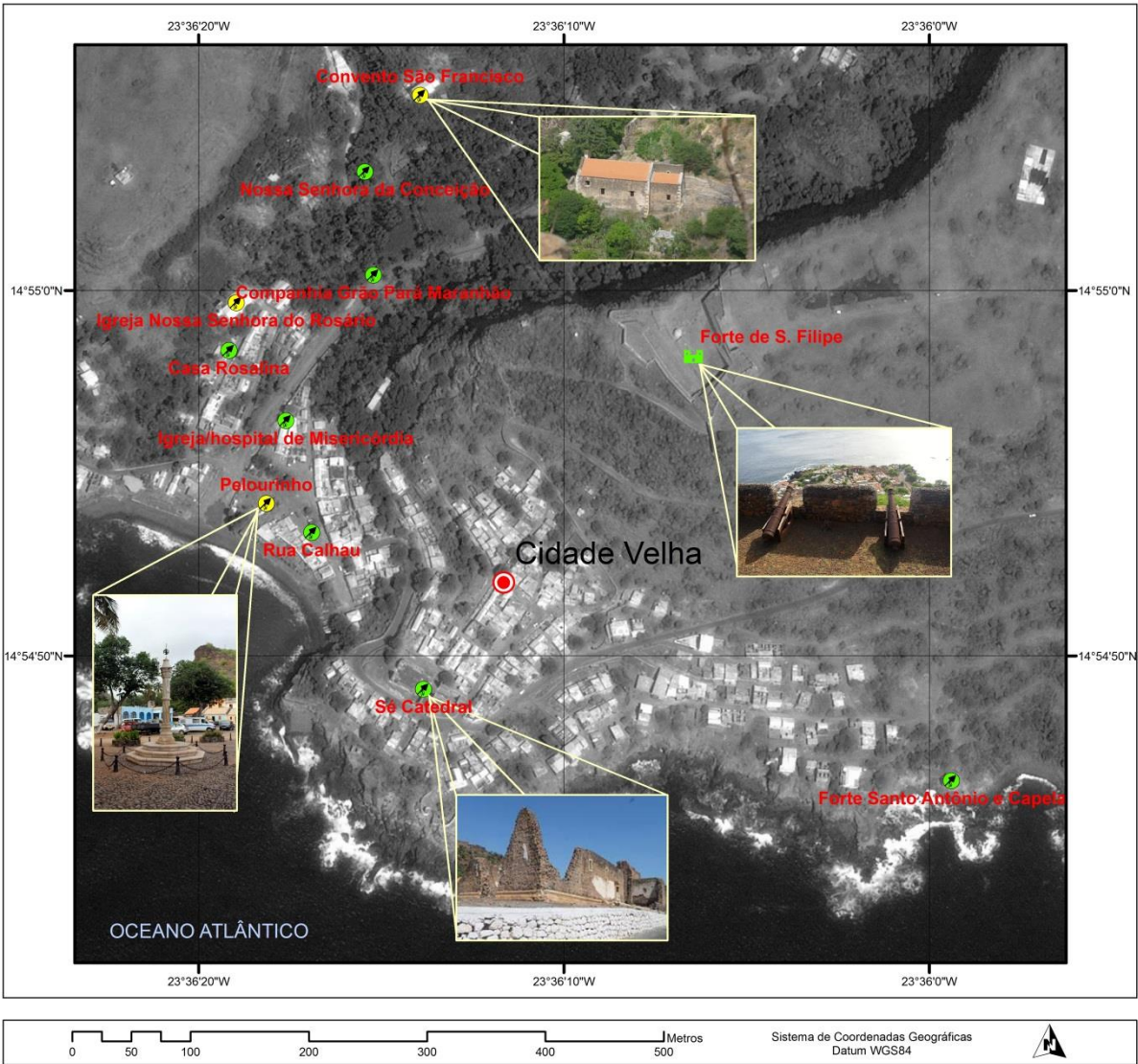
Atualmente, os vestígios materiais que compõem o património arqueológico da Cidade Velha correm sérios riscos, inclusive a sua destruição. A realidade é essa porque se vive um contexto em que a população local não vê a preservação como uma prioridade, se comparada a outras situações sociais do dia-a-dia. A título de exemplo, dentro de sítios arqueológicos, criam-se animais e pratica-se a agricultura e, em cima de estruturas antigas da Cidade Velha, constroem-se casas. O governo, representado pelo IPC e Câmara local, por sua vez, não promove políticas afirmativas que revê tais situações, no sentido de criar alternativas que possa ajudar a população local, em vez de proibi-las de criar animais e proibi-las a praticar agricultura dentro do património histórico e arqueológico da região.

O mapa seguinte mostra os pontos de intervenções, escavações e de restaurações dos monumentos históricos da Cidade Velha.

²⁰ O forte foi construído no início do século XVIII, especificamente em 1701. Essa foi a última estrutura militar construída em Ribeira Grande de Santiago, que, naquela época, já estava na sua fase de decadência. Informações obtidas no: *Semanário Independente de Cabo Verde*, 29 de Maio de 2015, número: 19.

²¹ *Semanário Independente de Cabo Verde*, 29 de Maio de 2015, número: 19.

²² *Semanário Independente de Cabo Verde*, 29 de Maio de 2015, número: 19.



1.5. ARQUEOLOGIA EM ALCATRAZES E TRINDADE (ILHA DE SANTIAGO)

Alcatrazes é uma região localizada na parte oriental da ilha de Santiago. Seu registro na documentação colonial data de 1462, quando Diogo Afonso, considerado oficialmente um dos possíveis descobridores das ilhas mudou-se para o arquipélago. Ele assumiu a Capitania do Norte, criando o núcleo populacional em Alcatrazes, na atual freguesia de Nossa Senhora da Luz, norte da ilha de Santiago (CARREIRA, 2000, p.32). A vida desse pequeno burgo durante o período colonial foi muito curta, com o abandono dos moradores entre o fim do século XV e o início do século XVI. A verdadeira razão desse êxodo é desconhecida, mas, possivelmente, deva-se à procura de mais oportunidades para o comércio com a costa em Ribeira Grande de Santiago (SANTOS, 2007, p.73). Na perspectiva do colonizador, o desenvolvimento da Capitania do Norte revelou-se pouco profícua, e, na época, Ribeira Grande de Santiago mostrava-se mais atrativa para o comércio com a costa ocidental africana. No entanto, nos finais do século XV, o local tinha o estatuto de vila, possuindo uma câmara e uma igreja (PIRES, 2007, p.36).

Pouco se sabe sobre o desenvolvimento socioeconômico da região entre 1462, momento em que se instalaram os colonizadores, ao fim do mesmo século. De qualquer maneira, hoje o local é considerado patrimônio histórico e faz parte da memória coletiva do país.

Nesse contexto, o Instituto do Patrimônio Cultural (IPC), em 2011, começou uma pesquisa, a fim de calcular, aproximadamente, quantas pessoas residiram no local, quantas casas foram construídas e quais foram as atividades ali desenvolvidas. Todavia, o projeto, que planejava uma pesquisa mais intensiva e complexa, restringiu-se somente ao restauro e à reabilitação da igreja de Nossa Senhora da Luz, localizada a alguns metros da baía de Alcatraz, que foi construída no final do século XV.²³

A esses trabalhos, somaram-se os da arqueologia, com o intuito de identificar as estruturas arquitetônicas da referida igreja, para que, durante a reconstrução, fossem mantidos os traços arquitetônicos antigos. As investigações arqueológicas ocorreram em duas fases: prospecção (Janeiro e Março de 2011) e escavação

²³ Relatório da escavação arqueológica e arquitetural das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Luz – Alcatrazes, Cabo Verde, 2011. Documento do arquivo pessoal de Francisco Moreira, Fiscal do Patrimônio Cultural da Cidade Velha.

(Junho a Julho de 2011). Os dois principais objetivos nessa extensão geográfica foram (i) identificar e guardar a história arquitetônica da estrutura e (ii) definir a natureza e a extensão dos enterramentos realizados no interior da igreja. Foram traçadas e escavadas cinco trincheiras, cujas dimensões escolheram-se de forma a abarcar toda a estrutura interna da igreja. Em todas as trincheiras, encontrou-se uma grande quantidade de ossos humanos bastante fragmentados. Entretanto, devido ao pouco tempo de que se dispunha para a escavação, não foi possível realizar uma análise completa de todas as trincheiras. Em termos de cultura material, houve poucos achados, destacando-se três categorias de materiais: aqueles da própria construção da igreja, um conta de rosário (artefato deliberadamente enterrado como parte de ritual funerário) e cerâmicas de origens africanas. A data precisa da construção da igreja é ainda controversa e desconhecida em termos de fontes escritas. As investigações arqueológicas, nesse sentido, tampouco a conseguiram decifrar, por falta de datações dos materiais ali encontrados.²⁴

Em relação às escavações arqueológicas em Trindade, o objetivo também era a restauração e a valorização do conjunto histórico do local. No início do período colonial, Trindade constituiu-se como um dos focos de povoamento e como uma das principais referências situadas ao norte, graças, sobretudo, à grande disponibilidade de água na região. O primeiro trabalho a ser desenvolvido foi a restauração da capela filipina datada do século XVI.

Os trabalhos de arqueologia envolveram as áreas circundantes da referida capela. Nessa área, encontraram-se ossos em um túmulo, o qual teria pertencido a um bispo. Na mesma região, descobriram-se muros que, possivelmente, fizeram parte de uma fazenda agrícola que a pequena capela integrava. Os trabalhos iniciados em 2009 foram obras de restauração e valorização do conjunto histórico e arqueológico da Trindade que buscavam valorizar o patrimônio histórico local e dar a conhecer a população da região a importância do patrimônio na história local.

Os trabalhos estavam inseridos no projeto financiado pela AECID, com o apoio do IPC e participação da arqueóloga espanhola Ana Lopez e de um técnico em restauro, integrante do grupo de restauradores sem fronteira de Portugal. A população foi envolvida nos trabalhos de arqueologia dando suporte aos técnicos,

²⁴ Relatório da escavação arqueológica e arquitetural das ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Luz – Alcatrazes, Cabo Verde, 2011. Documento do arquivo pessoal de Francisco Moreira, Fiscal do Patrimônio Cultural da Cidade Velha.

para que eles tivessem noção de que Trindade é uma zona histórica e um sítio arqueológico a ser preservado.²⁵

1.6. ARQUEOLOGIA EM SALAMANSA (ILHA DE SÃO VICENTE)

A existência de uma pequena elevação no litoral da ilha de São Vicente, em cuja superfície aparecia grande quantidade de conchas, ossos de animais e fragmentos de cerâmica, indicava a existência de um concheiro²⁶ de grande interesse arqueológico. A descoberta deu-se em 1993 por Francisco Reiner e António Guerreiro, associados ao Centro Português de Atividades Subaquáticas e ao Projeto Delfim do Centro Português de Estudos de mamíferos marinhos, durante uma visita ao litoral da ilha para o estudo da fauna de moluscos na região. Com o intuito de esclarecer em que época ocorreu a ocupação humana no local, em seguida, promoveram-se intervenções arqueológicas, que decorreram em duas fases: uma em 1998 e outra em 2005 (CARDOSO; SOARES, 2010, p.170; BARROCA, 2002).

O projeto teve apoio do governo de Cabo Verde, representado pelo antigo Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural (IIPC²⁷), da Câmara Municipal da ilha, e da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (Portugal) (CARDOSO; SOARES, 2010, p.169).

As intervenções iniciaram-se na parte frontal do concheiro, aquela exposta ao mar, com marcações de um por um metro para a recolha da totalidade dos materiais. A estratigrafia não foi traçada, tendo em vista que, naquela parte, a ação marítima já havia *desmontado* o concheiro. Nas outras partes que compõem o concheiro, fez-se a devida descrição e interpretação estratigráfica, assim como o levantamento gráfico e fotográfico do local (BARROCA, 2002, p.221-222). Encontraram-se ali pisos de barro cozido correspondentes ao interior de unidades habitacionais. Adjacentes a

²⁵ Informações obtidas durante a visita de estudo realizada na disciplina de Introdução à Arqueologia e História da Arte na Universidade de Cabo Verde em 2009 e 2010.

²⁶ Concheiro é o nome que se dá à formação de um montículo artificial, geralmente conhecido no Brasil pelo nome de sambaqui. Segundo Funari (2001, p.14) "Sambaqui é uma palavra tupi que significa nome de mariscos. Eles são encontrados no litoral e nas margens dos rios e serviam de alimento aos antigos habitantes. Esses habitantes comiam os mariscos e jogavam fora as conchas, que iam se empilhando".

²⁷ Antigo Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural (IIPC), hoje Instituto de Investigação do Patrimônio Cultural (IPC).

essas unidades, acharam-se cinzas, por vezes com camadas de conchas muito fragmentadas, pertencentes aos despejos de detritos domésticos das referidas habitações. Dentre os materiais encontrados em maior número, destacam-se ossos de animais (cabra), fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e alguns artefatos metálicos em mau estado de conservação (BARROCA, 2002; CARDOSO; SOARES, 2010).

A escavação de 2005 teve a participação de uma arqueóloga portuguesa, a Dra. Alexandra Gradim, e de um desenhador de arqueologia, Bernardo Ferreira. Por sua vez, de Cabo Verde, houve a participação de um representante do IIPC, Hamilton Fernandes, de uma antropóloga, a Dra. Isa Lelis, e do presidente do IIPC, o Dr. Carlos Carvalho (CARDOSO; SOARES, 2010).

A descoberta de novos artefatos de origem portuguesa durante as escavações em 2005 utilizou-se como evidência contrária às conclusões preliminares da primeira intervenção (1998), que sugeriam tratar-se de um sítio antecedente ao século XV (CARDOSO; SOARES, 2010, p.167). Segundo Barroca (2002, p.222-224), os dados do radiocarbono apontam para uma ocupação humana nos séculos XVII e XVIII, com a probabilidade de a ocupação ter iniciado no século XVI. As possíveis explicações para a ocupação nesse período levantam algumas hipóteses, conforme Cardoso e Soares (2010). A ocupação teria sido em verdade, temporária durante o início do período colonial, quando ocorreu a exploração agropecuária na ilha vizinha, Santo Antão. O local, pois, teria servido como apoio à navegação ou como refúgio aos piratas que, constantemente, atacavam as outras ilhas do arquipélago.



Figura 12 – Ilha de São Vicente, Salamansa.
Fonte: Cardoso; Soares (2010, p.170, 177).



Figura 13 – Concheiro de Salamansa.

As intervenções arqueológicas supramencionadas foram impulsionadas pela descoberta de vários artefatos, passíveis de identificação. O objetivo central da escavação foi descobrir a datação do referido concheiro. As discussões preliminares sobre o período de ocupação do concheiro indicavam uma ocupação anterior aos europeus, contrariando as fontes escritas que defendiam que, ainda no século XIX, ele não havia sido ocupado. As análises finais, feitas a partir das escavações de 2005, no entanto, concluíram que a ocupação deve ter acontecido no século XVI.

As análises sobre as datações baseadas nos relatórios das pesquisas deixaram muitas dúvidas de ordem cronológica. Consta-se, por exemplo, um intervalo de dois séculos, período no qual, provavelmente, pôde haver ocorrido a primeira ocupação humana no local. Dessa forma, é possível afirmar que houve falta de apoio sustentável e de políticas governamentais claras nas escavações. Além disso, teve-se pouca discussão acerca dos achados arqueológicos e da sua ligação com o contexto sócio histórico do arquipélago. Os resultados das escavações, portanto, foram poucos claros e não propiciaram uma resposta concludente e científica. As análises dos artefatos arqueológicos oriundos dessas intervenções foram analisadas de uma maneira isolada, o que acaba influenciando nas conclusões das pesquisas. Espera-se que, em futuras investigações na região ou nas outras partes da ilha, haja outras formas de análise da cultura material e do sítio em geral.

Polêmicas à parte, o fato é que a espessura das camadas culturais, o tamanho do sítio arqueológico e os artefatos ali encontrados sugerem uma ocupação humana mais intensa e anterior à chegada dos portugueses ao arquipélago. Este é um tema localmente polêmico, conforme explicado anteriormente, e remete à necessidade da realização de pesquisas arqueológicas voltadas para a ocupação humana pré-colonial em Cabo Verde, como, aliás, há muito é feito em outras partes do mundo.

Existem poucos registros científicos a respeito da discussão sobre as datações dos artefatos arqueológicos e os respectivos resultados. Apenas as intervenções arqueológicas feitas em Fortaleza Real de São Filipe e os respectivos resultados foram publicadas na obra *CABO VERDE, Fortaleza, Gente e Paisagem* (2000, p.133-160). Embora haja necessidade para mais discussões, divulgações dos respectivos resultados das análises dos achados arqueológicos, pouca importância ou outras razões pouco esclarecidas estão na base do baixo índice das publicações

dos resultados das escavações. As investigações arqueológicas e os seus resultados poderão esclarecer muitas dúvidas, hipóteses e controvérsias sobre a primeira ocupação do arquipélago de Cabo Verde. Resta saber se os governantes e os pesquisadores estão interessados em apostar neste esclarecimento.

1.7. ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA EM CABO VERDE

Desde os anos de 1990, tem havido uma preocupação em preservar e em defender o patrimônio subaquático de Cabo Verde. A publicação da lei nº 102/III/90, sessão VI do Artigo 52, por exemplo, refere que “todos os achados e despojos históricos recolhidos dentro da área de jurisdição de Cabo Verde são propriedades do Estado”, definindo, assim, os parâmetros para a defesa do patrimônio subaquático no país (CARVALHO, 2005, p.368; OLIVEIRA, 2005, p.138). Nesse sentido, os trabalhos da Arqueologia são entendidos como oportunos e relevantes devido ao potencial do patrimônio subaquático do arquipélago na (re) construção da história do país e da história atlântica.

A primeira pesquisa subaquática feita em Cabo Verde foi dirigida pela empresa sul-africana AFRIMAR, entre 1993 e 1996, explorando navios que afundaram nos mares de Cabo Verde durante a época colonial. Em seguida, ARQUEONAUTAS, uma empresa de Portugal, deu continuidade aos trabalhos, entre 1996 e 2001, realizando investigações em todo o mar do arquipélago, com apoio financeiro da metade das despesas de exploração pelo governo de Cabo Verde (OLIVEIRA, 2005, p.150). Mais de 20.000 objetos foram recolhidos das intervenções realizadas pelo ARQUEONAUTAS, além daqueles recolhidos pela AFRIMAR (OLIVEIRA, 2005, p.159). Dentre os vestígios encontrados, destacam-se balas de canhão, ouro, crucifixos, moedas, cachimbos, prata (CARVALHO, 2005, p.369; OLIVEIRA, 2005).

Essas intervenções foram realizadas por meio de acordos entre o governo de Cabo Verde e as empresas. Os acordos estabeleciam, de antemão, que as peças de valor histórico ficariam em Cabo Verde (OLIVEIRA, 2005). Porém, não foi o que aconteceu ao encontrar-se um astrolábio de 1645 em uma nau portuguesa, durante intervenção subaquática em 1999. O astrolábio foi leiloadado por 180 mil dólares e, atualmente, é exibido no Museu da Virgínia, nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2005, p.55-56). Nesse caso, os trabalhos de intervenção subaquática descumpriram os

parâmetros definidos nas leis patrimoniais, as quais visam à preservação e à defesa do patrimônio arqueológico. Talvez, a situação deva ser tratada a partir dos parâmetros de saques e roubos de vestígios arqueológicos nos mares de Cabo Verde, que, muitas vezes, acontecem disfarçados pela chamada atividade de mergulho. A falta da fiscalização dos agentes marítimos, nesse ponto, facilita tais práticas, segundo Oliveira (2005). Esta situação é bastante polêmica e complexa, fazendo com que nesse trabalho não se fez um estudo mais aprofundado sobre o assunto. Cabe em futuras pesquisas dar maior atenção a esse tópico, incentivando maior atenção à preservação do patrimônio arqueológico subaquático do país.

1.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nesta primeira seção, pode-se dizer que as discussões historiográficas sobre o contexto sócio histórico de Cabo Verde suscitam muitas discussões do ponto de vista documental e que não há consenso sobre o assunto. Este trabalho sugere que se realizem pesquisas arqueológicas profundas em outras regiões do país, a fim de reunir mais evidências para estipular uma data aproximada da primeira ocupação humana no arquipélago. Os estudos devem ser desenvolvidos em pontos de alto valor arqueológico, sem que se leve em consideração somente o patrimônio colonial, como tem sido feito. Essas escavações, todas desenvolvidas no âmbito das reabilitações, restaurações e preservações do patrimônio colonial, apresentam-se ainda em pesquisas elementares, cujo objetivo é manter viva a marca deixada pelos colonizadores europeus no arquipélago. Com metodologia poucas claras e vagas, essas intervenções arqueológicas parecem incorporar uma preocupação de apenas resgatar os objetos, enviados para a reserva técnica, e não uma forma de fazer arqueologia, cuja finalidade visa estudar um determinado aspecto (social, econômica, política e ou religiosa) da vida de um determinado grupo que viveram na sociedade em determinadas épocas. Com efeito, a esta altura, já é necessária uma reflexão mais acentuada sobre esta questão, e apostar em uma arqueologia capaz de esclarecer esta situação.

Não existem projetos dedicados a investigações arqueológicas que não sejam voltados ao âmbito de estudos sobre o patrimônio colonial. Guimarães (2001, p.127-139) propõe, em seu artigo *Que Arqueologia para Cabo Verde?*, algumas áreas da Arqueologia que devem compor o Programa de Arqueologia cabo-verdiano.

Destacam-se, em seguida, alguns subcampos propostos por esse autor, os quais se julgam relevantes para o enriquecimento da história de Cabo Verde por meio da Arqueologia.

Arqueologia da paisagem: leva em consideração, principalmente, a constituição vulcânica das ilhas e as espécies, tanto de animais como vegetais, para a “[...] determinação dos vestígios dos primeiros focos de povoamento, os quais obviamente se situavam perto de antigas nascentes e mananciais de água, ainda que hoje estes estejam secos” (GUIMARÃES, 2001, p.134).

Arqueologia Pré-henriquina: dedica-se aos estudos de vestígios anteriores ao ano de 1460, época da chegada dos portugueses ao arquipélago.

Arqueologia da expansão destina-se ao estudo das tecnologias usadas por Portugal na expansão e na exploração de novas terras, como também dos produtos e dos objetos que circularam entre os continentes.

Arqueologia subaquática: volta-se aos estudos dos naufrágios ocorridos na época das transações comerciais entre a Europa, a África e a América.

Etnoarqueologia: foca os estudos sobre a origem de materiais poucos referenciados nas fontes escritas e que, até hoje, são de uso corrente no quotidiano da população cabo-verdiana.

Arqueologia industrial: centra-se nos remanescentes industriais existentes até hoje em várias ilhas do arquipélago e deixados durante o período colonial.

As perspectivas para futuras pesquisas propostas por Guimarães (2001) e, recentemente, na mesma direção propostas por Évora (2015, p.29-32) parecem relevantes. Com o apoio de projetos e com a autorização do governo, as pesquisas podem enriquecer mais ainda a história de Cabo Verde, através de investigações arqueológicas. A Arqueologia, nesse aspecto, desempenha uma função crucial para novas descobertas, que possibilitem (re) escrever a história de Cabo Verde a partir dos artefatos arqueológicos, dada a “[...] importância do testemunho arqueológico enquanto matéria prima fundamental ao serviço da história [...]” (ÉVORA, 2015, p.33).

Todavia, o campo da Arqueologia em Cabo Verde é pouco divulgado e está longe de mostrar-se solidificado, o que traz dificuldades não só aos acadêmicos, mas também à própria população de Cabo Verde sobre o passado do país. O passado do país, assim, é, com frequência, abordado a partir de uma visão limitada e pouco crítico. No entanto, é notória a importância que a Arqueologia e os

resultados de suas investigações vêm adquirindo ao longo do tempo. A fisionomia diferente que existe na Cidade Velha, por exemplo, era desconhecida até pouco tempo. Na região, descobriram-se ruínas de casas e artefatos escondidos metros abaixo da atual cidade que demonstram uma variedade de estilos, de lugares e de épocas diferentes.

As escavações arqueológicas em Cidade Velha foram mais intensas em relação às de outros pontos de interesse arqueológico do país. A situação justifica-se pelo grande potencial arqueológico da cidade, onde estão os vestígios mais preservados em todo o país e referentes ao patrimônio colonial. Na Cidade Velha, além de escavações pontuais, em geral intensas, foram feitas algumas de menor porte. Atualmente, prosseguem, periodicamente, na igreja de Nossa da Conceição os trabalhos de arqueologia, e o mapeamento de todos os pontos de interesse arqueológico na cidade é um dos desafios a enfrentar. Não obstante, é necessário identificar novos sítios arqueológicos que não estejam localizados somente na ilha de Santiago para novos estudos.

A inexistência de laboratórios especializados para análises dos materiais extraídos das escavações em Cabo Verde implicam o envio de muitos desses para laboratórios da Inglaterra e de Portugal, de onde são os arqueólogos que direcionam as investigações no país. O repatriamento

No entanto, esses materiais não retornam ao Museu de Arqueologia de Cabo Verde. Por quê? O que fazem com os materiais? Eles são expostos nos museus da Europa ou Inglaterra? Eles são leiloados, como aconteceu com o astrolábio? Essas perguntas pairam no ar sem respostas para a comunidade acadêmica. O repatriamento dos bens arqueológicos a Cabo Verde é também um aspecto que as instituições responsáveis pela sua preservação devem levar em consideração para que uma parte da história não ficasse dispersa geograficamente do seu país de origem. Por não enquadrar no objetivo principal da pesquisa, esse assunto pode ser analisado em outros estudos, dando especial atenção a esse tópico de investigação.

Os questionamentos acima apontados encaixam-se, perfeitamente, na linha de pensamento do grande historiador africano Ki-Zerbo (2010, p.38):

Diante disso, a localização, a classificação e a proteção dos sítios arqueológicos africanos se impõem como prioridade de grande urgência, antes que predadores ou profanos irresponsáveis, turistas sem objetivos científicos os pilhem e os desorganizem, despojando – os, dessa maneira, de qualquer valor histórico sério. Mas a exploração destes sítios por

projectos prioritários de escavação em grande escala só poderá desenvolver-se no contexto de programas interafricanos sustentados por poderosa cooperação internacional.

Após uma breve apresentação do estado das pesquisas arqueológicas realizadas em Cabo Verde, no capítulo que se segue, abordam-se questões relativas à cultura material da escravatura, descoberta nas escavações arqueológicas realizadas na Cidade Velha. Para sua contextualização, discute-se, detalhadamente, sobre a escravatura em Cabo Verde, desde o início até a abolição, e fatos que marcaram esse período, principalmente na antiga Ribeira Grande, atual Cidade Velha.

2. POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO CONTEXTO DE CIDADE VELHA

[...] em África, mais do que em qualquer outra parte, caminhamos sobre o nosso passado. A maior parte da história africana está enterrada e, para interrogar seriamente o passado deste continente, é preciso procurar abaixo da terra. Mas não se deve ir lá sem guia nem desordenadamente; porque, quando não se sabe o que se procura, não se compreende o que se encontra (KI-ZERBO, 1999, p.47 apud ÉVORA, 2002, p.50).

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir do final do século XV a início do século XVI, um grande número de africanos, oriundos da parte continental da África, foi submetido à escravidão nas ilhas de Cabo Verde. Esse período é caracterizado pela expansão dos portugueses em busca da expansão das fronteiras, comércio e, conseqüentemente tráfico de pessoas escravizadas. Desse processo, resultaram vestígios materiais que hoje podem ser estudadas a partir de várias áreas do conhecimento. O enfoque nesse capítulo evidencia-se, assim, a importância de Cabo Verde para o estudo da Arqueologia da Escravidão e da Diáspora Africana, na conjuntura do tráfico negreiro e do comércio de outros produtos entre a parte continental da África, a Europa e as Américas.

Nesta seção, ressaltam-se os estudos de vestígios materiais provenientes das escavações arqueológicas realizadas na Cidade Velha, e relacionam-se tais artefatos com a escravidão. A análise estende-se aos monumentos históricos, cuja maior parte está em ruínas, que tiveram ligações fortes com a escravidão, percebendo como a cultura material pode responder a questões voltadas para a Arqueologia da Escravidão. Objetiva-se demonstrar como a Cidade Velha tem potencial para estudos da Arqueologia da Escravidão a partir da cultura material, hoje sob a responsabilidade do IPC.

Optou-se por não focar demasiadamente sobre o sistema escravocrata, o qual tanto já se estudou na historiografia cabo-verdiana (cf. SANTOS, 2007; LOPES FILHO, 2006, CARREIRA, 2000). Nesta pesquisa, enfatizam-se os atores

escravizados e os seus movimentos, referenciando a materialidade negra (aspectos socioculturais) e os materiais advindos da escravatura (correntes de ferro, grilhetas, manilhas) como uma forma de demonstrar as potencialidades para estudos da Arqueologia da Escravidão em Cidade Velha.

Analisa-se, ainda, outros aspectos, que visam a um melhor entendimento da dimensão da Arqueologia da Escravidão em Cabo Verde, tais como: o surgimento da Arqueologia Histórica e os estudos sobre a Arqueologia da Escravidão; a história resumida da escravatura em Cabo Verde; o papel da Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, no sistema de colonização portuguesa; a caracterização de povos e culturas da África continental nas ilhas de Cabo Verde; e o tipo de contato que havia entre europeus e africano no arquipélago.

2.2. O SURGIMENTO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E OS ESTUDOS SOBRE ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO.

Segundo a perspectiva anglo-saxônica sobre a Arqueologia Mundial, a arqueologia histórica surgiu nos Estados Unidos por volta de 1950, com estudos relacionados a pessoas e lugares famosos para a história nacional e oficial. O ano de 1960 marcou as primeiras grandes transformações, principalmente no que se refere às revoluções epistemológicas e à procura por definições e conceitos arqueológicos no mundo da ciência (COSTA, 2013).

A primeira pesquisa enquadrada no âmbito da Arqueologia Histórica em Cabo Verde teve início em 1960, período em que, nos Estados Unidos, efetivava-se a institucionalização da Arqueologia histórica, com base em produções teóricas relevantes. Os trabalhos em Arqueologia foram dirigidos pelo governo português, e, a exemplo dos Estados Unidos, tais intervenções consistiram em restaurar e reabilitar monumentos construídos durante o período colonial, que se encontravam em ruínas. Nessa época, mundialmente, o campo da Arqueologia estava mudando paradigmas. Com o surgimento da Nova Arqueologia, assim, passou-se a postular que o campo da Arqueologia deveria ser mais científico, não se limitando a reunir dados e a classificá-los em tipologias, como ocorreu no período histórico-culturalismo (TRIGGER, 2011; BINFORD, 1962).

Esse campo de pesquisa teve contribuições de diversos teóricos clássicos, na busca por uma abordagem histórica e institucional da disciplina. No cenário internacional, destacam-se o alemão Noel Hume (1969), Stanley South (1977),

Kathleen Deagan (2008) e Charles Orser Jr (2010); e no Brasil, Pedro Funari (2012), Lúcio Menezes (2009a, 2009b), Tânia Andrade Lima (2010), e diversos outros pesquisadores que dedicam estudos a esse campo de conhecimento.

As investigações teóricas e práticas desses pesquisadores contribuíram para o desenvolvimento da ciência. Dentre as temáticas que ganharam importância na arqueologia histórica, está a luta pelos direitos civis das minorias. Essas minorias, até então marginalizadas ou esquecidas, tomaram o palco central das pesquisas, que agora também são conduzidas por profissionais formados em outras áreas, como a Antropologia Social (Costa, 2013).

Teoricamente, a Arqueologia Histórica materializa-se com trabalhos, seguindo tanto teorias processualistas como pós-processualistas, principalmente sobre ideologia e simbolismo. E em termos metodológicos, incluem, nas análises, além da cerâmica, outras categorias materiais, como a louça, o vidro e o metal (SYMANSKI, 2009). Ademais, a atenção volta-se para os sujeitos sociais, pois, como afirma Tedesco (2013), sem o entendimento dos modos de pensamentos dos indivíduos, não se torna possível perceber como a cultura material foi elaborada.

Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, a Arqueologia Histórica²⁸, (ou o que podemos chamar de estudo material do passado recente), é um subcampo da Arqueologia também praticada há muito pelo mundo. Na Europa, por exemplo, o estudo material de sociedades do período histórico abarca uma continuidade temporal, desde o período clássico e medieval até o pós-industrial. Enquanto isso, na Ásia e norte da África, a Arqueologia Histórica possui uma divisão mais temática, como a Egíptologia, Assíriologia, ou Bíblica, ou mais regional, como a Arqueologia Indiana, Chinesa ou Japonesa. Por outro lado, na América, na Oceania e na África subsaariana, a Arqueologia Histórica está mais relacionada com a expansão europeia a partir do século XV (Costa, 2013).

Os primeiros estudos sobre a Arqueologia Histórica nos Estados Unidos consideram o ano de 1960 como o marco da institucionalização da disciplina. Os trabalhos de Noel Hume (1969) dedicados aos estudos da história da ocupação

²⁸ Na sua definição, houve semelhanças consideráveis no que se refere à sua ligação ao estudo das sociedades com escrita e a sua comparação com os artefatos arqueológicos. A Arqueologia Histórica definida como estudo das sociedades com escrita trouxe consigo discussões sobre aspectos, teóricos e metodológicos. Várias categorias das fontes são utilizadas, para que não haja uma interpretação com uma única visão desses tópicos. Uma diversidade de temas tem ocupado o centro das atenções de acordo com as perspectivas de investigações e o contexto que se vivem. São temáticas referentes aos povos sem história, os quais passaram a obter destaque nas pesquisas graças à Arqueologia História (DEAGAN, 2008; COSTA, 2003; LIMA, 2010).

colonial nos Estados Unidos (séc. XVIII) e do Stanley South (1977²⁹) que também estudava a ocupação colonial no país, voltados ao período histórico no norte de América, constituem o suporte teórico da sua institucionalização. O interesse em restaurar edifícios coloniais como igrejas, conventos e fortes para intensificar o turismo possibilitaram o surgimento e desenvolvimento da Arqueologia Histórica nesse período (HUME, 1969; DEAGAN, 2008, p.67).

A cultura material tem sido para os arqueólogos históricos uma fonte essencial nas suas pesquisas, e, por esse motivo, os artefatos são definidos de diversas formas: “[...] são encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado”, são portadores de mensagens, de símbolos, de significados; constituem um meio de comunicação e de expressão que pode condicionar e, eventualmente, controlar a ação social (BEAUDRY et al, 2007, p.73-74).

A Arqueologia Histórica dedica-se a resgatar as vozes, os vestígios e os direitos de nativos, de negros e de todos os excluídos das narrativas dominantes (FUNARI, 2005, p.05). No caso de Cabo Verde, os estudos arqueológicos, aliados às fontes escritas, contribuem para o enriquecimento da história da escravidão do país. Eles são uma forma de preencher a lacuna que se tem na história da escravidão em Cabo Verde, abordada somente a partir de fontes escritas.

Tania Andrade Lima considera que a Arqueologia Histórica tem voltado sua atenção para a Arqueologia da escravidão e da diáspora (LIMA, 2010).

No campo da Arqueologia da Escravidão, as investigações são direcionadas para a cultura material relacionada com a escravidão. O campo começou a constituir-se a partir de 1960 nos Estados Unidos, quando um grupo de arqueólogos encontrou vestígios de cultura material escrava em uma das investigações nas ruínas das Treze Colônias daquele país. As investigações prosseguiram, em busca de obter mais e novos conhecimentos sobre a vida quotidiana dos escravizados, com base na cultura material (HUME, 1966; SOUTH, 1977; FERREIRA, 2013; ORSER, 2010; TRIGGER, 2011).

²⁹ A obra *Theoretical Foundation* do Stanley South (1977), constitui o primeiro estudo comparativo sistemático de dados arqueológicos relativos ao período histórico no Norte de América e baseado em dados empíricos. O autor trabalhou com métodos arqueologicamente relevantes para explorar dados recuperados nos sítios do período histórico. Tal metodologia foi de grande relevância para a Arqueologia, independentemente das origens culturais ou temporais dos dados. Ela permite, em suma, entender os diferentes padrões do registro arqueológico, avaliar ideias sobre a dinâmica do comportamento humano do passado e mensurar o processo da evolução cultural a partir de dados arqueológicos (SOUTH, 1977, p.02; TRIGGER, 2011, p.08).

No Brasil, as primeiras escavações direcionadas para a discussão acerca da Arqueologia da Escravidão foram realizadas em quilombos no Estado de Minas Gerais, nos anos 1970 (FERREIRA, 2009a, p.4). Em 1990, o Quilombo de Palmares foi alvo de pesquisas arqueológicas conduzidas por Charles Orser Jr, Pedro Funari e Scott Allen (FERREIRA, 2009b, p. 4). Houve também outros trabalhos de capital importância, que fortaleceram o campo teórico e prático da Arqueologia da Escravidão, tais como o de Cláudio Symanski (2007) em senzalas, o de Orser e Funari (2004) em quilombos e o os recentes trabalhos no Cais de Valongo com equipe liderada pela arqueóloga Tânia Lima. No sul do país, destacam-se o trabalho coordenado por Lúcio Ferreira em Pelotas, Rio Grande do Sul, baseado no projeto *O Passo dos Negros: Arqueologia da Diáspora Africana nas Charqueadas de Pelotas (RS)*, e de Fernanda Borba (2013) cuja dissertação de Mestrado intitula-se *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul, Santa Catarina*. Essas pesquisas supramencionadas têm como objetivo principal entender as identidades culturais dos africanos escravizados nas Américas, através da cultura material (FERREIRA, 2009a, 2009b).

Em caso de Cabo Verde, não existem trabalhos direcionados especificamente para o campo da Arqueologia da Escravidão. A discussão sobre a escravatura ocorrida no período colonial no país é feita somente a partir de um ponto de vista documental (cf. CARREIRA, 2000, LOPES FILHO, 2006). Todavia, a identificação de vestígios da materialidade negra e da escravidão tem acontecido constantemente nas escavações arqueológicas, tanto terrestres como subaquáticas (nos mares de jurisdição cabo-verdiana). No caso da Cidade Velha, região onde primeiro se instalaram os colonizadores portugueses e onde ocorreu um grande tráfico de pessoas escravizadas, os remanescentes da escravatura integram o dia-a-dia da população. Os resquícios são vistos em representações teatrais, em produções artísticas, na figura do pelourinho situado no centro da cidade e na tradição oral ali presente. Esta última alude bastante ao passado da Cidade Velha marcada pela escravatura. A população residente na Cidade Velha tem conhecimentos gerais sobre referências históricas, o que transparece em afirmações como “aqui era o lugar que se fazia comércio de escravos” (Interlocutor Albano dos Santos, 56 anos, residente em Cidade Velha), ou, ainda, “o pelourinho servia para açoitar e acorrentar os escravos” (Interlocutora Luíza Pereira, 94 anos).



Figura 14 – Pelourinho em ruínas

Fonte: Foto de ano 1929 concedida pelo Francisco Moreira.

Legenda: A base do pelourinho era quadrangular e não octogonal como se encontra hoje.

Neste contexto, parafraseando Ki-Zerbo (2010, p.36-39), a tradição oral é um dos pilares para a construção do conhecimento histórico: através dela, transmitem-se acontecimentos marcantes. Essa é uma fonte histórica muito rica pelo seu valor autêntico, pois “é uma fonte integral, cuja metodologia já se encontra bem estabelecida e que confere à história do continente africano uma notável originalidade” (KI-ZERBO, 2010, p.43).

Recentemente, os artefatos provenientes das escavações terrestres e subaquática têm despertado atenção para a materialidade negra (ex. cerâmicas e cachimbos de origens africanas) e para a escravatura em geral.

Com a entrada de Cabo Verde no projeto *A Rota do Escravo: Resistência, Liberdade, Herança*³⁰, dinamizaram-se diversas discussões relativas à história da escravatura em Cabo Verde. Essa entrada deve-se por ali constituir-se uma sociedade escravocrata, como também ocupava-se um dos vértices do tráfico transatlântico dos escravos. Os objetos ligados à escravatura, a maioria proveniente das escavações, fizeram parte integrante de uma exposição intitulada *Escravatura em Cabo Verde vista através dos objetos* ocorrida em Outubro de 2014, no âmbito vigésimo aniversário do projeto supramencionado. As manilhas, as grilhetas, as correntes de ferro e os crucifixos, objetos encontrados durante as escavações na

³⁰ O projeto *A Rota do Escravo* foi criado em 1994 em Benin, após à sua aprovação na 27^a Conferência Geral da Unesco em 1993.

Cidade Velha, exibiram-se nessa exposição. Tais artefatos interessam nesta pesquisa, pois revelam a forma como os africanos inseriam-se no contexto de opressão que a condição de escravo lhes impunha.

A exposição supramencionada e a mesa-redonda realizada com o lema *Escravidão em Cabo Verde, uma oportunidade para se fazer balanço das investigações históricas e arqueológicas* durante o vigésimo aniversário do projeto *A Rota do Escravo: Resistência, Liberdade, Herança* foram as primeiras experiências teóricas aliadas à apresentação da cultura material. O objetivo foi chamar a atenção para o fazer história a partir da cultura material. Assim, os pontos nevrálgicos da discussão foram os estudos voltados aos escravizados e aos seus movimentos e a investigação arqueológica aliada às investigações históricas.³¹

A Cidade Velha tem grande potencial para abrigar estudos no campo da Arqueologia da Escravidão e da Diáspora africana, uma vez que se constitui um dos vértices na conjuntura do tráfico negreiro intercontinental. Desse tráfico, restaram ali, vestígios materiais, que hoje constituem um dos patrimônios arqueológicos do país. Ademais, os monumentos edificadas no local após a chegada dos portugueses e durante a colonização têm relação direta com o tráfico de pessoas. Alguns exemplos são o edifício onde funcionava a Companhia Grão Pará e Maranhão, as igrejas e o Pelourinho.

A Companhia Grão Pará e Maranhão, com objetivo exclusivo, o tráfico de escravos, foi instalada na Cidade Velha, aonde africanos escravizados oriundos da costa para o arquipélago, eram posteriormente reexportadas para trabalhar no Pará, no Maranhão e na Paraíba (CARREIRA, 1988 apud SILVA, 2002, p.793). A exclusividade do comércio no arquipélago à Companhia do Grão Pará e Maranhão foi conferida em 1756 (PIRES, 2007, p.64). As autorizações para que as companhias privadas dirigissem o tráfico visavam ao maior lucro e ao menor risco. Com a crise vivida no período, houve a criação de várias companhias comerciais³², o que, no entanto bloqueou a economia local e ajudou na decadência econômica do país (TOLENTINO, 2006, p.220).

³¹ Informações obtidas no Programa televisiva "Com Ciência", 8 de Março de 2015. Para mais informações, acessar http://www.rtc.cv/tcv/index.php?id_cod=68&paginas=4. Acesso em 12/07/2015, às 23:43h.

³² "Companhia da Costa da Guiné (1664), a Companhia de Cacheu (1676), a Companhia de Cacheu e Cabo Verde (1690), a Companhia do Pará e Maranhão (1775) e a Companhia do Comércio da Costa de África (1780)" (TOLENTINO, 2006, p.220).

O Pelourinho³³, um lugar onde se castigavam os escravos, enquanto um artefato fez parte da análise neste trabalho. Ele foi uma materialização do poder colonial sobre os escravizados. A edificação, construída, provavelmente, entre os anos de 1512 e 1520, representava o símbolo do poder municipal e era um lugar usado para expor os castigos severos impostos àqueles considerados criminosos (GOMES, 2006, p.172).

No contexto em que foi erguido, o pelourinho representava, de fato, o poder local na cidade. Entretanto, com as mudanças histórico-sociais ocorridas em Cabo Verde a partir da independência do país em 1975, houve uma ressignificação do monumento. Na sua definição atual, o pelourinho localizado no centro da Cidade Velha simboliza a memória dos africanos escravizados na ilha (BRITO, 2009, p.13), particularmente os que sofreram castigos corporais no local. Brito (2009, p.13) assinala ainda, a sua definição atual relacionada à identidade cabo-verdiana. Essa concepção, talvez estivesse ligada à ideia de que o povo cabo-verdiano são descendentes daqueles africanos escravizados no arquipélago. Tendo-se ideia ainda que a chegada dos portugueses na ilha e, de seguida, a importação de africanos da parte continental da África para o arquipélago constituiu-se os primeiros elementos humanos no país.

Do ponto de vista da arte, Gomes (2006) realça as três partes principais da construção do pelourinho, as funções e os seus significados. A edificação é constituída por três partes principais: a base, que tem forma octogonal de pedra calcária e três degraus; a coluna, de torso manuelino, que tem uma argola de ferro e é dividida ao meio por tiras talhadas; e o capitel, que possui uma esfera armilar com uma cruz de Cristo em metal. Esse objeto simboliza o cristianismo e, especificamente, a participação da Igreja Católica na expansão da fé cristã e na expansão dos territórios.

Do ponto de vista antropológico, Brito (2011, p.13) refere que o largo do pelourinho era “Ponto de encontro do comércio de escravos e doutros produtos agro-pecuários [...] serviu de ponto de encontros e desencontros de homens e de culturas (escravos, vendedores, compradores e sacerdotes, etc.)”.

³³ Também designado antigamente pelo termo popular de *picota*, servia para expor criminosos em publico no centro da cidade, enquanto estes sofriam todo tipo de castigos (GOMES, 2006, p.180). Localizado em frente à Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, o largo do pelourinho está incluído nas rotas turísticas da Cidade Velha. Por ali, passam milhares de turistas de todo o mundo. Várias atividades são realizadas no local, dentre as quais estão festivais, jogos tradicionais e eventos políticos, sociais, desportivos e culturais.



Figura 15 – Pelourinho da Cidade Velha, estado atual.
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. de 2015.

Atualmente, o pelourinho faz parte da memória dos períodos difíceis dos escravizados na ilha. São inúmeras as representações artísticas que o referenciam, tais como músicas, ilustrações feitas em escolas e livros que descrevem seus principais traços e suas diferentes concepções (BRITO, 2009; GOMES, 2006). Na academia, o seu significado é muito relacionado à representação do poder local, quando se instalou a câmara da Ribeira Grande de Santiago no período colonial. Todavia, o significado preponderante que a população local atribuiu-lhe na contemporaneidade é o de lugar onde se castigavam os escravos. Os significados e as leituras atribuídas a um mesmo artefato são diversos e, muitas vezes, diferem entre si, chegando a contrapor-se.



Figura 16 – Representações artísticas do Pelourinho
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, junho de 2015.

Legenda: Foto tirada com autorização dos interlocutores desta pesquisa. A figura à esquerda mostra uma representação artística do pelourinho da Cidade Velha, em que um escravo está sendo açoitado. Foto tirada na casa do interlocutor Francisco Moreira. A figura à direita mostra um quadro de parede em que se retrata a ocupação central do pelourinho na Cidade Velha. Foto tirada na casa da interlocutora Luísa Pereira Gonçalves.

No que se refere às igrejas, ermidas e capelas na Cidade Velha, segundo Pereira (2004, p.21), foram construídos 24 edifícios, os quais indicam a expansão da Igreja Católica junto aos escravizados. Embora a igreja latinizasse-os e batizasse-os sob pretexto de que, assim, salvava as suas almas, a própria instituição religiosa participou diretamente no tráfico de escravos no arquipélago (OLIVEIRA, 2005, p.48; LOPES FILHO, 2006).

Como referenciado, só recentemente os objetos ligados à escravatura estão sendo colocados no centro da discussão para o fazer história, sendo os primeiros passos foram dadas no vigésimo aniversário do projeto *A Rota do Escravo*, enfatizando a necessidade do uso da cultura material no fazer história. Isso se deve não somente às análises de artefatos arqueológicos provenientes das escavações, mas também a necessidade de desenvolver estudos relacionados à identificação de sítios ligados à escravatura e, logo, da materialidade negra resultante da ocupação no local. Faz-se referência a algures das montanhas das ilhas do arquipélago, especificamente da ilha de Santiago. Durante o período colonial, esses locais serviam para abrigar escravizados, quando estes fugiam da opressão colonialista e escravocrata.

Segundo Carreira (2000, p.329), em situações diversas, os escravizados aproveitavam,

[...] para fugir para os montes de onde não voltavam mais. Passavam a viver em liberdade, alcandorados nos penhascos ou escondidos nos vales mais isolados, em muitos recantos das ilhas. Escapavam-se assim ao trabalho compelido e aos maus tratos dos seus donos.

Lá construíam,

[...] funcos³⁴ para se abrigarem [...] Da construção meramente provisória teria resultado a fixação definitiva, espalhando-se pelos cocurutos dos montes, os imensos sítios com meia dúzia de funcos, com o decorrer dos tempos transformados em casas rectangulares ou quadradas” (CARREIRA, 2000, p.330).

Identificar esses sítios é uma tarefa urgente e necessária para o resgate da materialidade negra que, provavelmente, exista em algures dessas montanhas. Com isso, ter-se-á conhecimentos mais abrangentes e complexos sobre os escravizados e sobre os seus movimentos no arquipélago. Em específico, obter-se-ão conhecimentos sobre as várias formas de resistência dos escravizados no arquipélago. Estudos sobre tais assuntos ainda são inexistentes na história de escravidão em Cabo Verde.

No Brasil, há várias pesquisas, no campo da Arqueologia sobre as diversas formas de resistência dos africanos escravizados no país no período colonial português. Os escravizados que fugiam organizavam-se em Quilombos, oferecendo, assim, resistência ao domínio colonial e à escravidão. Segundo Orser e Funari (2004, p.15),

A organização quilombola inquestionavelmente providencia a melhor oportunidade para arqueólogos fazerem importantes progressos especialmente na arqueologia da resistência escrava e no entendimento da resistência no geral.

Esses estudos, em Cabo Verde, permitiriam a obtenção de informações importantes relativas à resistência ao domínio colonial, a partir da materialidade negra, possivelmente deixada nessas montanhas, em especial, na ilha de Santiago. E há também outra necessidade urgente: como afirma Gilroy (2001, p.40), as discussões sobre as histórias negras devem ser suscitadas nas universidades.

³⁴ Segundo Carreira (2000, p.353) funcos são “habitação de tipo africano, de planta circular e cobertura cônica em colmo ou folha de coqueiro. Funco é vocábulo de língua africana (ignorada) registado nos textos portugueses do século XVI”.

Como já exposto, essa é umas das formas de preencher lacunas sobre a história de Cabo Verde, baseada em investigações arqueológicas.

Do ponto de vista documental, as obras que serviram como bases teóricas neste capítulo foram as seguintes: *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*, de António Carreira (2000); *Cabo Verde - Abolição da Escravatura, Subsídios para estudos*, de Lopes Filho (2006); *O escravo*, de Almeida (1989); *A Manilha e o Libambo*, de Silva (2002); *História Geral de Cabo Verde*, de autores numerosos; e alguns outros documentos.

A obra de Lopes Filho (2006) proporcionou uma visão geral do tráfico de escravizados decorrido nas ilhas do arquipélago. Em seu trabalho, o autor discute a posição do arquipélago, considerada estratégica, e considera-a o principal motivo pelo qual Cabo Verde ocupava um dos vértices do tráfico negreiro. Citam-se, ainda, os avultados lucros que esse tráfico trouxe à Europa, os trâmites abolicionistas durante esse processo e a prorrogação ilegal do tráfico que perdurou quase um século, abastecendo os mercados das Américas.

A obra *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, embora trate do contexto brasileiro, serviu como referência no que tange, principalmente, aos aspectos histórico-sociais durante a colonização portuguesa no Brasil (1998, p.199). A situação assemelha-se à de Cabo Verde, uma vez que os colonizadores eram oriundos do mesmo país. Outros tópicos, como os sucessivos números de africanos escravizados que chegavam aos portos do Brasil provenientes das várias partes da África, e as relações escravo/senhor, permitiram comparações sobre vários acontecimentos ocorridos durante o período colonial no Brasil e em Cabo Verde.

No caso de Cabo Verde, o romance *O escravo* do autor José Evaristo de Almeida³⁵, mesmo sendo de cunho ficcional, representa a realidade vivida no fim do século XIX e fornece informações relevantes sobre a escravatura em Cabo Verde. Especificamente, informa sobre o contexto social e religioso; sobre a relação entre o africano escravizado e o branco europeu; sobre os maus tratos dos senhores aos seus escravos; sobre classes sociais; sobre as diferenciações entre negros livres,

³⁵ José de Almeida nasceu em Portugal e faleceu em Guiné-Bissau. Viveu por muitos anos em Cabo Verde, o que lhe permitiu escrever tal obra, considerada de grande importância para história da literatura cabo-verdiana, com incrível verossimilhança. O livro é o “primeiro romance de temática cabo-verdiana” (p.11) e é pouco conhecido em Cabo Verde, segundo Manuel Veiga, autor do prefácio da referida obra, editado por Manuel Ferreira em 1989 (p.09).

mestiços e escravizados; e sobre a iminência do fim da escravatura, que se constata à medida que os negros passavam a conquistar espaço na sociedade.

O romance é de suma importância para obter informações quanto ao cotidiano dos escravizados na ilha de Santiago na segunda metade do século XIX, quanto às manifestações culturais feitas pelos escravizados, quanto à escravatura e à colonização em geral. Tais dados contribuíram enormemente para o enriquecimento teórico desta pesquisa (ALMEIDA, 1989, p.17).

Almeida (1989) criou dois atores principais: um escravizado negro e uma burguesa mestiça, a qual narra, em primeira pessoa, o cotidiano da época, em que mestiços diferenciavam-se socialmente dos negros. Apesar de tratar-se de um escravizado, José é a personagem principal da obra. Conferir a um escravo o papel de destaque em um enredo foi algo que nunca havia acontecido na historiografia cabo-verdiana até o momento.

Silva (2002, p.11), em sua obra *A Manilha e o Libambo*, embora trate da “história da África subsaariana entre 1500 e 1700, com ênfase na escravidão e no comércio de escravos”, proporciona dados importantes sobre a escravidão, desde a antiguidade, em vários países africanos. Mesmo que, neste trabalho, o foco não seja abarcar a história da escravatura na África, isso é difícil ou, quiçá, impossível. Para contemplar esse tópico, deu-se maior atenção aos produtos usados no período pelos escravizados, ao comércio de curta e longa distância entre os países envolvidos, assim como às relações de poder que permeavam as relações sociais, econômicas, políticas e religiosas.

Durante as pesquisas em registros escritos sobre a escravatura, procuraram-se as possíveis correspondências entre as fontes escritas e a cultura material ligada à escravatura, embora muitas delas, não necessariamente proveniente das escavações arqueológicas realizadas no arquipélago. Alguns exemplos são as marcas de ferro usadas para distinguir a sua posse ou a sua entrada para a submissão à escravatura (FERREIRA & GABINO, 2013; SILVA, 2002, p.79), as manilhas usadas como moeda de troca na compra dos escravos ou como método de castigo, as grossas correntes de ferro que impediam fugas (OLIVEIRA, 2005; CARREIRA, 2000; SILVA, 2002, p.9) ou, ainda, os libambos que serviam para segurar os escravos pelo pescoço (SILVA, 2002, p.9).

A materialidade negra, como as cerâmicas e os cachimbos africanos ou as contas que serviam para adorno, todas com traços caracteristicamente daqueles

confeccionadas na África continental, foram objetos encontrados nas escavações arqueológicas realizadas no arquipélago. Esses objetos evidenciam aspectos socioculturais, o que nos leva a supor que esses materiais eram usados pelos africanos escravizados na ilha, como forma de manter os traços originários das culturas africanas face ao contexto colonial que viviam. Ela também é um ponto de partida para discutir a diáspora africana como tema específico e a Arqueologia da Escravidão em geral.



Figura 17 - Contas de coral azul e branco
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jun. 2015.
Fonte: Acervos do Museu de Arqueologia

O material da Figura 17 encontra-se na sala de exposição do Museu de Arqueologia da Praia, porém não acompanha nenhuma ficha técnica que mostre dados relativos ao sítio e ao contexto em que ele foi encontrado. Segundo a entrevista concedida por um dos nossos interlocutores Francisco Moreira (48 anos, Fiscal do Patrimônio Cultural, julho de 2015), que também participou em todas as escavações arqueológicas dirigidas na ilha de Santiago, essas contas foram encontradas na baía da Cidade Velha. Esse material, normalmente, era usado para confeccionar pulseiras e colares e para adornar vestidos. Denominadas de Missangas, por uma determinada quantidade delas, também era possível comprar escravos (SENNA, 1987, p.60).

Do ponto de vista da arqueologia, como ver a questão da materialidade negra? Que contribuições têm as pesquisas arqueológicas nessas descobertas, para esses estudos no contexto cabo-verdiano? Por que não apostar em uma arqueologia em Cabo Verde dedicada em identificar vestígios materiais dos africanos

escravizados no arquipélago? Não seria possível, por meio desses artefatos, estudar práticas quotidianas que a documentação colonial pouco cita? Essas são algumas das inquietações que norteiam este trabalho e cujas respostas contribuirão para a Arqueologia e para Cabo Verde.

A escassez de referências sobre a vida quotidiana dos escravizados e sobre seus movimentos, de acordo com Évora (2002, p.53), deve-se a que os escravizados

[...] pela sua posição marginal não assumem um lugar de relevo nos documentos disponíveis onde está sempre expressa a voz dos grupos dominantes. Situação que não acontece em relação aos artefactos arqueológicos por trazerem consigo uma diversidade de informações dos seus protagonistas independentemente da categoria social que ocuparam na sociedade.

A historiografia cabo-verdiana escrita a partir da perspectiva do colonizador refere a escravos somente enquanto produto para o comércio e como propriedades dos seus proprietários. Também existe certa tendência teórica em negar a intelectualidade dos escravos.

Por isso, é necessário que se retratem os africanos escravizados não apenas como vítimas, mas como agentes, principalmente no contexto da diáspora. Como vítimas, os escravizados são pouco conhecidos, porque a história oficial os omite e os exclui. Sobressai apenas a história da considerada elite branca composta por grandes mercadores, oficiais régios, governadores, grandes proprietários rurais. Essa prática é corrente na historiografia cabo-verdiana, como fez, por exemplo, Cabral (2013), em tese de Doutorado intitulada *Dos 'homens honrados brancos' de Santiago à <nobreza da terra> Finais do século XV-XVII*.

Essa situação, conforme Ki-Zerbo (2010, p.43),

[...] é comumente encontrada no estudo do período colonial, nas áreas onde já existia uma história “colonial” oficial, que tendia a acentuar as atividades europeias e a ignorar a parte africana. [...] Mesmo no seu mais alto grau de objetividade, “a história colonial” só outorgou aos africanos papéis secundários no palco da história (2010, p.43).

Como se sabe na história colonial, minorias étnicas foram esquecidas ou omitidas nos documentos escritos. Em Cabo Verde, não foi diferente. Nas documentações históricas oficiais do período colonial, pouco se menciona o homem

africano escravizado, cuja etnia e cuja vida quotidiana não importavam. O interesse voltava-se para o trabalho desempenhado pela mão de obra escrava e para os lucros que resultavam da sua venda (BALENO, 2001, p.153).

2.3. RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO, ATUAL CIDADE VELHA, NO SISTEMA DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

Sendo a escravatura em Cabo Verde tenha ocorrido durante o período colonial, essa sessão procurou-se apresentar os acontecimentos marcantes durante o período colonial. Particularmente, em Cidade Velha, a fim de proporcionar maiores informações, no sentido de compreender o panorama, para qual procura-se nesse capítulo demonstrar as possibilidades para estudos no âmbito da escravatura a partir da cultura material.

Como referenciado, com a chegada ao arquipélago, a coroa portuguesa entendeu que devia ocupar as ilhas e, para garantir a sua posse e a sua colonização, usou algumas estratégias. A colonização em Cabo Verde iniciou na antiga Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, baseada, inicialmente, no regime de capitânias, em que os capitães-donatários ficavam com a incumbência de administrar a ilha em todos os setores (MONIZ, 2009, p.89). À semelhança do que se passou nos Açores e na Madeira, em Cabo Verde, também aplicou-se o sistema de cartas de doação de capitânias para atrair os colonos portugueses ao arquipélago. O donatário distribuía parcelas de terras em Cabo Verde aos colonos, dando-lhes poderes para administrá-las. Surgiram, dessa maneira, as primeiras capitânias-donatárias, como forma de dominar rapidamente as ilhas. Esse sistema permitiu que famílias europeias se fixassem nas ilhas.

As estratégias para a colonização em Cabo Verde foram semelhantes às empregadas no Brasil, iniciada em 1530.³⁶ Como afirma Freyre (1998, p.17), “No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do atlântico”.

Segundo a tese oficial europeia, como o arquipélago encontrava-se desabitado quando os portugueses o encontraram, algumas medidas tinham de ser

³⁶ Os motivos econômicos é a primeira semelhança. No início, houve a exploração de terras e, posteriormente, a exploração de mão de obra escrava, indígena e africana, empregada nas plantações de cana-de-açúcar (FREYRE, 1998, p.04-09).

tomadas para a sua “ocupação” (BALENO, 2001, p.130). Uma delas foi enviar europeus para residirem no arquipélago. No entanto, essa ocupação constituiu uma tarefa difícil, pois nenhum europeu queria morar nas ilhas, por motivos vários: a distância entre Cabo Verde e Portugal; o clima insalubre; a falta de alimentos naturais para uma alimentação adequada (BALENO, 2001, p.127). As instituições administrativas criadas em Cabo Verde tiveram como modelo aquelas já instituídas nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Desse modo,

O rei instituiu sobre o território cabo-verdiano em verdadeiro senhorio, com poderes administrativos, judiciais e fiscais. Pelas cartas de doação, o rei concedeu hereditariamente as ilhas, com o direito de o donatário as explorar economicamente, receber os direitos que lhe pertencessem [...] (SANTOS, 2007, p.45).

A política do estabelecimento das capitanias-donatárias e a promulgação das duas cartas supramencionadas, a de privilégios (1466) e a de limitações (1472), foram as primeiras estratégias para a colonização do arquipélago.

Como apresentado na seção 1, a ilha de Santiago foi organizada em duas capitanias: uma ao sul, com sede em Ribeira Grande, entregue a António da Noli e outra ao Norte, com sede em Alcatrazes, entregue a Diogo Afonso (SANTOS, 2007, p.47).

As atividades comerciais desenvolvidas em Ribeira Grande de Santiago para o exterior ocorriam no entorno do pequeno porto situado na região. Aliás, a vida comercial de todo o arquipélago, desenrolava na região do porto de pequena dimensão da Ribeira Grande (BALENO, 2001, p.133). Durante o século XVI quase todo o comércio desenvolvido no atlântico aportava na Ribeira Grande, atual Cidade Velha.

A colonização portuguesa ampliou-se pelas edificações de entrepostos comerciais e pelo comércio de pessoas escravizadas. Em Cabo Verde, as atividades ocorridas em Ribeira Grande, especialmente as negociações envolvendo africanos escravizados (iniciadas no fim do século XV), favoreceram o enriquecimento dos colonos europeus residentes na ilha. Com a infraestrutura necessária para esse tráfico, a urbe desenvolveu-se fortemente. Os registros desse período encontram-se, por exemplo, nos vários edifícios construídos, como as igrejas e os fortes para a proteção da cidade, que sofria ataques constantemente.

Na ótica do colonizador, Ribeira Grande floresceu, portanto, em razão do comércio estabelecido com a costa. No entanto, sem o mercado, com o desvio das rotas para a Índia Ocidental e com os constantes ataques de corsários franceses, holandeses e ingleses, a economia do arquipélago entrou em colapso.

Ao não poder sustentar-se a partir da produção agrícola, os habitantes viram-se obrigados a abandonar a cidade paulatinamente, fazendo jus ao alvará régio de 1642, que obrigava os vizinhos da Ribeira Grande a ir residir na Vila da Praia, atual capital do país (LOPES FILHO, 1998).

Os interesses de Portugal até então estabelecidos no arquipélago começaram a esmorecer-se. A escala cabo-verdiana acabou perdendo a sua influência nessas transações, sendo progressivamente abandonada. No século XIX, o arquipélago em termos econômicos estava decadente. O sistema vincular (MIRANDA, 2013), e o tráfico extinguiram-se. Ademais, do ponto de vista climático, vários períodos prolongados de seca assolaram o arquipélago.

As ilhas estiveram sob o comando de Portugal até quatro de julho de 1975. Um dia depois, em cinco de julho de 1975, Cabo Verde obteve a sua independência, em um processo de disputa que há muito se vivenciava entre os colonizadores e os colonizados. O movimento de independização foi liderado pelo nacionalista Amílcar Cabral (CABRAL, 1976), assassinado em 20 de janeiro de 1973 em Conacri, Guiné (FERNANDES, 2006, p.35). Desde então, o período de pós-independência no país, embora com algumas dificuldades, tem-se caracterizado por novas e diferentes experiências históricas, firmadas pela estruturação de políticas-sociais e pela instauração de políticas próprias, a fim de acelerar o desenvolvimento social e econômico (FERNANDES, 2006). Hoje, com pouco mais de 40 anos de independência política, período ainda bastante recente, o país caminha em busca da afirmação da sua identidade nacional. Este processo é ainda bastante complexo dado ao obscuro período marcado pela dominação colonial do arquipélago (1462-1975). Categoricamente, os colonizadores procuravam afastar o povo cabo-verdiano da sua identidade de origem sob o pretexto de serem cidadãos da metrópole. Por outro lado, a situação político-social que a dominação colonial impunha aos demais caracterizava a maneira como este vivia num contexto de opressão. Até hoje, a questão da identidade é bastante debatida no país, devido à dificuldade de muitos cabo-verdianos não se identificarem como um africano. Esta situação, contudo, é particular do arquipélago e não em outros países da África.

2.4. POVOS E CULTURAS DA ÁFRICA CONTINENTAL EM CABO VERDE.

A colonização portuguesa em Cabo Verde, marcada pelo tráfico de escravos, levou ao transporte de africanos da costa continental da África para as ilhas de Cabo Verde. Com a chegada dos portugueses a Cabo Verde em 1460 e com o início do tráfico de africanos submetidos à escravidão, as ilhas serviram como ponto de passagem dos escravos para a Europa e para as Américas. Muitas dessas pessoas fixaram-se no arquipélago para residir, pois a mão de obra escrava era requisitada em todos os tipos de trabalho.

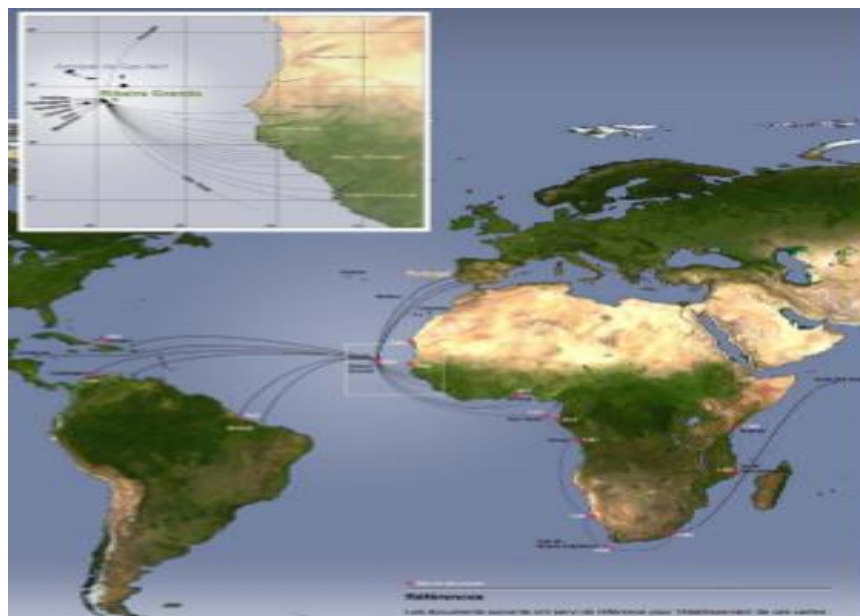


Figura 18 – O arquipélago de Cabo Verde: Rota do tráfico negreiro
Fonte: Carvalho (2008, p.61)

Nos primeiros anos da colonização, portugueses, genoveses e espanhóis mandados pela coroa portuguesa, (AMARAL, 2001) e os africanos capturados ou comprados na Senegâmbia (NIANE, 2010, p.356) e Rios da Guiné³⁷ submetidos ao regime da escravidão foram transportados para o arquipélago. O objetivo era que todos fizessem parte do povoamento³⁸ e também para que se garantisse a exploração da terra (ALMEIDA, 1998, p.27; CARREIRA, 2000, p.281-282).

³⁷ Os Rios da Guiné abrangem a região que vai do sul do Rio Senegal até o norte da Serra Leoa.

³⁸ Quando a opinião é que o arquipélago encontrava-se desabitado.

Os escravizados eram portadores de religiosidades variadas (SILVA, 2004).

Arrancados das suas linhagens e à terra de seus antepassados, expropriados de todos os bens, direitos e liberdades, privados de suas identidades e posições sociais, os africanos chegavam ao arquipélago, sem pontos de referência, como cativos, igualados pela escravidão, transformados em mercadoria – propriedade dos moradores (HGCV, 1995, p.256).

Eles pertenciam a diferentes etnias e provinham de regiões dos Rios de Guiné, onde os moradores da ilha estavam autorizados a praticar comércio (BALENO, 2001, p.154).

Dentre as etnias, destacam-se os Jalofo³⁹, Bambarâ, Lêbu, Tucuror, Fula, Jabundos, Mandingas, Bijago, Fula-forro, Fula-preto, Falupes, Arriatas, Balantas, Beafares, Nalus, Guoguolins, Bagas etc. (CARREIRA, 2000, p.310-311⁴⁰; TORRÃO, 2001, p.275). De uma maneira mais abrangente, em *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde* Senna (1987, p.60) refere que,

Os escravos das ilhas de Cabo Verde vêm todos da Costa de Guiné, Bissau, Cacheu, Serra Leoa, e outras: a compra deles faz-se com pólvora, espingardas, espadas, aguardente, panos, missanga e outros géneros, que muitos sabem.

Houve africanos que decidiram morar no arquipélago voluntariamente, como os das etnias Banhuns, Cassangas e Buramos (Carreira, 2000, p.306, 310). Na sua maioria, eles “serviam de guias e acompanhavam os comerciantes, mercenários e capitães de navios” (ANDRADE, 1995 apud SEMEDO, 2010, p.50). Ou seja, eram “[...] mercadores aventureiros e agentes das companhias comerciais [...]” (OGOT, 2010, p.469).

Já nos inícios do período colonial, os africanos do continente, tanto os que haviam sido levados à força ao arquipélago como os que haviam ido morar ali por vontade própria, constituíam a maioria da população em Cabo Verde, em relação aos europeus residentes (CARREIRA, 2000). Sobre essa situação, Balandier (1993, p.118) observa que “a sociedade colonizada chama atenção inicialmente por duas

³⁹ Etnia originária de Guiné Bissau, apontada como conhecedores do arquipélago de Cabo Verde antes dos portugueses. Carreira refere sobre uma ocupação ocasional, sem continuidade da ilha de Santiago pelos Jalofo antes dos portugueses (2000, p.291).

⁴⁰ Pesquisa científica, baseada em documentações históricas feita em Cabo Verde em 1956. Através da Seroantropologia, Carreira (2000) elaborou um quadro comparativo dos grupos sanguíneos da população negra, a maioria, e branca, minoria, residentes no arquipélago.

características: sua superioridade numericamente esmagadora e a dominação radical que ela sofre”.

Formou-se, assim, uma sociedade divergente. Os europeus, por um lado, instalaram-se no arquipélago, localizado na encruzilhada das rotas fundamentais do Oceano Atlântico, para poderem fazer contatos comerciais com a costa. Por outro lado, os africanos, foram transportados para o arquipélago forçadamente para diferentes finalidades. Eles eram elementos para o povoamento colonial, na condição de escravos (ALMEIDA, 1998, p.22-27), mercadorias para reexportação e constituíam a mão de obra, atuando em atividades agropecuárias comerciais, um complemento do tráfico dos escravos (NIANE, 2010, p.356; CABRAL, 2013, p.39-40).

Não se sabe o número exato de africanos levados ao arquipélago contra a própria vontade, nem quais etnias predominavam durante o período colonial. Contudo, informações consignadas em muitas obras⁴¹ referentes à história de Cabo Verde permitem ter conhecimento sobre o número de escravos residentes em determinadas ilhas do arquipélago durante alguns períodos.

Neste trabalho, porém, o foco não é apresentar o número dos escravizados que residiram na ilha ou que passaram pelo arquipélago para serem reexportados para a Europa e para as Américas. As informações aqui expostas (nota de rodapé nº 41) visam a que se tome conhecimento, de uma maneira abrangente, sobre o número de pessoas escravizadas nas ilhas em certos períodos. Dessa forma, ter-se-á uma base para levantar discussões a respeito dos atores escravizados (entendidos, neste estudo, como agentes), das etnias a que pertenciam, das profissões por eles desempenhadas e dos seus movimentos.

⁴¹ Baseados no *Livro da Receita da Renda das ilhas de Cabo Verde de 1513 a 1516*, ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 757, Torrão (2001, p.275) refere que chagavam, em média, cerca de 1400 escravos por ano à ilha de Santiago. Segundo a estimativa determinada nessa obra, em 1513, 328 escravos foram levados à ilha; em 1514 -1354 escravos; em 1515, 1404 escravos; em 1528, 1490. Haja vista a escassez documental referente aos números de escravizados na ilha, tal registro é uma importante fonte, mesmo sendo muito restrita ao período entre os anos 1513 a 1516. Em relação ao mesmo período, Barcelos (2003, p.74) aponta que 2992 escravos, originários dos Rios de Guiné chegaram à ilha de Santiago. Na *História Geral da África* (vol. IV) Niane (2010, p. 356), menciona “400 negros livres e 13700 escravos” em 1582 nas ilhas do Fogo e de Santiago. Carvalho (2008, p.12) por sua vez, cita a obra *Le Portugal et ses colonies* (1860), de Vogel Charles, em que consta um censo de 1852 que indica 5659 pessoas escravizadas em Cabo Verde. Existem, no entanto, algumas informações em algumas obras distintas referentes à história e à escravidão de Cabo Verde. Dentre elas, salienta-se *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, de Carreira (2000) uma das mais completas sobre o assunto. Quanto aos primeiros anos da colonização, as referências são inexistentes ou pouco tratam do número de africanos escravizados em Cabo Verde (CARREIRA, 2000; BALENO, 2001, p.137). Em verdade, muitas referências posteriores trazem algumas referências sobre o número de escravizados que um determinado proprietário rural possuía.

A colonização não se baseava somente em termos administrativos, econômicos, como foi referido. Balandier (1993, p.110) afirma que

Habitualmente se reconhece que a colonização agiu pelo jogo de três forças difíceis de separar – associadas historicamente e vividas como sendo estreitamente solidárias por parte daqueles que as sofrem – a ação econômica, a administrativa e a missionária.

Os interesses, principalmente econômicos e espirituais acentuavam o processo de colonização portuguesa na África. Essa situação retrata, expressivamente, os interesses que os portugueses tinham quando se instalaram no arquipélago, localizado em uma região propícia para fazer o trato e o resgate dos africanos escravizados e de outros produtos típicos do continente africano. “[...] dada a situação importante de Cabo Verde, em pleno Atlântico, resolveram fazer de Cabo Verde um armazém de escravos” (CABRAL, 1976, p.08).

Desumanizados como pessoas, os escravizados eram agentes que produziam e trabalhavam nas mais diversas atividades. Entretanto,

Em termos de direito, o escravo é descrito como um objecto de propriedade, logo alienável e submetido ao seu proprietário. Mas na perspectiva de sua exploração, a comparação de um ser humano a um objecto, ou mesmo a um animal, é uma ficção contraditória e insustentável. [...] Na prática, os escravos não são utilizados como objectos ou animais, aos quais essa ficção ideológica tenta rebaixá-los (MEILLASSOUX, 1995, p.9).

Assim, ao contrário de como eram tratados, exigia-se dos escravos o mais alto nível de reprodução, em qualquer trabalho que desempenhassem, principalmente em atividades domésticos e rurais. Em muitos casos, tanto de compra como de venda, existiam um diferencial, principalmente nos preços, em relação ao ofício que um africano escravizado desempenhava. Os preços também variavam conforme a idade dos escravos ou conforme fossem boçais ou ladinos (CARREIRA, 2000, p.441-446).

Aludindo aos preços de escravos com ofício que passavam pelo arquipélago ou que nele residiam, Carreira (2000, p.441-443) descreve as seguintes profissões: tanoeiro, ferreiro, pedreiro, tecelão, sapateiro, lavrador, pastor, cozinheiro, padeiro, alfaiate, costureiro, etc. Esses são alguns dos exemplos para demonstrar que os escravizados no arquipélago eram agentes cujas capacidades lhes permitiam atuar em diferentes áreas, produzir objetos, articular saberes, alguns sabiam ler e

escrever e adquirir muitos outros conhecimentos. No entanto, por meio da desumanização, igualavam-se a mercadorias e não se ajustavam à realidade, que lhes impunha o aperfeiçoamento nos seus afazeres e um alto nível de reprodução em qualquer trabalho para o qual fossem destinados.

Embora a escravatura tenha aniquilado a liberdade dos escravizados, privando-os de praticar os costumes socioculturais relacionados às suas origens, eles arranjavam formas de manifestar sócio culturalmente sua matriz africana.

Segundo Moniz (2009, p.85),

Voltando às raízes das culturas cabo-verdianas, podemos dizer que o desenraizamento de populações da África não impediu que esses grupos sócio-culturais, mesmo em contexto adverso, tivessem formas de participação no processo social bem mais activas do que é suposto imaginar. Souberam transitar – ainda que em certos momentos exposto instâncias de identidade e noutros, tendo que camuflá-las -, com inteligência e astúcia, em função de negociações e interesses socialmente estabelecidos, o que lhes possibilitou construir e reordenar fronteiras naquela tensa e violenta realidade colonial.

Mesmo com as restrições e os impedimentos da condição de escravo, os aspectos culturais eram, de algum modo, expressos. De acordo com Moniz (2009, p.117) “A resistência à dominação colonial em Cabo Verde quase ganhou forte expressão no campo da cultura”. Nesse âmbito, destacam-se, por exemplo, a Tabanca e o Batuco. Tabanca são

Manifestações de cariz religioso que inclui, nas suas festividades, desfiles, rufar de tambores e tocar de cornetas, em festas de rua, estimulando a aglomeração de multidões. Além do seu carácter religioso, encerra, ainda, uma vertente profana – satirizando a realidade social – e filantrópica, funcionando como suporte aos associados em caso de doença ou de morte, na construção de casas e auxílio nos trabalhos de agricultura (MONIZ, 2009, p.86).

Esta prática é caracterizada pelas manifestações religiosas, introduzindo também elementos culturais diversos de matrizes africanas (MONIZ, 2009, p.85). Aliás, segundo Évora (2015, p.79) citando Barcelos, a tabanca é uma das mais antigas manifestações culturais praticadas em Cabo Verde. O batuco, por outro lado, é uma dança, que, em geral, é feita por mulheres em meio a sons de palmas. Essas práticas são eminentemente africanas e, durante a colonização, serviram como meio de resistência cultural (MONIZ, 2009). As manifestações culturais, expressadas,

principalmente, na música e na dança, constituem expressões políticas adotadas pelos escravizados em oposição à dominação colonial (GILROY, 2001, p.129).

Além dessas manifestações que remontam ao período colonial, há outras práticas socioculturais que continuam até hoje. Alguns exemplos são

[...] a utilização de utensílios como pau, pilão – utilizados para preparar o milho, base da nossa alimentação, o tear, a técnica de tingir os panos, a cerâmica e algumas técnicas de cultivo, são contribuições genuinamente africanas para as culturas cabo-verdianas (MONIZ, 2009, p.87).

Outras referências como,

[...] o hábito de transportar os filhos às costas, o lenço amarrado à cabeça das mulheres, o aparato do choro e as grandes quantidades de comida que se fazem no ritual da morte denunciam alguns dos traços da sobrevivência africana e, vigentes em muitas das ilhas, senão em todas, persistem, porém, determinados hábitos e costumes com maior expressão na ilha de Santiago (ÉVORA, 2015, p.79).

Existiram, em suma, diversas formas de resistência que os escravizados desenvolviam, de forma a negar a colonização/escravatura em todos os parâmetros. Essas práticas, hoje, podem ser estudadas em diversas áreas de conhecimento, inclusive na Arqueologia, através dos artefatos arqueológicos.

No Brasil, as pesquisas em Arqueologia sobre a resistência escrava revelam resultados surpreendentes que contrapõem ideais anteriores, os quais afirmam que os escravizados eram passivos e subordinados totalmente ao regime colonial. O trabalho intitulado *Arqueologia da Resistência Escrava* de Charles Orser e Pedro Funari (2004), demonstra que as cerâmicas produzidas pelos escravos sofreram certas mudanças nos padrões decorativos, com influências das cerâmicas característicos das sociedades africanas. O trabalho de Luís Symanski (2010) no engenho de Chapada dos Guimarães, na mesma linha, demonstrou, através da cultura material, especificamente das louças, que os africanos escravizados utilizavam cultura material como forma de manter os traços de matriz africana, e de reproduzir ou transformar cosmologias e práticas rituais de origem africana.

Cabo Verde tem potencial para desenvolver projetos de investigações na área da Arqueologia da resistência⁴², como em algures de montanhas⁴³, principalmente na ilha de Santiago. Esse local, durante o período colonial, foi destino de fuga de escravos, que resistiam fortemente ao sistema escravocrata. Além disso, como refere Baleno (2001, p.172) “A fuga era a via mais rápida para se libertar dos grilhões da escravidão [...]”.

2.4.1. CONTATOS ENTRE EUROPEUS E AFRICANOS NO ARQUIPÉLAGO

O arquipélago de Cabo Verde, localizado no Oceano Atlântico, serviu como ponte de encontro entre povos e culturas diferentes. A partir da chegada dos portugueses no arquipélago, o comércio com a costa africana intensificou-se. Em seguida, houve um tráfico massivo de africanos escravizados, que começaram a ser transportados para a ilha de Santiago, tanto para serem reexportados quanto para permanecerem no arquipélago como mão de obra. Desta forma, as relações sociais estabelecidas durante o período da colonização em Cabo Verde foram excessivamente desiguais. A perspectiva colonial, porém, define essa relação em um sentido positivo. Foi o cruzamento de europeus e africanos que possibilitou a origem do povo cabo-verdiano, de características próprias e com identidades culturais que o distinguem das culturas portuguesa e africana (ALMEIDA, 1998, p.27). Essa perspectiva, em verdade, procura repudiar a africanidade do povo cabo-verdiano.

Nos relatos sobre o encontro entre povos da África continental no arquipélago e europeus, sobressaem sempre afirmações de caráter eurocêntrico e colonialista. Os discursos baseiam-se na afirmação de que o encontro nas ilhas de negros da África continental com europeus originou uma raça mestiça. Caracteristicamente, os mestiços têm um tom de pele mais claro (a tonalidade é referencial, pois mostrava quem era quem), devido ao cruzamento de uma negra escrava com um branco europeu. Com esse discurso, objetiva-se demonstrar que o povo cabo-verdiano não é africano. Mesmo assim, tanto as diferenças culturais entre o povo do arquipélago e

⁴² O caso de três recipientes encontradas nas escavações em Salamansa de cabeça para baixo, uma em 1998 e outras duas em 2005, que segundo os arqueólogos que fizeram escavações estariam associadas a práticas rituais com a intenção de prejudicar outra pessoa. Este caso podem ser estudadas no âmbito da Arqueologia de Resistência (CARDOSO; SOARES, 2010, p.186).

⁴³ Essas montanhas podem ser antigos quilombos.

as outras etnias da parte continental da África quanto à localização do arquipélago (distante 500 quilômetros do continente) não justificam que os cabo-verdianos não sejam africanos.

Atualmente, as perspectivas africanas compulsivamente rebatem esses discursos, apresentando outra história sobre Cabo Verde. Os parâmetros de pesquisas atuais buscam, por meio de vertentes antropológicas e históricas, demonstrar a africanidade do povo cabo-verdiano, como referenciada por Moniz (2009) em *Africanidades versus europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*. Para o autor, “do encontro compulsório de brancos e negros, emerge um outro homem africano” (MONIZ, 2009, p. 80). Essa perspectiva sobre o povo de Cabo Verde aceita as matrizes africanas que o originaram.

As relações estabelecidas nas ilhas do arquipélago durante o período colonial caracterizavam-se pela grande diferença de posições sociais de cada indivíduo, nas quais o escravo sempre era inferior na sociedade. O colonizador sempre impunha a sua cultura e inferiorizava as demais.

Naquela época, tentava-se fazer acreditar os cabo-verdianos que eram cidadãos portugueses, e que as ilhas de Cabo Verde são ilhas adjacentes a Portugal. Porém, esses discursos situavam-se no plano teórico. Na prática, a colonização continuava de maneira intensa (MONIZ, 2009, p. 101). Esse discurso efetivou-se na época em que alguns países europeus, como a Inglaterra, obrigaram Portugal a libertar as suas colônias. No período, António Salazar, para camuflar o colonialismo, declarou que as colônias portuguesas, na verdade, faziam parte do Estado Unitário Português, e que todos seus habitantes seriam tratados como cidadãos portugueses (FERNANDES, 2006, p.37; RESENDE, 2014, p.191). Essa ação, no entanto, nunca se materializou.

Situações desumanas, como açoites, violência sexual contra mulheres escravizadas (MONIZ, 2009, p. 80; ALMEIDA, 1989, p.22), e outros castigos severos faziam parte do contexto colonial a que os escravos estavam sujeitos. Essa prática desumana expressou-se materialmente, registrada na cultura material encontrada nas escavações arqueológicas em Cidade Velha.

Almeida (1989, p.21) retratando a violência dos brancos sobre os negros, transcreveu uma situação de uma escrava (Luíza) que dizia o seguinte:

[...] maldição sobre os brancos, que primeiro vieram devassar nossos climas; que chamaram selvagens a nossos costumes; e que – despertando a ambição em nossos pais – os levaram a sacrificar seus filhos à posse de vis ouropéis...chamam-se humanos e suas mãos mandam o chicote retalhar nossas carnes, como se o sangue que d'ellas corre não fosse igual ao d'elles! Chamam-se humanos, e ordenam que pezadas algemas venham torturar nossos pés!.

Esse relato mostra a dominação e os abusos constantes que os senhores praticavam com os seus escravos, os quais, muitas vezes, levavam estes a fugirem das garras do colonizador. As fugas, como já exposto, configuravam uma forma de resistência à escravidão. O destino eram lugares de difícil acesso, como montanhas, que *a priori* pareciam lugares seguros.

As várias revoltas sociais ocorridas nas ilhas do arquipélago constituíram também uma das formas de resistência ao colonialismo e, especificamente, à escravidão (PEREIRA, 2013). Nos casos em que os fugitivos ou os revoltosos, como a eles se chamava, eram capturados, havia castigos severos,

[...] com sevícias corporais, enforcamentos, chibatadas, palmatoadas e deportação interilhas ou para outra colônia, impedindo, à nascença, que tais casos se transformassem em exemplos e proliferassem pelas ilhas (MONIZ, 2009, p.117).

Portanto, constata-se que, socialmente, as relações eram desiguais, pois o poder colonial dominava o arquipélago e seus habitantes.

Baleno (2001, p.157-158) distingue três grupos sociais no arquipélago durante o período colonial. De um lado, estavam os brancos, detentores de poder, que

Na relação de forças estabelecida entre os diversos intervenientes da sociedade insular, a que se forma pelos brancos europeus impõe-se como hegemónica. Estes detêm todo o poder económico e político e, por conseguinte, controlam todos os mecanismos que lhes permitiam perpetuarem-se como tal (BALENO, 2001, p.164).

Os africanos livres eram ou os escravizados que haviam obtido a liberdade ou os filhos destes, que já nasciam na condição de livres. Os escravizados formavam a maior parte da população e não tinham nenhum direito na sociedade. Eles eram utilizados como mão de obra em todos os setores, principalmente no setor agrícola.

Em seguida, descreve-se, brevemente, a escravidão no arquipélago, desde o seu surgimento até a sua abolição (BALENO, 2001, p.160-161).

2.5. SÍNTESE HISTÓRICA DA ESCRAVATURA EM CABO VERDE: DO SURGIMENTO À ABOLIÇÃO

Lopes Filho (2006, p.09) define escravatura como um

sistema muito específico de deslocação forçada de negros africanos, que atravessavam às Américas, no início da exploração económica das colónias carentes de mão de obra barata.

Tal definição refere-se ao contexto específico da colonização de muitos países africanos, em que a mão de obra escrava era o produto mais procurado. De uma maneira geral, Silva (2002, p.86) citando Willems (1950, p.52) define escravatura como “Instituição social que consiste no direito de propriedade sobre seres humanos e na utilização de seus serviços”.

A chegada dos portugueses à Ceuta, em 1415, e, vinte anos mais tarde, à costa da África iniciou um dos mais drásticos processos vivenciados pelo povo africano. Primeiramente, houve o estabelecimento na costa e, em seguida, registrou-se uma paulatina expansão da costa para o interior. Não obstante, a expansão dinâmica para o interior do continente apenas se deu no final do século XVIII (KIZERBO, 2010, p.79).

Nesse período de expansão, o arquipélago de Cabo Verde, pela sua localização geográfica considerada estratégica, serviu como ponto de apoio à navegação atlântica. Na fase seguinte, o local constitui um dos vértices no comércio intercontinental do tráfico (LOPES FILHO, 2006, p.7-8), que se prolongou durante grande parte do século XVI (SANTOS, 2007, p.108).

O sistema colonialista de exploração e de dominação no arquipélago girava à volta do comércio de africanos escravizados e objetivava, primordialmente, avultados lucros em curto período de tempo. Essa prática trazia consigo a volumosa exploração da mão de obra daqueles que eram submetidos à escravidão e, logo, à dominação. Ter submetido os povos da África à escravatura desumanizou pessoas nesse período. Elas eram comparadas a animais e igualadas a peças que podiam ser vendidas, trocadas ou descartadas pelos respectivos proprietários. Vale destacar, que na África desde antiguidade havia escravatura (SILVA, 2002). Porém, o enfoque dado nessa pesquisa é sobre escravatura no arquipélago durante o período colonial. Sublinha-se ainda que nesse período, na costa africana havia

casos que os próprios africanos capturavam os seus conterrâneos para vender aos colonizadores europeus (CARREIRA, 2000, p.84-86).

A compra de escravos era feita muitas vezes com base em trocas de objetos diversos (OLIVEIRA, 2005, p.160). Trocavam-se objetos por objetos que serviam como moedas. Os *Coriis* ou *Coris*, contas vermelhas e azuis são alguns desses exemplos. O uso de moedas era ocasional (CARREIRA, 2000, p.80-83). Por qualquer objeto considerado “quinquilharia” pelos europeus que, segundo Carreira, parecesse ser novidade para as populações africanas, era possível obter africanos escravizados na costa.

A troca baseava-se em produtos do continente europeu, americano ou asiático por escravos (Carreira, 2000, p. 91-95). Os traficantes de escravos usavam uma variedade de estratégias para obter o maior número possível de pessoas para serem submetidos à escravidão (Carreira, 2000, p.91-95).

Inicialmente, de acordo com Carreira (2000, p.79-81), a obtenção de africanos na costa africana baseava-se em operações de capturas organizadas por navegantes e negociantes portugueses.

Posteriormente, a obtenção de pessoas para serem submetidas à escravidão passou a ser feita por meio de compra direta e por permuta (sistema baseada em trocas de objetos, géneros ou produtos, em valores não monetários).

Em Cabo Verde, a moeda de troca no comércio eram os produtos produzidos da terra e os confeccionados panos de algodão tipicamente africanos, também ali produzidos e conhecidos por panos de terra (CARREIRA, 2000, p.103; LOPES FILHO, 2003, p.96).



Figura 19 – Panos de terra

Fonte: internet

Legenda: Atualmente usam-se esses panos com diferentes finalidades, tanto como vestuário, como também para enfeites.

Comprados nos Rios de Guiné⁴⁴, onde os moradores da ilha de Santiago estavam autorizados a fazer comércio, os africanos escravizados eram transportados para as ilhas, e a maioria era reexportada. Aqueles que ficavam no arquipélago serviam como mão de obra escrava em todos os serviços (ALMEIDA, 1998, p.22).

Em Cabo Verde, com a homologação da carta de 1466, promoveu-se o recrutamento de africanos na costa, que serviam como mercadoria para o tráfico, em que a garantia da mão de obra escrava constituía o objetivo principal. A partir da homologação dessa carta, os portugueses que residiam na ilha de Santiago passaram a ter privilégios para praticar o comércio com a costa, e, assim, fomentou-se a escravatura no arquipélago. Constitui-se, dessa maneira, uma sociedade escravocrata em Ribeira Grande de Santiago (CARREIRA, 2000).

Já nos finais do século XV, Ribeira Grande servia como entreposto de africanos escravizados (LUCAS; SILVA, 2009, p.27; ALMEIDA, 1998, p.37). No início do século XVI, o comércio fortaleceu-se, e o arquipélago passou a ser ponto de passagem no comércio transatlântico do tráfico (BALENO, 2001, p.134). Nesse sentido, a adesão das infraestruturas instaladas na Ribeira Grande desde os finais do século XV visava a dar conta do tráfico.

A fixação dos africanos escravizados da África continental no arquipélago intensificou-se com a carta de 1472, que obrigava os moradores a comercializar produtos produzidos na ilha. Com isso, a recrutação da mão de obra escrava para explorar algodão nas ilhas aumentou. Porém, segundo Baleno (2001, p.156-157), os africanos escravizados que chegavam ao arquipélago, capturados na costa do continente, eram, mormente, destinados à reexportação.

O tráfico negreiro caracterizava-se pela brutalidade, pela exploração e pela dominação dos escravizados. Àqueles que desobedeciam a seus senhores, que fugiam (CARREIRA, 2000, p.335) ou que tentavam alguma transgressão impunham-se castigos extremos, como açoites e enforcamentos.

Conforme exposto, poucas são as referências que abordam a vida quotidiana dos escravizados. Há também a omissão de conteúdos referentes à escravatura em manuais escolares e pouco incentivo para o desenvolvimento de trabalhos universitários sobre esse assunto em Cabo Verde. As poucas fontes que existem

⁴⁴ Sul do rio Senegal até norte da Serra Leoa.

sobre a escravidão no arquipélago, em geral, romantizam o período e caracterizam-se por estereótipos.

Os indícios de que existiam relações amigáveis entre proprietários e escravos no arquipélago, por exemplo, são questionáveis. É o caso, por exemplo, da escrita referenciada por Baleno (2001, p.161), “A escravidão em Cabo Verde é tida como essencialmente doméstica, dado o relacionamento estreito e pessoal estabelecido entre o escravo e o seu respectivo senhor”. Tal afirmação configura uma romantização e um distanciamento da situação real do ambiente em que o poder colonial dominava os demais. Em relação à escravidão decorrida no arquipélago durante o período colonial, sempre se busca romantizá-la, em uma tentativa que pode ser considerada bastante colonialista. Na sua análise, Baleno (2001, p.161), aliás, destacam as supostas boas relações entre escravos e senhores no arquipélago. Entre esses dois lados, teria havido cumplicidade e confiança, exemplificadas nos casos em que senhores mandavam seus escravos sozinhos até a costa da Guiné.

Para Silva (2001, p.93), esse “fato conhecido em quase todos os sistemas escravocratas”, aconteceu. Escravos a mando do seu senhor eram, certas vezes, incumbidos de fazer um determinado tipo de trabalho em outras regiões. No entanto, essa situação não se pode generalizar, pois as relações de confiança entre senhores e escravos não eram genéricas a todos (SILVA, 2002, p.97).

Em verdade, existiam diferenciações de trabalhos a que os escravos eram destinados (BALENO, 2001, p.161). Havia dois tipos principais de escravos: os domésticos, que trabalhavam junto à família do proprietário; e os rurais, que ficavam a cargo de trabalhos mais pesados, como atividades agropecuárias. A distinção entre um escravizado doméstico e um rural era feita na forma de assistência, que era diferente (FREIRE, 1998, p.450). Os escravos de casa usufruíam de algumas vantagens e privilégios que os escravos do campo não tinham (ALMEIDA, 1989). Isso não significa, contudo, que aqueles não passassem por situações difíceis, dada a situação de dominação em que se encontravam. Havia uma relação de conflito, de dependência, de dominação, de opressão: uma relação baseada na violência, em que o escravizado era dissociado da sua identidade social, fato que as narrativas modernas ignoram (GILROY, 2001; SILVA, 2002, p.87).

Nesse contexto, Gilroy (2001, p.151), em *Atlântico negro*, critica a forma como a relação entre senhores e escravos é retratada na modernidade, propondo

releituras sobre ela, diferentes das concepções ocidentais. Como sublinhou Manuel da Veiga, que fez o prefácio da obra *O Escravo*, de Almeida (1989, p.15),

Não é exagero dizer-se que, enquanto a expressão (escrita) dos países dominados continuar subdesenvolvida e subvalorizada, a produção literária dos mesmos continuará sendo uma tradução, com fortes riscos de originalidade e mesmo com possibilidade de deturpação.

É essa a situação que acontece em Cabo Verde? Percebe-se que em alguns aspetos sobre a história de Cabo Verde são ainda carregadas de pouca objetividade, tratada de uma maneira superficial, e de muitas controvérsias, em alguns casos. Por esse motivo, no papel de historiador (a) e arqueólogo (a), senti o dever de propiciar contribuições a fim de desmistificar as perspectivas ocidentais e colonialistas sobre a história do país.

Afirma-se que “durante quase um século, entre 1462 e 1547, Santiago foi o espaço de concentração e exportação de escravos” (TOLENTINO, 2006, p.219). Não obstante, a escravatura em Cabo Verde decorreu por quatros séculos, do fim do século XV ao fim do século XIX. Somente em 1869 decretou-se a total abolição da escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa (LOPES FILHO, 2006, p.100). Carreira (2000, p.370) destaca o decreto de 1836, pelo qual declarou-se a abolição da escravatura nos domínios portugueses, porém, por muitos anos, continuou existindo, no arquipélago, o tráfico clandestino.

As constantes revoltas dos rendeiros contra os morgados⁴⁵ no arquipélago (cf. PEREIRA, 2013), os quais prolongavam a exploração de mão de obra barata no arquipélago, culminaram na abolição total do sistema vincular⁴⁶ em 1834 (MIRANDA, 2013). No entanto, somente em 1878 aboliu-se a escravatura nas ilhas do arquipélago (CARREIRA, 2000). Antecedentes a esse momento, ocorreram os movimentos abolicionistas, dos quais a Inglaterra foi pioneira, mas não porque condenasse a escravatura ou sensibilizasse com os africanos escravizados. Outros interesses pesavam para que esta apoiasse a abolição da escravatura, dado que o movimento abolicionista foi plural e bastante complexo. Os tratados assinados entre Portugal e Inglaterra (1810), o tratado de aliança do Rio de Janeiro (1815), e o

⁴⁵ Grandes proprietários, com seus bens baseados em morgadios e capelas (AMARAL, 2007, p.180).

⁴⁶ O sistema vincular era uma instituição que, desde a primeira metade do século XVI, foi implantada no arquipélago e que atrasou a abolição por estar muito enraizada no sistema socioeconômico do país (LOPES FILHO, 2005, p.129-130; MIRANDA, 2013).

Congresso de Viena (1815) foram, por exemplo, outros acordos cujos objetivos almejavam a abolição da escravidão (CARREIRA, 2000, p.365).

2.6. A ESCRAVIDÃO NA CIDADE VELHA VISTA ATRAVÉS DA CULTURA MATERIAL

Como um subcampo da Arqueologia Histórica, Arqueologia da Escravidão têm ganhado cada vez mais espaços, através de várias pesquisas feitas em campos e laboratórios ligadas à universidade. Várias temáticas passaram a serem debatidas a fim de discorrer sobre a cultura material ligada à escravidão, à materialidade negra, aos atores escravizados e aos seus movimentos. Nas Américas, por exemplo, as pesquisas no campo da Arqueologia da Escravidão direcionam-se aos aspectos das raízes da cultura afro-americana, cuja documentação histórica pouco referia o grupo ou o fazia de uma maneira incompleta (DEAGAN, 2008, p.72).

A materialidade negra procedente do período da escravidão passou a corporizar as pesquisas, em que as discussões teóricas complementam a cultura material. Atualmente, a Arqueologia Histórica, particularmente a Arqueologia da Escravidão, tem direcionado enfoques a temas que outrora eram omitidos ou marginalizados pela sociedade, estudando também o tráfico negreiro transatlântico, e as consequências adjacentes a ele.

Hoje, lugares onde ocorreram naufrágios e que foram pontos da rota do tráfico são de suma importância para os estudos no campo da Arqueologia da Escravidão e da Diáspora Africana. Por isso, neste trabalho, toma-se como campo de estudo a atual Cidade Velha: ela ocupou um dos vértices do tráfico de africanos escravizados, desde o início do século XVI até o desvio da rota para Cacheu em Guiné (1617).

Muitos aspectos negativos provenientes do processo de colonização perpetuaram-se na memória do povo cabo-verdiano. Hoje, as reminiscências, principalmente materiais, do sistema escravocrata que marcou a história de Cabo Verde denunciam o trágico processo da escravidão no arquipélago. A maior parte desses registros foi encontrada em escavações arqueológicas na Cidade Velha. Por sua vez, outros encontraram-se em intervenções subaquáticas realizadas nos mares de Cabo Verde.

Na presente análise, lida-se com a cultura material relacionada à escravidão, reconhecendo a Arqueologia da Escravidão como um campo de estudo e a diáspora

como um tema de interesse. A cultura material escrava é representada por manilhas, correntes de ferro, crucifixos, missangas, grilhetas ou algemas e demais artefatos encontrados nas intervenções subaquáticas e terrestres em Cabo Verde. Ainda, o próprio pelourinho enquadra-se na discussão da escravatura em Cabo Verde.

A pequena amostra de materiais ligados à escravatura apresentada nesta pesquisa é de suma importância. Por outro lado, a discussão sobre a Arqueologia da Escravidão e sobre a diáspora permitiu demonstrar que a escravatura em Cabo Verde assemelha-se à ocorrida no Brasil e no Caribe, por exemplo. Deste último espaço, nomeadamente em Cuba, a partir da arqueologia documental, Corzo & Ferreira (2013) estudaram a forma como um escravizado era categorizado como propriedade de uma pessoa, com marcas de ferro, como forma de controlá-los. Esta situação, desenfreada, por parte de quem o faz, mas que consistia realmente num severo castigo corporal daqueles que eram marcados.

A perspectiva com base na cultura material da escravidão contraria aquelas românticas que figuram na historiografia cabo-verdiana. Conforme já referido, existe uma romantização da escravatura em Cabo Verde espalhada nos documentos referentes sobre a história de Cabo Verde, nos quais se diz que a escravatura foi essencialmente doméstica, além de adocicar as relações estreitas entre o senhor e o escravo.

A Cidade Velha tem um grande potencial para o desenvolvimento de estudos sobre a escravatura, por meio da Arqueologia. Nessa região, as escavações têm sido intensas, embora de curta duração, e a maioria dos materiais relativos à escravidão foram encontrados ali. De início, o objetivo deste trabalho não era abarcar os resultados das intervenções subaquáticas realizadas em Cabo Verde. Todavia, durante os trabalhos de campo entre junho e julho de 2015 em Cabo Verde, percebeu-se que a maior e mais expressiva parte da cultura material da escravidão veio dessas intervenções subaquáticas levadas a cabo nos mares do arquipélago.

A obra *Cabo Verde na rota dos naufrágios*, de Oliveira (2005), é a referência mais completa que há sobre os materiais arqueológicos provenientes das intervenções subaquáticas em Cabo Verde. Aliás, é o primeiro e único inventário dos acervos arqueológicos oriundos dessas investigações no país. Na escassez de documentações relativas às investigações subaquáticas nas ilhas, esse inventário, que contém imagens de artefatos com as correspondentes legendas, é umas das

ferramentas para a reflexão da cultura material da escravidão no contexto cabo-verdiano.

Um dos artefatos encontrados nas escavações arqueológicas terrestres na Cidade Velha foi uma grossa corrente de ferro, cuja função era castigar os escravizados e aprisioná-los, impedindo a sua fuga.



Figura 20 – Corrente de ferro.

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.

Fonte: Acervo Museu Arqueologia da Praia.

Legenda: As correntes eram utilizadas para aprisionar escravos. A que consta na foto foi encontrada nas escavações arqueológicas terrestres na Cidade Velha. Não há informações sobre a que escavação arqueológica ela pertence.

Esse objeto, em suma, servia para

A aplicação a escravos de castigos corporais e de maus tratos (spancamentos pelos processos mais diversos, prisão em grossas correntes, privação de alimentos e de água, etc.) [...] prática comum em todas as áreas escravocratas do Mundo” (CARREIRA, 2000, p.337).

O uso de correntes de ferro deve-se também à forma como eram obtidos as pessoas submetidos à escravidão: por meio de capturas, usando esses artefatos para aprisionar os escravizados e para impedir a sua fuga (CARREIRA, 2000, p.337; SILVA, 2002, p.87). Além desse objeto, existiram outros de uso frequente que serviam para aprisionar os escravizados, como os libambos e as grilhetas.

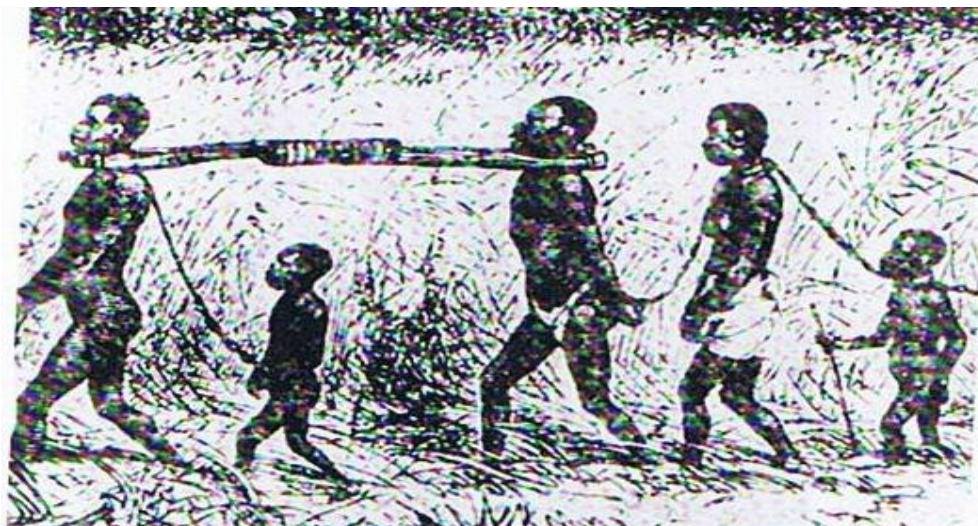


Figura 21 – Objetos para aprisionar os escravos, pelo pescoço e pelos pés.

Legenda: A ilustração acima referenciada mostra escravos sendo “conduzidos aos portos de resgate” Fonte (BALENO, 2001, p.176).

As correntes representadas na Figura 21 são semelhantes às aquelas encontradas nas escavações em Cidade Velha. A que abrange o pescoço é conhecido por libambo (SILVA, 2002, p.09). Houve manilhas e algemas (OLIVEIRA, 2005, p.55-56) encontradas em uma nau portuguesa que, no século XVI, estava ancorada no porto de Praia, atual capital do país, para seguir viagem até Gâmbia em busca de escravos. A nau desapareceu naquele período a sudeste da Ilha de Santiago, devido a um forte temporal. Em 1999, com sua descoberta, encontraram-se, no navio, canhões, moedas, recipientes possivelmente para alimentar escravos (OLIVEIRA, 2005, p.55-56) e um astrolábio datado de 1645 que hoje está em exibição no Museu da Virgínia, Estados Unidos.

O uso de manilhas tem significados diferentes, conforme pesquisadores. Segundo Silva (2002, p.9), a manilha

é um bracelete de metal, geralmente de cobre ou latão, cuja circunferência não se fecha inteiramente, como se fosse em “C”. Usava-se como adorno nos braços ou nos tornozelos e sobretudo, talvez já antes de chegada dos portugueses aos litorais africanos, como moeda. Variava muito de tamanho, peso e grossura: em alguns casos tornou-se tão pequena, que não servia de pulseira sequer para não ser confundida com um anel.



Figura 22 – Manilha de bronze.
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.
Fonte: Acervo do Museu de Arqueologia da Praia.

Silva (2002) aponta a manilha como um material que servia para enfeitar nos braços e, que também se usava como moeda de troca. Carreira (2000) e Oliveira (2005) a descrevem como um objeto que servia para apreender os escravos e para, em certas situações, fazer parte de trocas em compra e venda de escravos.



Figura 23 –Algemas. Estado atual do artefato
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.
Fonte: Acervo Museu de Arqueologia.

Os cachimbos, caraterístico comparadas às que são produzidos na África continental, encontrados nas intervenções subaquáticas nos mares de Cabo Verde, são referências para estudos da resistência ao colonialismo. Por outro lado, uma vez que localizados em navios, eles podem ter sido utilizados pelos escravos como

forma de relaxamento. Essa era uma técnica usada pelos negreiros para que os escravizados pudessem suportar as longas viagens a que eram submetidos (OLIVEIRA, 2005, p.161). Assim, amenizava-se a travessia longa e dolorosa do Atlântico, a fim de mantê-los com melhor disposição para serem vendidos (HANDLER, 2008 apud PAIVA, et al., 2015, p.174-175).

Como exemplo, destaca-se um fragmento de cachimbo, com características típicas, daqueles confeccionadas na África continental encontrado em navios naufragados na ilha de Santiago. O cachimbo à direita (Figura 24), cuja origem é africana e cuja produção data do início do século XVII, localizou-se em um navio naufragado em 1650, em São Francisco, sudeste da ilha de Santiago. Aquele situado à esquerda (Figura 24) é um cachimbo também africano muito produzido na África continental que se localizou no mar da Cidade Velha, dentro de um navio naufragado, provavelmente, entre 1500 e 1750.



Figura 24 – Cachimbos africanos

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.

Fonte: Acervos do Museu de Arqueologia da Praia.

Há aspectos socioculturais que podem ser evidenciados através dos cachimbos. Como expõem Paiva et al., (2015) esses objetos alimentavam um hábito que servia para o relaxamento.

Os cachimbos eram utilizados não somente para o hábito de fumar, mas sim como meio onde os seus fabricantes (os cativos) incorporavam elementos que muitas vezes representavam as lembranças de suas matrizes africanas (PAIVA et al, 2015, p.167).

Outros artefatos encontrados nas intervenções subaquáticas, que puseram em discussão a participação da Igreja Católica no tráfico dos escravos, foram os crucifixos. Segundo Oliveira (2005, p.48), a Igreja Católica participava do comércio de escravos, batizando-as e torná-los ladinos⁴⁷, para a difusão do catolicismo entre os escravizados. Os crucifixos achados em navios naufragados, nesse sentido, podem relacionar-se a tais práticas.



Figura 25 – Crucifixos

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, jul. 2015.

Fonte: Museu de Arqueologia da Praia.

Havia um interesse muito grande de Portugal em propagar o catolicismo entre os escravos, conforme Lopes Filho (2003, p.83). Em Cabo Verde, com a institucionalização da diocese em meados do século XVI, realizar batismos e ladinizações de africanos escravizados passou a ser um objetivo fundamental da Igreja (LOPES FILHO, 2006, p.20).

Por outro lado, as diversas igrejas construídas nos primeiros dois séculos da colonização em Cidade Velha despertam atenção dos pesquisadores, uma vez que se procura entender por que se construíram tantas igrejas em uma área tão pequena. As respostas mais plausíveis justificam a situação a partir do interesse em realizar batismos e ladinizações dos escravizados (LOPES FILHO, 2006, p.20; 2003, p.98). Para Pereira (2005, p.260-261), a justificativa está na posição geoestratégica do arquipélago, que o tornou um dos vértices do tráfico negreiro transatlântico. Ademais, Ribeira Grande de Santiago, nessa época, era sede do bispado e diocese

⁴⁷ Eram ensinados alguns valores e passagem bíblicos defendidos pela Igreja Católica.

de Cabo Verde, que englobava outras ilhas do arquipélago, e a região do Senegal até Serra Leoa (PEREIRA, 2005).

O próprio pelourinho, onde se castigavam os escravos, é uma reminiscência do trágico processo de escravatura pelo qual os escravizados no arquipélago passaram. Embora muitas referências escritas apontem o pelourinho como um símbolo do poder local implantado na Ribeira Grande, neste trabalho, aborda-se o seu significado a partir do que representa para a escravatura.

Em termos de cultura material relativa à escravatura, os vestígios encontrados nas escavações demonstram uma gama muito rica de artefatos. Estes devem ser estudados por meio de diferentes perspectivas e para distintas finalidades, para o enriquecimento da história da escravatura de Cabo Verde. Os sítios escavados, particularmente os monumentos históricos e os seus arredores, não são associados à escravatura. Entretanto, o contexto das construções de todos os monumentos históricos edificadas na região no período colonial relaciona-se com o tráfico dos africanos escravizados no arquipélago e daqueles exportados para Europa e Américas (PIRES, 2007, p.40; BALENO, 2001, p.134).

2.7. ARQUEOLOGIA DA DIÁSPORA AFRICANA EM CABO VERDE: PROPOSTAS PARA ESTUDOS INICIAIS

A Diáspora Africana foi “a dispersão mundial dos povos africanos e de seus descendentes como consequência da escravidão e outros processos de imigração” (FERREIRA, 2009, p.268). O conceito de Diáspora Africana abarca a história multicultural do Atlântico, ou seja, a análise e a cartografia da rede triangular de tráfico de escravos que enlaçou as culturas dos povos da África, Europa e América (FERREIRA, 2009, p.268).

Os estudos sobre Arqueologia da Diáspora Africana ganharam espaço no campo da Arqueologia da Escravidão. A nível internacional, alguns estudos referenciam-se sobre esse tema. Na América do Norte, Charles Orser (1996), retratou alguns aspetos referentes às pesquisas sobre Arqueologia Histórica da Diáspora Africana, um tema que tem sido importante na arqueologia contemporânea com relação à escravidão nas Américas. Na América do sul, Pedro Paulo Funari, Lúcio Menezes, Cláudio Symanski, têm-se destacado nessa área, com as pesquisas sobre as sociedades Quilombolas, Charqueadas e Senzalas. O objetivo é estudar um campo maior e mais abrangente: Arqueologia da Escravidão, em que se

relacionam as manifestações locais dos grupos com o comércio triangular: Europa, África Ocidental e Caribe.

Nessas transações, o arquipélago de Cabo Verde intermediava o comércio entre a costa continental da África, a Europa e as Américas. A sua posição geográfica considerada estratégica, foi a principal razão para a sua ocupação, e ali constitui-se um dos vértices do comércio triangular (LOPES FILHO, 2006; CARREIRA, 2000).

As relações estabelecidas no contexto da diáspora em Cabo Verde permitiram a difusão e a influência de várias culturas no arquipélago. Esse entrelaçamento expressou-se materialmente, e hoje faz parte da reflexão deste trabalho.

A Arqueologia da Diáspora Africana é um tema que, nas últimas décadas, vem ganhando espaço dentro da Arqueologia da Escravidão. A discussão a respeito da diáspora africana tem contribuído para a expansão do próprio campo da Arqueologia da Escravidão (FERREIRA, 2009, p.267). Conforme já se expôs, a discussão em torno da Arqueologia da Diáspora Africana assenta-se em estudos sobre a materialidade de povos africanos que se dispersaram para outros continentes como consequência da escravatura.

Em nível internacional, a primeira pesquisa no âmbito da diáspora africana foi realizada em um sítio afro-americano em 1940 nos Estados Unidos. O objetivo era confirmar se os materiais encontrados coincidiriam com o período da ocupação notificado na documentação escrita (SYMANSKI, 2014, p.160).

Houve outros estudos relevantes feitos no âmbito da diáspora africana, como aqueles desenvolvidos nas Américas. No artigo *Identidade de Grupo, Criatividade Individual e Geração Simbólica na Diáspora Bakongo*, Fennel (2013) examina os usos criativos de facetas de religiões africanas ao longo do tempo e em novos cenários sociais na América. A análise foi feita através de objetos que, provavelmente, foram usados na religião Bakongo na África Centro-Ocidental, região da atual República Democrática do Congo. O estudo baseia-se em uma combinação entre dados etnográficos e dados arqueológicos e tem como principal objetivo a criação de um modelo etno-histórico para leitura de dados arqueológicos (FENNEL, 2013, p.189). O tópico em discussão era como os grupos reconfiguram-se na diáspora, especialmente na América, ou seja, o estudo analisa as continuidades culturais dos grupos Bakongo na América do Norte.

Charles Orser, arqueólogo estadunidense que muito tem contribuído para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica, sugere, na sua obra *Arqueologia Histórica do século XXI* mais estudos relacionados à Arqueologia da Diáspora Africana. Na América do sul, Pedro Paulo Funari, Lúcio Menezes, Cláudio Symanski, dentre outros arqueólogos históricos, têm-se destacado na área, enfatizando a questão da materialidade negra dos africanos escravizados no Brasil. Esses estudos têm sido feitos em senzalas e em charqueadas. De acordo com Ferreira (2009, p.272) “Os estudos arqueológicos da diáspora africana buscam, em suma, entender como as identidades culturais dos escravos afro-americanos se expressam materialmente em vários contextos”.

No caso de Cabo Verde, por meio das investigações subaquáticas realizadas nos mares de jurisdição do arquipélago, obteve-se uma grande variedade de artefatos que, se estudados devidamente, contribuem para o enriquecimento da história do país e da região atlântica. Existem vários aspetos que podem ser estudados sobre a diáspora de povos da África continental no arquipélago. Especificamente, pode-se enfocar a formação, a continuidade e a resistência de culturas originárias da África continental em Cabo Verde. Desse processo restaram vestígios materiais, que possibilitam discussões sobre a diáspora africana.

Pelo Atlântico, a partir dos finais do século XV, com a saída de Portugal no âmbito da expansão e da exploração de novas terras, passaram pessoas, objetos, navios, culturas e produtos de várias procedências. Os arquipélagos atlânticos⁴⁸ serviam para que tripulações descansassem e para que europeus fixassem residência, a fim de manter contatos comerciais entre as Américas, a África e a Europa. Os arquipélagos eram pontos de ligação entre os continentes e foram relevantes para que os portugueses estabelecessem seu império colonial. O movimento de colonização português iniciou em Madeira, prosseguiu para a costa e para o interior do continente africano, e, por fim, chegou ao Brasil.

Comercializavam-se diferentes tipos de produtos entre os arquipélagos. De Cabo Verde para a África continental partiam produtos oriundos da Europa e do próprio país, como algodão e sal. Da costa até Cabo Verde, comércio dirigido pelos portugueses, exportavam-se africanos escravizados e outros produtos não

⁴⁸ Cabo Verde, Madeira, Açores, São Tomé, Canárias.

especificados (OGOT, 2010, p.316). Dos Açores saíam, para outros lugares, cereais; e da Madeira exportava-se vinho (VIEIRA, s/d, p.52-54).

2.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, em nível internacional, as temáticas relacionadas à escravidão, cada vez mais têm conquistado espaço na academia. Vários lugares que constituem memória da escravatura, por exemplo, são tomados como centro ou como objetos de estudo, nos campos da Arqueologia, da Antropologia, da História ou da Sociologia. Para preservá-los é preciso estudá-los. Assim, é essencial criar museus para conservar tais artefatos, propor leis para preservar os sítios, criar condições para ajudar a população local a cuidar do patrimônio e divulgar as pesquisas relativas aos sítios de memória.

Em Cabo Verde, além de poucos estudos sobre a escravatura do ponto de vista documental, na área da Arqueologia da escravidão é ainda principiante, para não dizer inexistente. Os trabalhos em Arqueologia fazem-se presentes somente no âmbito de reabilitações e restaurações dos monumentos históricos, principalmente na ilha de Santiago. Não existem, pois, discussões direcionadas a campos específicos, como o da Arqueologia da Escravidão. Não obstante, há um grande potencial para estudos nessa área. Dessa maneira, é necessário reunir especialistas formados em Arqueologia e em áreas afins para discutir os parâmetros de pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país.

Em seguida, capítulo III, mostra-se a relação quotidiana que a população local mantém-se com o patrimônio arqueológico da Cidade Velha, e os significados a ela atribuídos.

3. O PERCURSO EM CAMPO: ANALOGIA ENTRE O PASSADO ARQUEOLÓGICO E O PRESENTE ETNOGRÁFICO.

Tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido (KI-ZERBO, 2010, p.146).

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No capítulo anterior apresentaram-se particularmente, um conjunto de artefatos provenientes das escavações arqueológicas realizadas na Cidade Velha, relacionados à escravidão. Nesse capítulo a discussão enquadra-se o patrimônio arqueológico da Cidade Velha como um todo, a partir de uma visão histórica da região. Ademais, as análises serão feitas a partir das perspectivas locais.

A discussão nesta seção busca compreender os significados que a população da Cidade Velha atribui ao patrimônio arqueológico, resultado da ocupação colonial da região. Em específico, incorpora-se o conhecimento do público na discussão do registro arqueológico na Cidade Velha. Destacam-se também os significados que a Cidade Velha representa como Patrimônio Mundial para a população local. Essa é uma conexão entre os aspectos históricos e etnográficos, procurando a compreensão do registro arqueológico.

No que se refere à metodologia, adota-se a etnografia como método de pesquisa, voltada para o registro arqueológico, o caminho que propiciou o desenvolvimento deste capítulo. O uso da etnografia nas pesquisas arqueológicas, conhecida por Arqueologia Etnográfica, tem sido crescente nas investigações de caráter antropológico e arqueológico, entre pesquisadores e diferentes atores sociais para o estudo do passado (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; BEZERRA, 2011, p.62; MORAES, 2012).

A Arqueologia Etnográfica possibilita compreender as relações sociais de hoje em comparação com as do passado, assim como a troca de informações entre os pesquisadores e o público (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p.66).

Segundo Hamilakis e Anagnostopoulos (2009), Arqueologia Etnográfica é um termo usado desde a década de 1970 e introduzido na Etnoarqueologia. Os autores apontam, como uma das primeiras referências a respeito do assunto, a obra de Patty Watson *Archaeological ethnography in western Iran* (1979).

Existe um vínculo mútuo entre a Arqueologia Pública e a Etnográfica. A inter-relação entre essas duas áreas no percurso em campo serviu de base para acompanhar os discursos relativos ao patrimônio arqueológico da Cidade Velha, que integra o patrimônio cultural do país. Atualmente, essas inter-relações da Arqueologia “ganham cada vez mais espaço” nas pesquisas (BEZERRA, 2011, p.61). A cultura material, nesse sentido, intermedia, nos discursos dos interlocutores, os contextos arqueológicos da Cidade Velha e os significados de cada artefato. Assim, constitui-se o significado da cultura material através da etnografia (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009).

Para Hamilakis e Anagnostopoulos (2009, p.66), a Arqueologia Etnográfica traz estudos de caráter multidisciplinar, que abarcam entrevistas informais e formais, pesquisas documentais, fotografias, observação participante e outros métodos, os quais fizeram parte integrante desta pesquisa. A Arqueologia Etnográfica⁴⁹ é, de fato, um método de pesquisa muito utilizado na Arqueologia Pública. Arqueologia Pública surgiu durante o período de apogeu da Arqueologia Processual, também conhecida como Nova Arqueologia (FUNARI; CARVALHO, s/d, p.4), ganhando força e espaço a partir da década de 1990. A corrente pós-processualista é uma das linhas teóricas na Arqueologia que muito tem contribuído para que os arqueólogos e o público em geral colaborem para o desenvolvimento da Arqueologia enquanto campo do conhecimento (SOLTYS, 2010, p.118). O surgimento de estudos sobre a Arqueologia Pública advém da necessidade de haver uma Arqueologia que envolva o público nas pesquisas, ou seja, em que haja uma diversidade de vozes e interesses nas investigações arqueológicas (BEZERRA, 2011; 2013; SOLTYS, 2010, p.57). Buscou-se, pois, uma “arqueologia aberta para o público” (OLIVEIRA, 2005, p.120).

⁴⁹ É uma arqueologia que encontra significado no passado através do olhar para a cultura material ao lado da história oral e a etnografia (HALL; SILLIMAN, 2006, p.2-3).

Conforme define Bezerra (2011, p.62), a

Arqueologia Pública é uma vertente da Arqueologia preocupada em compreender as relações entre distintas comunidades e o patrimônio arqueológico, considerando o impacto do discurso acadêmico em sua visão de mundo, o lugar de suas narrativas na construção do passado e a gestão comunitária dos bens arqueológicos.

Mas qual é a finalidade de trabalhar junto ao público? Essa questão configura uma problemática que passa a ser desenvolvida em muitos estudos da Arqueologia Pública. Estes objetivam mostrar que, nos dias atuais, é necessário envolver o público nas investigações e que tanto os arqueólogos como o público em geral podem contribuir para a construção do conhecimento em Arqueologia (cf. OLIVEIRA, 2005; HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009; BEZERRA, 2011; MACHADO et al., 2013). O campo da Arqueologia Pública é uma maneira de compartilhar conhecimentos entre o arqueólogo e o público, visando à compreensão do patrimônio arqueológico. O arqueólogo, nesse sentido, desempenha em papel importante para a sociedade, auxiliando no fazer história, de uma forma conjunta (MACHADO, 2013, p.94-96).

A Arqueologia Pública e Etnográfica permitem, no tempo presente, compreender as relações sociais numa sociedade e a sua conexão com o passado (MORAES, 2012, p.10). É o que fez, por exemplo, Bezerra (2011) na obra *As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil*, trabalho no qual se utilizam a Arqueologia Pública e a Arqueologia Etnográfica. Por meio delas, foi possível identificar os significados que a população da Vila de Joanes (Amazonas) atribui à cultura material existente na região e compreender a relação entre a cultura material e a população local.

Merece menção, nessas linhas, o uso do método da observação participante, também chamado na Antropologia de observação direta e método etnográfico, para qual também fez parte da pesquisa ora apresentado. Essa metodologia, muito usada em investigações antropológicas, procura obter o ponto de vista do nativo, vivendo no meio destes, a fim de entender ao máximo possível sobre o cotidiano da população local. Tal padrão da pesquisa etnográfica foi popularizado por

antropólogos como Bronislaw Malinowski (1978), em suas experiências etnográficas⁵⁰.

O pesquisador leva os seus conhecimentos teóricos para o campo, e lá os confrontá-los com a opinião do senso comum (PEIRANO, 1995). Assim, a pesquisa etnográfica torna-se mais abrangente, com opiniões às vezes diferentes, mas que enriquecem a própria pesquisa e a ciência em geral.

Seguindo esta linha de raciocínio, durante a pesquisa de campo realizada em Cidade Velha entre Junho e Julho de 2015, as pessoas entrevistadas foram tratadas como interlocutoras, tal como proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) no livro *O trabalho do antropólogo*. Nesta perspectiva, o interlocutor é algo a mais que um mero informante e com ele se estabelece uma relação simétrica de mútua colaboração, indispensável para a realização dos trabalhos, conforme explicado na sequência.

3.1.1. O PERCURSO ETNOGRÁFICO

O percurso etnográfico iniciou na primeira semana do mês de Junho de 2015, na Cidade Velha o nosso campo de estudo. Procurava-se, a partir dos discursos enunciados pela população local alcançar o objetivo principal abordado na parte introdutória desse trabalho. Esses discursos, embora apresentados com algumas diferenças de opiniões, em muitos aspetos se assemelham, principalmente quando se remete ao patrimônio arqueológico da região. Os interlocutores dessa pesquisa serão situados no contexto de discussão desenvolvido nesse capítulo, que a partir das contribuições e envolvimento destes, chegou-se a algumas conclusões. Desta forma a etnografia desenvolveu-se por meios do uso de alguns instrumentos metodológicos, visando à compreensão da importância, significados e relação da população local com o patrimônio arqueológico da região. Esse percurso, foi intermediado e definido por diferentes situações que, às vezes moldaram algumas ideias, ou por sua vez, enriquecerem o presente trabalho, a partir de uma pluralidade de vozes.

⁵⁰ Antropólogos como Bronislaw Malinowski e Franz Boas tiveram uma vasta experiência etnográfica com os nativos, adotando a observação participante, como forma de estar lá, e participar em todas as atividades da vida quotidiana do grupo alvo em estudo. Boas com as suas expedições etnográficas no norte e no oeste do Canadá (CASTRO (Org.) 2004), e Malinowski com os nativos nas ilhas de Trobriand em Nova Guiné (MALINOWSKI, 1978), além de várias outras expedições etnográficas.

As observações, os diálogos, permitiram-se incorporar no trabalho as perspectivas de cada interlocutor, tendo como foco das conversas o patrimônio arqueológico da cidade, resultante da ocupação colonial da região.

Os contatos iniciaram primeiramente com Francisco Moreira no início do mês de junho, morador na Cidade Velha, que desde a minha chegada ao Brasil, mantínhamos contatos via internet, onde retratávamos especificamente sobre Cidade Velha, sobretudo, o seu patrimônio arqueológico.

Em uma breve visita guiada pela Cidade Velha, que não ultrapassou de duas horas, narrava ao Francisco sobre as prioridades e objetivos traçados no trabalho, que em campo, buscava as respostas. Ele mostrou-se prontamente em ajudar, principalmente em marcar em GPS, os sítios escavados até aquele momento, levando em consideração que este conhece todos os lugares que fizeram-se as escavações, por ter participado em todas elas.

A partir dessa conversa, também, propôs em ajudar arranjar um lugar para minha estadia, assim como indicou alguns moradores da Cidade Velha, julgado por ele, grandes conhecedores da história local, para entrar em contato.

Por outro lado, Francisco narrou os principais acontecimentos principalmente referentes às escavações arqueológicas na região, durante a minha permanência do Brasil. Informou-me da segunda fase das escavações que ia ser realizado, no Forte de Santo Antônio, Cidade Velha, assim como a realização das últimas investigações arqueológicas nas ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição, coordenada por arqueólogo Christopher Evans.

Assim, os primeiros contatos foram acontecendo. A disposição da casa do interlocutor Francisco para análises das entrevistas concedidas pelos outros interlocutores, consultas de livros e relatórios das escavações realizadas no país, pertencentes à pequena biblioteca pessoal num dos compartimentos da casa me foi colocado à disposição.

Considerada detentora de muitos saberes relacionados ao passado da Cidade Velha, Rosalinda foi uma das primeiras interlocutoras dessa pesquisa. A conversa decorreu em sua casa. Com idade avançada (78 anos) e alguns problemas de saúde, informou que não podia falar muito. Porém, basta iniciar a conversa, que assuntos fluíam, remetendo às vezes a assunto fora do foco da conversa. A conversa de carácter informal foi frutífera, dado às informações que englobava

desde as primeiras escavações realizadas na região, como também algumas dificuldades que se tem na preservação do patrimônio local.

Na mesma semana, no largo do pelourinho, deparou-se com uma situação que mobilizou alguns funcionários da câmara local, e alguns moradores da cidade nos arredores da câmara local. No local, encontrava-se Francisco, fiscal do patrimônio local e arqueólogo Christopher Evans onde se procurava resolver uma situação irregular, nos arredores da câmara local, em que um morador, que com um guindaste procurava limpar um terreno, para construir uma casa. A essa situação, Christopher Evans apoiou-se num mapa antigo da cidade, para explicar que ali podem existir ruínas soterradas de edifícios históricos antigos. Assim, o morador que pretendia limpar o local para construções foi impedido de avançar com os trabalhos. A situação causou descontentamento, questionando junto à câmara local, os motivos que lhe foi impedido de construir.

Esta situação de conflito, é um de alguns exemplos que além de presenciar tal situação, foi abordada nas falas de muitos interlocutores, referenciando sobre o desejo de muitos moradores construírem ou ampliarem as suas casas, mas que, no entanto, são impedidos pela câmara local e IPC. Em verdade, para fazer qualquer construção, precisa de antemão entrar em contato com a câmara local e IPC sobre as possíveis construções, para que estas instituições analisassem a situação, colocando, em primeiro lugar, a preservação do patrimônio material existente na cidade.

Outros contatos foram acontecendo, principalmente quando no decorrer das visitas às ruínas na cidade, para tirar fotografias, verificando assim o estado atual das ruínas, dialogava-se com as pessoas. Nessas circunstâncias tratava-se principalmente sobre as reminiscências ligadas ao passado colonial da região ainda presente no cotidiano da população local. Nessas conversas, os interlocutores remetiam a outros assuntos, considerados importantes, o que acaba por enriquecer a parte prática da pesquisa ora apresentada.

Em Junho de 2015, o acompanhamento das escavações no forte de Santo Antônio, convite feito por Jair Fernandes, Curador da Cidade Velha, e Francisco Moreira, que desempenhava a função do assistente do arqueólogo, permitiu acompanhar *in loco* o desenrolamento dos trabalhos. Nesse momento, também pude conversar no local com a maioria dos trabalhadores que prestavam serviços para fins monetários. Dialogou-se também com coordenadores da referida

escavação, Pedro Gago conservador e restaurador, e Virgílio Lopes arqueólogo e coordenador da equipe da Escola de Mértola (Portugal). Naquela fase de investigação, a principal tarefa era realizar a conservação e restauração das ruínas do forte e de uma pequena capela no mesmo local.

O acompanhamento da preservação da Igreja da Nossa Senhora da Conceição e do Forte e Capela do Santo Antônio fez-se refletir após as investigações, a curiosidade de alguns moradores de ir até o local para ver o que fizeram lá. Com isso, percebemos que nem toda a população fica informada sobre as investigações decorrentes no local, fazendo com que os mesmos dirigissem ao local que foi escavado, ressaltando algumas análises.

Assim, o trabalho de campo foi-se acontecendo, interrompidas pelos finais de semana, período que voltava para a casa dos meus pais, em Assomada, outra região da ilha de Santiago.

O contato com uma amiga, Ângela Marlene, mestrande em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, que também se encontrava na Cidade Velha para trabalho de campo, favoreceu-me o contato com Albano dos Santos um dos interlocutores dessa pesquisa e sua família, tendo em conta que Ângela se encontrava hospedada na casa do Albano dos Santos. Nessa casa, me estabeleci principalmente ao fim da tarde após as entrevistas.

A conversa com as crianças aconteceram na maioria das vezes, quando estes chegavam a mim, por curiosidade em saber o que estava fazendo na região.

A maioria das entrevistas de caráter informal ocorria na casa dos interlocutores. Nas ruas da cidade, davam-se contatos para conversas que nem sempre remetiam sobre o propósito principal da pesquisa. Procurava-se muitas vezes conquistar uma relação recíproca com a população local, no sentido de acompanhar o seu cotidiano. Ao mesmo tempo observava-se a relação da população com o patrimônio local, que na maioria das vezes sofriam destruição, quando observava-se jogar lixo dentro das ruínas, manter pocilgas e praticar agricultura dentro das ruínas. Conforme já se expôs, esta situação ocorre devido à falta de alternativas que o governo do país e, em específico IPC, Curadoria da Cidade Velha e Câmara local em criar condições para a população local em preservar o patrimônio, assim como promover constantes debates sobre a sensibilização para com o patrimônio local.

Por ser referenciado muito nas falas dos interlocutores sobre alguns trabalhos que a Curadoria da Cidade Velha vem desempenhando na cidade, principalmente no que refere à sensibilização da população local para com o patrimônio local, procuramos falar com o Curador da Cidade Velha, Jair Fernandes. Este se mostrou prontamente disposto a responder às minhas perguntas, assim como esclarecer dúvidas sobre os trabalhos desempenhados pela Curadoria na cidade, relacionadas à preservação do patrimônio arqueológico local. No local onde funciona a Curadoria, marcamos uma reunião no dia 24 de junho de 2015, pela qual, o curador aproveitou o momento para falar as principais preocupações relativas ao patrimônio arqueológico da região. Ressaltou-se, assim, a necessidade da criação de uma carta arqueológica e mapear todos os pontos de interesse arqueológico da região. A partir dessas medidas ter-se-á uma base concreta para mostrar à população local a necessidade da preservação da cultura material existentes na região.

Todas as entrevistas foram registradas em um caderno de campo, que depois foram transcritas para o trabalho, a maioria em trechos das falas dos interlocutores da presente pesquisa.

Para demonstrar onde fizeram as escavações e as restaurações, fez-se marcações em GPS dos referidos pontos, o que permitiu fazer um mapa (Mapa 3) demonstrando os lugares que fizeram as pesquisas. Para as marcações fui acompanhado por Francisco Moreira no dia 18/07/2015, que se propôs ajudar. Houve tentativas dias antes de fazer marcação desses pontos arqueológicos, fato que tornou-se impossível, por não conseguirmos adquirir um GPS. No entanto, uma amiga disponibilizou-se o material o que permitiu realizar tais marcações.

Uma das dificuldades que se deparou durante o trabalho de campo foi que um número de 8 a 10 pessoas a quem conversava, e no momento de abordar sobre o assunto da presente pesquisa, falavam que não estavam preparadas para falar sobre o assunto, julgando-se que não teriam opinião formada sobre o assunto. A maioria dessas pessoas me indicava falar com outras pessoas, especificamente Francisco Moreira, por ele estar sempre envolvido ou fazendo visitas guiadas na Cidade Velha a todos visitantes, estudantes e turistas que chegam à cidade. A outra indicação é a Rosalinda, por ser considerada detentora de muitos saberes referentes ao passado da Cidade Velha.

Outra situação considerada como imponderável à pesquisa foi recusa da maioria dos interlocutores à gravação das conversas. Contudo, foi usado o caderno

de campo para as anotações das conversas. Outra dificuldade foi saber que o material arqueológico que íamos analisar junto à população local Cidade Velha, que se encontrava na Curadoria, foi enviado para Museu de Arqueologia na Praia, capital do país. O acesso aos materiais que se encontravam na Curadoria da Cidade Velha, resultado das últimas escavações arqueológicas na cidade, foi dificultado, sob o pretexto de que eles não estavam catalogados, organizados e analisados. O interesse naquele período era ter conhecimento dos materiais provenientes das últimas escavações realizadas em Cidade Velha, sobretudo, entre 2014-2015.

3.2. CIDADE VELHA: ARQUEOLOGIA E HERANÇAS MATERIAIS

O patrimônio cultural da Cidade Velha é formado pelas heranças materiais da intensa ocupação colonial ocorrida na região, iniciada nos finais do século XV. Após o abandono da cidade, por volta da segunda metade do século XVIII, as construções históricas tornaram-se ruínas, devido à ação do tempo. São essas ruínas que constituem hoje heranças materiais da região, possuindo um valor universal, como reconheceu a UNESCO em 2009.

Desde 1960, tem havido uma preocupação em preservar o patrimônio cultural da Cidade Velha, especificamente as ruínas dos vários edifícios (religiosos, militares, civis) construídos durante o período colonial (PEREIRA, 2009, p.56). Após a independência do país, os cuidados com o patrimônio histórico do país, especificamente o da Cidade Velha, aumentaram, como forma de preservar as raízes da identidade cabo-verdiana (na perspectiva de que a história do país inicia em 1460, com a chegada dos portugueses ao arquipélago).

Essa iniciativa mostrou um cabal interesse para a preservação do patrimônio, considerado, em nível nacional, como um dos símbolos da identidade cabo-verdiana. Um dos primeiros passos consistiu na adoção de medidas jurídicas, como a criação de leis que defendem o patrimônio histórico e arqueológico e ditam os trâmites para sua manutenção. Contudo, somente com o Decreto 99-A/90 de 27 de outubro de 1990 passou-se a divulgar, com base em leis, a necessidade de defesa do patrimônio histórico e cultural do país (FREIRE, 1993, p.66).

No âmbito da preservação do patrimônio histórico da Cidade Velha, vários monumentos sofreram reabilitações e restaurações. Porém, alguns deles hoje se encontram em mau estado de conservação, abrigando pocilgas e outras formas de

criação de animais, o que contribui para a degradação do patrimônio histórico e arqueológico da cidade. Há, por exemplo, pequenas construções de pocilgas dentro das ruínas do Forte de Santo António (que se haviam retirado na primeira intervenção no local), do Hospital de Misericórdia e do edifício do Grão Pará e Maranhão, em que existe criação de caprinos e prática da agricultura. Em casos assim, a população local segue a utilizar esses espaços de várias formas e segundo uma lógica própria de produção para sua subsistência.

Por outro lado, a criação de animais e prática de agricultura nos sítios considerados arqueológicos pode ser observada como uma forma de resistência da população local à patrimonialização de bens de natureza arqueológica, percebida como forma de privatizar o patrimônio percebido como herança cultural e não como patrimônio do Estado.

Ressalte-se, não obstante, que o patrimônio cultural da Cidade Velha não abarca somente os monumentos históricos coloniais e os artefatos de origem africana, que são mencionados pelos nossos interlocutores com frequência e divulgados no país e no mundo. Existe, ainda, um relevante patrimônio imaterial, presente no cotidiano da população da Cidade Velha. Ele é representado na dança (principalmente, o Batuco), na música e em atividades diversas de caráter sociocultural.

Entretanto, a ênfase maior é dada, em geral, à cultura material da Cidade Velha, o que se percebeu durante o trabalho de campo. Na região, há ruínas de igrejas, fortes e outros edifícios históricos antigos, além de objetos do período colonial, como cerâmicas, ossos, moedas, balas de canhão, sempre referenciados nos discursos dos interlocutores.

Inês (Interlocutora de 55 anos, Vendedora no largo do Pelourinho, julho de 2015) descreve o seguinte:

aqui na Cidade Velha, periodicamente, vêm os arqueólogos para tirar coisas enterradas no solo. Aqui encontram muitas coisas debaixo do solo. Já trabalhei junto com eles [arqueólogos] várias vezes, levando terra para ser despejada em outro lugar. Já participei também de algumas iniciativas por parte da Câmara local, para limpeza da Sé Catedral e também de outros monumentos, no âmbito da preservação do patrimônio material da cidade.

Antônio Pedro (Interlocutor de 50 anos, funcionário do Correios em Cidade Velha, julho de 2015) acompanha as escavações por curiosidade. Segundo ele,

existem muitas estruturas antigas embaixo da atual cidade. Em quase todas as escavações que já foram feitas na Cidade Velha são encontradas estruturas de casas, muros, etc. Devemos preservar este patrimônio arqueológico que temos. O problema é que algumas pessoas não estão sensibilizadas a preservar este patrimônio.

Ciente da importância do patrimônio cultural da cidade, a população, mesmo indiretamente, reconhece a necessidade de que ele seja preservado. Os discursos evidenciam uma preocupação em cuidar do patrimônio, seja divulgando a história da região (em nível nacional e internacional), seja repassando a história local para as futuras gerações. Nesse contexto, percebe-se afetividade da população local com o patrimônio material local, estudada a partir da Arqueologia Etnográfica. No entanto, o patrimônio cultural local é pouco divulgado e discutido. Dessa maneira, é fundamental o envolvimento do público para a propagação do conhecimento e para a manutenção do patrimônio da Cidade Velha.

Atualmente, a história da Cidade Velha vem sendo bastante divulgada, principalmente através da tradição oral e das referências escritas (cf. PIRES, 2007; LUCAS; SILVA, 2009; SEMEDO, 2010; BRITO, 2011). Do ponto de vista arqueológico, tem-se poucos estudos, pois não há um programa voltado somente para investigações arqueológicas. Embora se encontrem artefatos antigos na cidade constantemente, não existem projetos para recolher esses materiais e para estudá-los de uma maneira mais eficiente do ponto de vista arqueológico. É comum que sejam encontrados materiais de potencial importância para o estudo da Cidade Velha, mas que, logo, sejam desvalorizados ou descartados sem referências e sem registro nenhum (Interlocutor Aramis, 25 anos, trabalhador, junho de 2015).

Em uma entrevista de caráter informal com Rosalinda (aposentada, 78 anos, junho de 2015), uma interlocutora muito conhecida na cidade por ser detentora de muitos saberes históricos, obteve-se valiosas informações sobre a história da Cidade Velha. Embora curto, o relato abrangeu muitos aspectos, de caráter religioso e social, e abordou como a cultura material constitui um legado na sociedade.

Rosalinda conta que aprendeu muitas histórias sobre a Cidade Velha em livros. Ela fez especial referência a duas obras muito conhecidas no meio acadêmico sobre a história de Cabo Verde e da antiga Ribeira Grande: *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, de Cristiano José de Senna Barcelos, e *História Geral de Cabo Verde*, coordenada por Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira

Santos. Segundo a interlocutora as obras foram dadas de presente a ela por pesquisadores que passaram pela Cidade Velha.

Para Rosalinda, o patrimônio da Cidade Velha é muito rico e deve ser preservado. Ela trabalhou junto aos arqueólogos portugueses, os primeiros que dirigiram escavações e restaurações dos monumentos existentes na cidade. A história oral é uma importante fonte para a transmissão de conhecimentos, conforme Ki-Zerbo (2010, p.146), tornando-se uma importante ferramenta para adquirir informações a respeito da Cidade Velha e do seu patrimônio arqueológico.

Como se viu na primeira seção deste trabalho, poucas são as informações relativas às primeiras escavações arqueológicas realizadas por arqueólogos portugueses na região. Entretanto, ela narrou algumas experiências que viveu durante a sua juventude, quando trabalhou com arqueólogos portugueses. Segundo a interlocutora, a velhice não lhe permite lembrar muitas coisas, mas a entrevista fluiu satisfatoriamente.

Trabalhei com os arqueólogos portugueses, aqui na cidade, quando faziam escavações e restaurações dos monumentos. Juntamente com outras pessoas, fazíamos muitas coisas. Ajudávamos a limpar o local, carregar os materiais categorizados em ser analisados posteriormente. As coisas que eles consideravam mais importante colocavam-se numa caixa.

O eixo principal da entrevista foi o patrimônio arqueológico da Cidade Velha. Sobre o assunto, Rosalinda relata que

[...] antigamente as pessoas não sabiam o que era patrimônio arqueológico, mas agora já sabem e sabem cuidar dele. Nasci aqui e, desde muito cedo, sabia que era importante cuidar do patrimônio existente na Cidade Velha, porque sempre falaram que aqui há muitas histórias sobre o passado da região. Esse passado é marcado pela ocupação dos europeus da região. Construíram casas, igrejas, fortes, pelourinho [...] monumentos que até hoje encontram-se inseridas na paisagem da cidade. São esses monumentos que atraem turistas de várias partes do mundo.

A Cidade Velha merece, pois, ser estudada, preservada e devidamente valorizada, principalmente as ruínas ali existentes. Rosalinda acrescenta, ainda, que existem objetos em abundância, que frequentemente aparecem aos olhos de todos, e que é de responsabilidade das autoridades competentes cuidar do patrimônio,

para que ele não degrade ainda mais. “Agora já criaram um gabinete⁵¹ e as coisas estão tomando uma direção certa, porque já criaram algumas condições para preservar o patrimônio local”. A respeito da fisionomia da Cidade Velha há alguns anos, Rosalinda narra que,

Cidade Velha tinha poucas casas. Com o passar dos anos, foram construídas muitas casas. E, durante as construções, as pessoas encontravam muitos materiais antigos. Mas as pessoas não tinham entendimento sobre os referidos materiais. Falar desse assunto é muito delicado, porque as pessoas ficam com medo de serem obrigados a parar as construções por causa dos materiais encontrados. Por isso, as construções sempre continuam até ao fim.

O patrimônio material da cidade foi, dessa maneira, muito destruído com a construção de casas, e as entidades responsáveis para a preservação do patrimônio histórico da Cidade Velha demoraram em agir (Interlocutora Rosalinda, aposentada, 78 anos, junho de 2015).

⁵¹ Ela está se referindo à Curadoria da Cidade Velha criada por despacho do Ministério da Cultura, em 2013. A instituição tem como propósito maior, cuidar do patrimônio e fazer a gestão cultural e turística do Sítio Histórico. Também atende as demandas relacionadas à coleta dos artefatos arqueológicos e no seu encaminhamento para Museu de Arqueologia.

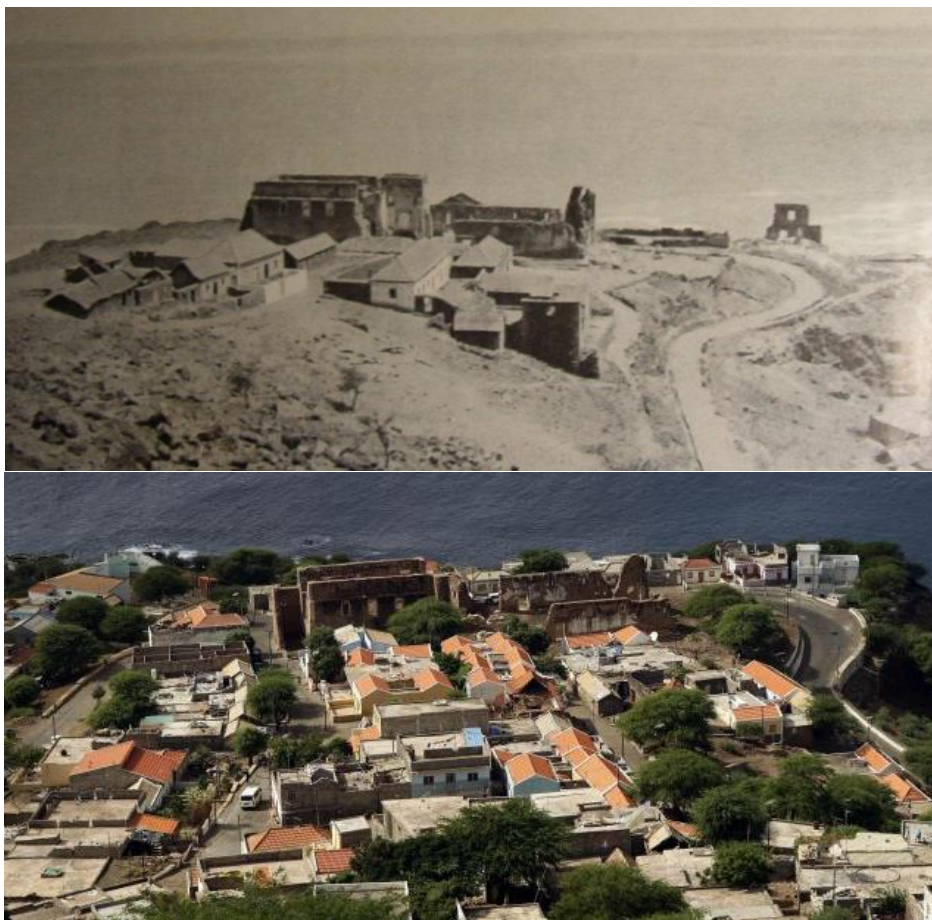


Figura 26 – Cidade Velha

A figura à esquerda foi oferecida por Francisco Moreira, fiscal do Patrimônio Cultural da Cidade Velha. Nela, vê-se a Sé Catedral já em ruínas e poucas casas ao redor. Ano desconhecido. A figura à direita foi retirada da internet. Nela, tem-se a evolução das construções em comparação com a outra figura.

É muito comum encontrar objetos durante a construção de casas, pois as casas se assentam em cima de estruturas antigas. Existem muitos objetos antigos debaixo do solo e, frequentemente, por exemplo, eles aparecem, em forma de balas, cerâmicas e ossos (Interlocutor Aramis, 25 anos, junho de 2015). A população local está consciente de que esses objetos antigos fazem parte do patrimônio arqueológico da região, e que resultaram da ocupação colonial na região.

Percebe-se que Cidade Velha é tida como testemunha de uma fase da história local. Essa história segundo os interlocutores dessa pesquisa deve ser transmitida de geração em geração. Por outro lado, o patrimônio cultural material deve também ser preservado para que futuras gerações conheça uma fase da história local a partir da cultura material.

Os discursos dos interlocutores referem às constantes descobertas de materiais arqueológicos na atualidade e as suas origens. As narrativas sobre a

chegada dos portugueses à cidade pelo mar, levando escravos, e sobre as construções históricas edificadas são de conhecimento de todos os interlocutores deste estudo. As referências sobre a história da Cidade Velha englobam não somente a chegada dos portugueses à cidade, mas também os principais acontecimentos decorridos na região naquele período. Um exemplo é a alusão aos constantes ataques dos “inimigos” à cidade, que justificam a construção de vários fortes e que contribuíram para a decadência da Cidade Velha e, portanto, para a transferência da capital de Cabo Verde da Ribeira Grande de Santiago para Praia, atual capital do país (Interlocutores: Luíza Pereira, 94 anos; Catiliane, 11 anos, estudante; Elves, 11 anos, estudante; Rosalinda 78 anos, aposentada, julho de 2015).

As atribuições de diferentes significados ao patrimônio e à sua relação com o passado variam conforme a experiência e a posição acadêmica de cada indivíduo. Ainda crianças, Catiliane e Elves, ambos com 11 anos, estudantes do quinto ano do ensino primário, conseguem contar histórias sobre Cidade Velha a partir da chegada dos europeus e relatar os principais acontecimentos decorridos no local, há vários séculos. Esses conhecimentos, segundo afirmam, foram adquiridos na escola.

As escavações arqueológicas, em especial as que foram feitas nas últimas décadas, tem sido acompanhadas pela população local, por curiosidade. A maioria dos jovens da cidade procura trabalhar em escavações arqueológicas esporádicas, como forma de ganhar uma remuneração. A participação em escavações, mesmo que de maneira remunerada, e o acompanhamento das descobertas despertam interesse dos trabalhadores sobre os materiais arqueológicos.

Soubemos que as balas que foram encontradas aqui eram usadas durante os ataques à cidade. Até agora, existem canhões, principalmente nas ruínas dos fortes, que mostram a maneira como eles [não especifica quem] defendiam a cidade. Já encontraram potes inteiros [cerâmicas] que serviam para guardar coisas. Frequentemente encontramos moedas, mas são antigas, e nem são daqui (Interlocutor Albano Gomes, 56 anos, reformado, 07/2015).

Há referências ainda,

Já trabalhei em algumas escavações como forma de ganhar dinheiro e naquelas que trabalhei, acompanhei os trabalhos e vi os materiais descobertos. A maioria são ossos e cerâmicas. Sempre nos são informados de antemão sobre os cuidados a ter com os materiais encontrados. Fazer

escavação é uma oportunidade de ganhar dinheiro, mas o benefício é por pouco tempo, um mês no máximo (Aramis, 25 anos, trabalhador, 06/2015).

Em alguns casos, constata-se que os materiais encontrados em escavações e em pequenas descobertas ocasionais despertam a atenção dos moradores, mesmo que de forma passageira. Com o passar do tempo, os materiais perdem a importância, como afirma Dulcelina Gomes (interlocutora de 45 anos, vendedora, junho de 2015) “Tenho acompanhado as escavações aqui na Cidade Velha. Tiraram muitas coisas, mas depois guardaram. São materiais antigos. Não sei se teriam alguma utilidade”. Nessa fala, percebe-se que, muitas vezes, os materiais arqueológicos não têm nenhuma importância ou significado relevante para os habitantes da cidade, pois são considerados materiais antigos e sem utilidade. Neste caso, observa-se que o patrimônio não possui sentido de herança cultural para grande parte da população local. É mais percebido como patrimônio estatal e não como algo que pertença, efetivamente, às pessoas mais simples que residem na região.

Francisco Moreira (48 anos, Fiscal do Patrimônio Cultural da Cidade Velha, junho de 2015) participou de todas as escavações realizadas na ilha de Santiago, como assistente de arqueólogo. A respeito do patrimônio arqueológico da Cidade Velha, ele diz que “toda a cidade é considerada sítio arqueológico. Por toda a cidade, se encontram vestígios de estruturas antigas debaixo do solo”, situação que desencadeou escavações arqueológicas na região. Segundo Francisco, as pessoas que participam das escavações como assistentes do arqueólogo são remuneradas em dinheiro. Em todas as escavações, esses ajudantes são instruídos pelos arqueólogos, a fim de que conheçam o contexto geral dos trabalhos. A população mais curiosa em saber que tipos de materiais são extraídos das escavações, acompanha as pesquisas, mostrando interesses em conhecer mais sobre os objetos. Por isso, algumas exposições prévias são feitas no Centro Cultural da Cidade Velha, para visitas. Há muitas pessoas que se revelam interessadas, como, por exemplo, os turistas, segundo Francisco.

A preservação do patrimônio material da cidade requer medidas que devem ser tomadas pelas autoridades competentes e colocadas em prática, visando à manutenção de uma história viva para as futuras gerações. De acordo com Francisco,

Muitos aspetos precisam ser vistos, como, por exemplo, problemas ambientais, devido à existência de várias pocilgas, que causam maus cheiros no clima da cidade; défice em termos de recuperação do sítio arqueológico devido ao aproveitamento de estruturas arqueológicas para o cultivo (hortas) e criação de animais. Muitas medidas precisam ser tomadas para o bem do património histórico e arqueológico da Cidade Velha; por exemplo, construções de pocilgas municipais. As famílias vivem uma vida rural. Precisam ser criadas políticas rentáveis para a preservação dos monumentos; criar condições para a população local, para poder preservar o património. Alguns trabalhos estão a ser feitos. Restaurações de casas, com coberturas tradicionais feita de palha e coberturas com telhas, para manter os traços arquitetónicos de casas tradicionais antigas, coordenadas pelo Instituto do Património Cultural e recentemente pela Curadoria da Cidade Velha.

O trecho transcrito acima mostra que o interlocutor Francisco reconhece a falta de apoio do governo e das instituições responsáveis para a preservação do património local, assim como dificuldades em criar medidas, divulgar informações junto à população local para a preservação do património da região. Vários aspectos que precisam ser melhoradas são apontados pelo interlocutor, no sentido de melhorar a vida da população local.



Figura 27 – Casas com coberturas de telhas vermelhas, ago. 2015
Foto: Ângela Varela.

Segundo Jair Fernandes (curador da Cidade Velha, junho de 2015), a reabilitação das casas visa transformá-las, valorizando, assim, o património e a própria imagem da Cidade Velha. No que tange ao património arqueológico da cidade, Fernandes refere que serão tomadas algumas medidas, a fim de preservar o Sítio Arqueológico local. A Curadoria pretende elaborar, por exemplo, um inventário do património arqueológico e uma carta arqueológica, para mapear os sítios

arqueológicos de toda a cidade e mostrar exatamente os potenciais e os limites de cada um. Essas iniciativas também são citadas por Évora (2015, p.28), em *O futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras reflexões sobre a história e o Património das ilhas*.

Enquanto não há tal inventário, o que tem revelado as verdadeiras dimensões do sítio arqueológico são as evidências de estruturas antigas, que mostram marcas de ocupações antigas. Porém, como reforça Jair Fernandes, é preciso fazer prospecções dos vestígios materiais, para ter uma percepção espacial e para saber a localização exata dos achados. Como uma instituição, a Curadoria procura preservar o património arqueológico junto à comunidade, e envolvê-la nas principais questões relativas à Arqueologia, buscando projetar a Cidade Velha numa perspectiva histórica (Jair Fernandes, junho de 2015).

As escavações arqueológicas dirigidas por instituições estrangeiras ocorrem, atualmente, em cooperação com a Curadoria, segundo Jair Fernandes, objetivando a complementaridade. Dessa maneira, surge uma Arqueologia de cooperação entre as universidades, com missões específicas planejadas pelos centros de cooperação: a Universidade de Cabo Verde, a Universidade Jean Piaget, a Universidade de Cambridge. Todavia, para o curador,

Muitos trabalhos precisam ser feitos para a Arqueologia em Cabo Verde. Criar um corpo docente e laboratórios especializados no sentido de as escavações arqueológicas em Cabo Verde passam a ser dirigidas e desenvolvidas pelos profissionais nacionais especializados na área de Arqueologia e áreas afins.

Reforça, ainda, que muitas coisas podem ser melhoradas, uma vez que as investigações arqueológicas não englobam somente as escavações. É preciso discutir os resultados desses estudos e produzir relatórios científicos, livros e artigos como forma de difundir conhecimentos acerca dos trabalhos em Arqueologia desenvolvidos na Cidade Velha. A divulgação, porém, tem sido pouco eficiente, pois apenas tem havido a confecção de relatórios parciais em inglês. Não obstante, falta, em verdade, tempo para envolver a população local com os trabalhos em Arqueologia, o que se deve à curta duração das pesquisas, de caráter pontual e com prazo de término exíguo. Apenas grupos de jovens que trabalham como assistentes de arqueólogos envolvem-se nas escavações.

3.3. MONUMENTOS HISTÓRICOS E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO CABO-VERDIANO.

Os sítios históricos são definidos como resultados do processo histórico de apropriação do território e a consolidação de um espaço, integrando um contexto geográfico mais amplo (PARDI, 2006). Os exemplos são as cidades e os centros históricos, formados por conjuntos arquitetônicos, ruas e praças (PARDI, 2006). Em consonância com esses postulados, analisa-se a história da Cidade Velha, mediante o suporte da Arqueologia Histórica.

As construções ali edificadas durante o período colonial constituem hoje o patrimônio histórico da cidade. A população local está consciente da importância desses monumentos, e do seu papel de guardião de uma fase da história da Cidade Velha. As referências das ruínas da cidade chamam a atenção das crianças e sobressaem em seus discursos. “Aqui na cidade têm muitas ruínas. Foram construídas na época em que aqui moravam os portugueses. Moravam nessa parte litoral da cidade, perto do porto” (interlocutora Catiliane, 11 anos, estudante do quinto ano do ensino primário, junho de 2015). Elisa (interlocutora de 10 anos, estudante do quinto ano do ensino básico 06/2015), sabe que os monumentos foram construídos durante a estada dos portugueses na cidade, enfatizando que foram os escravos que os ergueram. “Aprendi na escola sobre a história de cada monumento. Também em cada monumento, existem painéis que contêm informações sobre a data das construções e algumas referências”.



Figura 28 – Painéis

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, junho de 2015.

Legenda: A figura à esquerda mostra informações relativas ao Convento São Francisco; a figura à direita, à Sé Catedral.

Por isso, é importante dispor as informações em painéis. Desse modo, não somente os habitantes do local, mas também os visitantes informam-se sobre a história dos monumentos. Não obstante, durante os trabalhos de campo, alguns desses painéis estavam degradados e não continham nenhuma informação.



Figura 29 – Painel do Hospital/Igreja de Misericórdia
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, junho de 2015.

Após conquistar o título de Patrimônio Mundial, a Cidade Velha vem recebendo suporte do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Cultural (IPC), que têm trabalhado no intuito de restaurar todos os monumentos locais importantes. Alguns desses monumentos já foram alvos de escavações, reabilitações e restaurações, como já se expôs, desde a década de 1960. Os estudos foram coordenados por grupos de arqueólogos portugueses e, posteriormente, ingleses, junto à Universidade de Cabo Verde (UNICV) e à Universidade Jean Piaget. Nesses trabalhos, a maioria dos monumentos era sinalizada com painéis, que continham uma breve história da edificação, em três línguas diferentes (português, francês e inglês).

Hoje, os estilos e a variedade desses edifícios, mesmo que alguns estejam em ruínas, permitem ao visitante imaginar as relações sociais, políticas, econômicas e religiosas desenvolvidas durante o período colonial em Ribeira Grande (CARVALHO, 2008, p.15). Os artefatos, construídos no mesmo contexto, têm representações bastante distintas da paisagem em que se inserem, atraindo moradores e visitantes por suas dimensões, suas formas e seus estilos. Destacam-se os seguintes monumentos: as ruínas da Igreja Nossa Senhora da Conceição, a

Fortaleza Real de São Filipe, a Sé Catedral, a Igreja e Convento São Francisco, a Igreja/Hospital de Misericórdia, o Pelourinho e a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

3.3.1. IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Segundo Pereira (2004), um total de vinte e quatro igrejas, incluindo ermidas e capelas, foi construído durante o período colonial em Ribeira Grande, atual Cidade Velha. Algumas encontram-se em ruínas; outras, figuram restauradas e reabilitadas graças aos projetos de preservação e restauração existentes no país; e várias, ainda, estão desaparecidas em termos topográficos, sem vestígios visíveis. Aliás, somente catorze desses edifícios religiosos já foram identificados, conforme Richer (2011, p.04).

A população local acompanha essas descobertas. É o que se constata na fala do interlocutor António Pedro (50 anos, funcionário de Correios em Cidade Velha), quem afirma: “existem muitas igrejas, cada igreja com a sua história e o seu próprio nome. Existem outros que ainda não foram descobertos. Há tempos escavaram e encontraram a Igreja de Nossa Senhora de Conceição, que estava enterrada”.

As construções desses diversos edifícios religiosos na antiga Ribeira Grande de Santiago entre os séculos XV e XVII (RICHTER, 2011) hoje despertam a atenção de vários investigadores. Eles se questionam quais terão sido os principais motivos que levaram o governo colonial a construir tantas igrejas em uma área tão pequena. Lopes Filho (2006) sugere que se deva à participação da Igreja Católica no tráfico, em um contexto em que o batismo e a latinização dos africanos escravizados no arquipélago eram prática corrente. Para Pereira (2005), por seu turno, defende que o elevado número de igrejas explica-se pela nomeação da antiga Ribeira Grande como sede do bispado, o qual engloba todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde, e outras regiões da costa ocidental. Richter (2011), diferentemente, aponta que a posição geográfica do local, considerada estratégica no tráfico de escravos, teria sido a principal razão para construir esses edifícios religiosos.

A Igreja de Nossa Senhora de Conceição é considerada o mais antigo edifício religioso colonial construído no arquipélago, havendo sido construído entre os anos de 1466 e 1470 (BARCELOS, 2003, p.39; EVANS; STIG SORENSEN, 2006). No entanto, há pesquisadores que apontam a Igreja Nossa Senhora do Rosário como a primeira igreja construída na Cidade Velha, primeiramente em forma de capela,

datada de 1495 (PEREIRA, 2004, p.22; PIRES, 2007, p.37). Neves (2011) questiona essa hipótese, reconhecendo a sua construção em 1495, mas argumentando que possivelmente não ter sido a primeira construída em Ribeira Grande.



Figura 30 – Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Conceição

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, julho de 2015.

Legenda: ruínas da Igreja da Nossa Senhora de Conceição após a uma fase de escavação e restauração em 2015.

3.3.2. IGREJA DA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Pereira (2004, p.22) considera que a Igreja da Nossa Senhora do Rosário é o mais antigo edifício religioso construído em Cabo Verde, datada do ano de 1495. Restaurada e reabilitada, a igreja recebe, semanalmente, a celebração da missa, cuja congregação é a própria população local e dos seus arredores.



Figura 31 – Igreja da Nossa Senhora do Rosário
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, fevereiro de 2014. Arquivo pessoal

3.3.3. SÉ CATEDRAL

Sua construção iniciou, aproximadamente, em 1556, mas foi concluída apenas por volta de 1700, devido à suspensão das obras por um período de 130 anos (PEREIRA, 2004, p.21). É a primeira catedral edificada na costa ocidental da África, pela iniciativa do terceiro bispo de Cabo Verde, Francisco da Cruz (PIRES, 2007, p.42). Pela sua dimensão, que segundo Djoni, um dos interlocutores deste trabalho (9 anos, estudante, julho de 2015), nota: “é a igreja mais alta da cidade e com uma dimensão maior”. Em ruínas a céu aberto, a igreja, assim como outras, está rodeada por casas e, inevitavelmente sujeita-se à sua destruição. De forma semelhante ao pelourinho, os materiais para a sua construção foram importados de Portugal.



Figura 32 – Imagem antiga da Sé Catedral
Fonte: Fotografia cedida pelo Francisco Moreira, Fiscal do Patrimônio Cultural.



Figura 33 – Estado atual do monumento.

Foto: Sandra S. T. Miranda, fevereiro 2014

Foto: Sandra S. T. Miranda, julho de 2015.

3.3.4. IGREJA/HOSPITAL DE MISERICÓRDIA

Com apenas a torre sineira em pé (Figura 7), o edifício encontra-se em ruínas, logo, em mau estado de conservação. A sua construção começou em 1556, por iniciativa do Francisco da Cruz, o mesmo frei que propôs a construção da Sé Catedral (PIRES, 2007, p.42). No mesmo local, funcionava um hospital, atualmente sem vestígios visíveis, o que justifica a urgência de uma intervenção arqueológica por meio da qual se recuperem esses registros.

3.3.5. FORTALEZA REAL DE SÃO FILIPE

O papel estratégico que desempenharam o arquipélago de Cabo Verde no âmbito da política econômica de Portugal tornou-o alvo interessante a piratas. Portugal passou, em determinado momento, a ter sérios problemas para se defender dos frequentes ataques à Cidade Velha. Surgiu, assim, a necessidade de iniciar obras de fortificações na cidade, nos locais que não eram protegidos naturalmente por montanhas (PIRES, 2007, p.39; PEREIRA, 2014, p.19-20; PEÑA, 2000). Logo, foram construídas sete pequenas fortificações, hoje todas em ruínas e algumas sem vestígios visíveis. Ainda para reforçar a defesa da cidade, foram construídos alguns pontos de vigia, que se encontravam em zonas estratégicas, particularmente no planalto da Cidade Velha, com a intenção de ter maior visibilidade da região (de cima para baixo) e de ter vista ao mar, lugar por onde chegavam os considerados inimigos (BRITO, 2011, p.88).

Mesmo com a construção dessas fortificações, porém, a cidade continuou a ser pilhada e destruída, uma vez que os investimentos em artilharia para combater os ataques dos inimigos eram escassos. A situação de instabilidade exigia que se investisse ainda mais em meios que pudessem dar respostas à situação de caos vivida na cidade. “Só em 1567 se começou a investir seriamente nas primeiras infra-estruturas de defesa, na tentativa de dotar a cidade de meios modernos para repelir os ataques de que até então tinha sido vítima” (PIRES, 2007, p.49). Desse modo, o rei Filipe II mandou construir a Fortaleza Real de São Filipe, que se considera o mais importante de todos os fortes construídos. A arquitetura é militar e datada do século XVI. A sua construção teria iniciado em 1587, pouco após os ataques do pirata inglês Francis Drake, entre 1585 e 1593. O forte localiza-se na extremidade do planalto da região, o que permite apreciar toda a cidade, o mar e as áreas circundantes. O seu provável criador foi o arquiteto e engenheiro João Nunes, a partir do traçado do arquiteto militar italiano Filipe Tércio (CARVALHO, 2008, p.15).

A fortaleza está localizada a 120 metros acima do nível do mar, com 474 metros, e ocupa uma área de aproximadamente 6000 m² (BRITO, 2011, p.97). Ela foi a primeira construção beneficiada com as obras de reabilitação e restauro da cooperação espanhola. Desde o seu restauro, tem sido palco de algumas atividades culturais e é uma das grandes atrações turísticas em Cidade Velha. Atualmente, carrega um valor simbólico na esfera social e cultural diferente do passado, em que sua significação restringia-se à segurança local e fazia com que a população se sentisse mais segura.

As referências à fortaleza, nos relatos dos interlocutores, centraram-se somente nos canhões e nas balas. Os canhões, de fato, estão expostos no monumento, mostrando o papel que lhes cabia na defesa da cidade aos ataques inimigos. Com espírito de aventura, segundo Djoní (9 anos, estudante, julho de 2015),

[...] as balas encontradas no mar saíam lá de fortaleza. Os navios vinham pelo mar e da fortaleza dava para ver a chegada dos navios. Os canhões serviam para bombardear os piratas que se aproximavam do porto da Cidade Velha.



Figura 34 – Fortaleza Real de São Filipe. Fonte: Google

3.3.6. PELOURINHO

A edificação do pelourinho, conforme Pereira (2004) relacionava-se à criação de um poder municipal, representado pela Câmara em 1512. Em suma, era “[...] o símbolo da justiça real e lugar de execução dessa mesma justiça [...]” (PEREIRA, 2004, p.18). No mesmo sentido, era o símbolo da municipalidade, da justiça e do poder local (BRITO, 2011, p.64).

A concepção do pelourinho como o lugar em que se açoitavam e se enforcavam os escravos está presente nos discursos dos interlocutores (Antônio Pedro, 50 anos, Luíza Pereira, 94 anos; Albano dos Santos; Inês 55 anos). Uma dessas referências foi quando a interlocutora Luíza Pereira afirma que o pelourinho “servia para açoitar e acorrentar os escravos” (Interlocutora Luíza Pereira).

Além disso, reconhece-se também como o local onde se comercializavam os escravos (Antônio Pedro, Funcionário de Correios em Cidade Velha, julho de 2015). Segundo Luíza Pereira (94 anos, julho de 2015), o pelourinho era um lugar aonde açoitavam e se acorrentavam os escravos. Aqueles que recusassem a trabalhar eram ali castigados, como afirma Elisa (10 anos, estudante do quinto ano do ensino primário), com base em referências que obteve durante uma representação teatral feita no pelourinho sobre a escravidão, onde os protagonistas representaram os diversos castigos em que os escravos sofriam em diversos contextos.

Ao longo do tempo, o pelourinho tem sofrendo alterações, iniciadas em 1960 e levadas a cabo pelo projeto de restaurações e reabilitações das construções históricas em ruínas. Luíza vem acompanhando tais reformas, afirmando que “o pelourinho não era dessa forma. Com o tempo o mudaram”. A modificação mais

profunda foi a mudança de sua base, de uma forma quadrangular para uma octogonal.

Djoni (9 anos, estudante), fazendo referência ao pelourinho, destaca as transformações que ele vem sofrendo ao longo do tempo. Segundo o interlocutor, o pelourinho estava degradado e, por isso, fizeram-se restaurações. Djoni, de apenas nove anos, certamente, não viu o estado degradado do pelourinho, pois a situação dada de muitos anos atrás. As informações sobre o passado da Cidade Velha são obtidas na escola, no dia-a-dia, nos meios de comunicação, nas representações artísticas, conforme esse mesmo interlocutor. As conferências, as palestras, as atividades socioculturais e as outras formas de divulgação da história da Cidade Velha também possibilitam o acesso a conhecimentos sobre a história local, para Aires (34 anos pescador, junho de 2015) e Albano dos Santos (56 anos, militar reformado, julho de 2015). No entanto, aponta-se que a história estaria perdendo a sua essência com o passar do tempo (Antônio Pedro, julho de 2015).

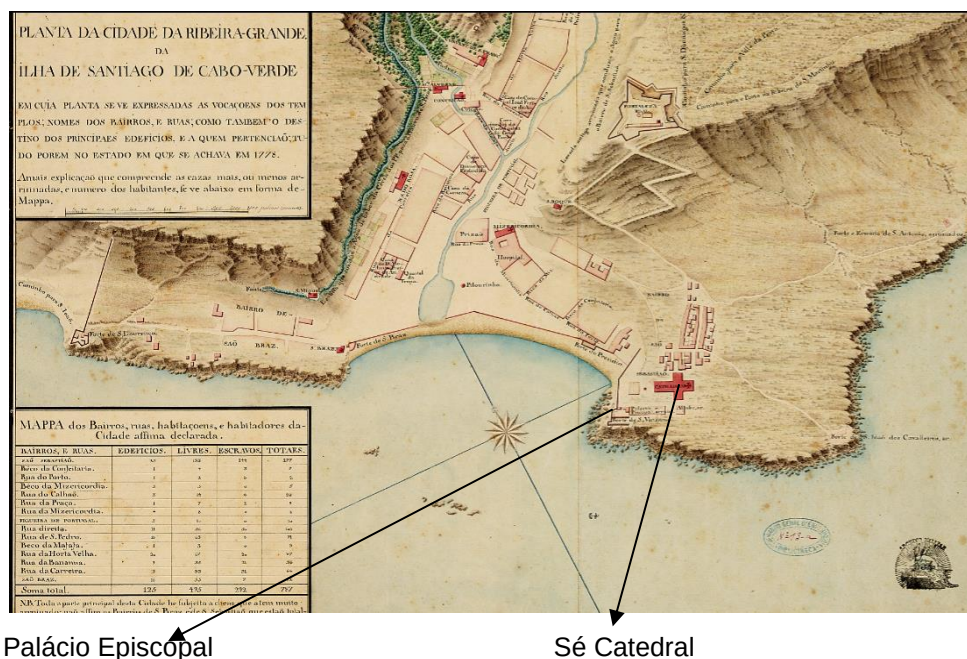
3.3.7. CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

O Convento de São Francisco foi construído em 1640 a pedido de Joana Coelha, uma proprietária influente da ilha de Santiago. A edificação foi alvo de restaurações e reabilitações através da cooperação espanhola (PEREIRA, 2004, p.23-24). Atualmente em bom estado de conservação, o local abriga palestras, seminários, conferências, reuniões e diversas atividades acadêmicas, sociais e religiosas.



Figura 35 – Convento de São Francisco
Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, junho de 2015.

Existem vários outros monumentos de suma importância histórica construídos durante o período colonial, dentre os quais se destaca o Palácio Episcopal, hoje sem vestígios visíveis. A sua localização indicada nos mapas antigos situa-o perto da Sé Catedral (PIRES, 2007, p.43). Hoje, no local, há casas de famílias que ali se estabeleceram.



Américas; (ii) serviu de local de trocas transoceânicas e multicontinentais; (iii) representou uma etapa na globalização das relações internacionais; e (iv) expressou culturas de múltiplas influências.



Figura 36 – Diploma da Cidade Velha como Patrimônio da Humanidade
Fonte: Semedo (2010, p.144).

Nas entrevistas concedidas pelos moradores locais durante o percurso em campo, é possível perceber que existe um reconhecimento da Cidade Velha como Patrimônio Mundial. Existe também consciência de que o patrimônio cultural da Cidade Velha foi uma das principais razões que contribuíram para sua elevação a Patrimônio Mundial. O título trouxe vantagens e desvantagens à população, as quais não se tem receio de mencionar.

Segundo Francisco Moreira, interlocutor neste trabalho,

A cidade mudou após a sua nomeação ao Patrimônio Mundial. Apesar, disso ainda tem poucos avanços na divulgação da cidade através do turismo, porque não há uma política voltada para o turismo e nem programas para atender pessoas que chegam à Cidade Velha. Por outro lado, a população não se beneficia com o turismo porque é uma empresa estrangeira (a Proim-tur) que dirige o turismo na cidade e que arrecada os lucros dele (48 anos, fiscal do Patrimônio Cultural e guia de turismo na Cidade Velha, onde também reside, julho de 2015).

Para Luísa Pereira (94 anos, junho de 2015) o título de Patrimônio Mundial acarretou mudanças na cidade, mesmo algumas pouco significativas. Desde 2009, passou a ter, por exemplo, acompanhamento de fiscais do patrimônio na construção de casas. Tal medida foi tomada porque antes as pessoas costumavam construir

casas em cima de estruturas antigas, o que levou à degradação do patrimônio. “Com o título, as coisas mudaram e é um passo à frente que foi dado para que a história da Cidade Velha seja conhecida nas gerações futuras, mas ainda há muito por fazer”.

Para Aires (Interlocutor de 34 anos, pescador):

o título de Patrimônio Mundial da Cidade Velha não tem beneficiado como deveria a população local, pois as pessoas não podem fazer casas do jeito que querem. É uma das preocupações primordiais da população atualmente. Todas as casas têm que seguir o modelo de estilo tradicional, dentro do âmbito de restauração e reabilitação da cidade. As casas têm que ter telhas ou cobertas de folha de caniço. Jovens não têm lugar para construir suas casas.

Esse interlocutor não considera importante o patrimônio arqueológico, uma vez que ele limita as possibilidades na construção de casas, não permitindo que sua família more em um espaço maior. Aliás, a maioria da população da cidade tem visto o patrimônio arqueológico como um entrave para o desenvolvimento local.

Sobre o patrimônio arqueológico local, alguns interlocutores demonstram ter um conhecimento geral a respeito do significado do patrimônio arqueológico local. Referiam-se sempre fatos ligados ao passado e região que testemunha uma fase da história do arquipélago.

Aires: Bom eu não entendo muito sobre essas coisas [...] não estudei muito. Mas, desde pequeno, ouço os meus avós e os meus pais dizerem que aqui, na Cidade Velha existiam muitos portugueses e escravos. Vinham pelo mar. Sobre o que você falou sobre patrimônio arqueológico, não é relacionado aos trabalhos que os portugueses e espanhóis fazem aqui?

Entrevistadora: Sim, é exatamente isso.

Aires: Até já trabalhei muitas vezes junto com eles, como ajudante [de arqueólogo]. Já trabalhei na Sé Catedral e Nossa Senhora do Rosário.

Entrevistadora: O que você fazia?

Aires: Bom, eu fazia tudo o que era preciso: juntava terra que saíam das escavações, pedras [...] essas coisas.

Entrevistadora: Achavam muitas coisas por aqui?

Aires: Sim, sempre encontrávamos azulejos, ossos, cerâmicas e chamávamos os arqueólogos para ver o que havíamos encontrado. Daí eles iam ver. Também é por causa desses materiais que não podemos construir as nossas casas, nem podemos reformar as casas do jeito que queremos, para não danificar o patrimônio, considerado Patrimônio Mundial.

Com opinião semelhante à de Aires, António Pedro (50 anos, funcionário de Correios em Cidade Velha, junho de 2015) expõe o seguinte:

[...] a camada jovem não tem espaço para construir as suas casas. Como muitas vezes é de costume no país, construir em cima ou do lado da casa dos pais, agora não pode. E os jovens não têm condições para comprar terrenos em outros lugares para construir as suas casas. Muitas vezes há famílias numerosas morando em casas pequenas. Existe uma fraca aderência ou apoio das instituições responsáveis⁵² para ajudar a desenvolver a cidade. Uma das possibilidades ou alternativas já pensadas é a criação de uma zona de expansão para a população construir casas, mas que ainda não se efetivou na prática.

Por outro lado, o título Patrimônio Mundial, propiciou algumas vantagens, uma vez que a cidade passou a receber muitos turistas, conforme esse mesmo interlocutor. No entanto, nota-se que a cidade não dispõe de muitas opções boas para dinamizar o turismo, e a agência de viagem, responsável para dinamizar o turismo na cidade, não oferece bons incentivos aos turistas para um eventual retorno. A população local, da mesma maneira, não toma muitas iniciativas que promovam atividades turísticas para aumentar a renda familiar (António Pedro, 50 anos, funcionário de Correios em Cidade Velha, morador da Cidade Velha, junho de 2015; Francisco Moreira, julho de 2015).

Segundo Lucas e Silva (2009, p.28), o patrimônio cultural da Cidade Velha, do qual os monumentos históricos fazem parte, “está sendo construído em decorrência da expansão turística”. Neste trabalho, porém, defende-se que os benefícios no âmbito turístico devem ser revertidos para o bem da população local, de algum modo.

⁵² António refere-se à Instituição do Patrimônio Cultural (IPC), Curadoria da Cidade Velha e à Câmara Municipal local.



Figura 37 – O modelo de casas de estilos tradicionais.

Fonte: Sandra Samira Taraes Miranda fevereiro de 2014. Arquivo pessoal.

Legenda: A figura à esquerda é uma casa de estilo tradicional localizada na Rua de Banana, Cidade Velha, com a cobertura de folha de caniço. À direita é a casa do mesmo estilo, com cobertura de telhas, construída ao lado da Sé Catedral, possivelmente em cima de estruturas antigas.

Inês, outra interlocutora, afirma que o título de Patrimônio Mundial trouxe benefícios à cidade, pois incentivou a criação de projetos que disponibilizam verba para a remodelação de casas da cidade. Esta interlocutora, inclusive, é uma das beneficiárias do projeto (55 anos, vendedora no largo do pelourinho, Cidade Velha, julho de 2015). Iniciativas desse tipo visam reabilitar e melhorar a habitação das casas da cidade, principalmente em termos arquitetônicos, com cooperação entre os governos de Cabo Verde e da Espanha, especificamente por meio do Instituto do Patrimônio Cultural e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (SEMEDO, 2010, p. 82).

A questão da remodelação e da uniformização das características tradicionais das casas visa à maior atração turística, gradualmente. O benefício, contudo, não tem sido efetivo para a população local nem para a cidade em geral, na opinião de Aramis (25 anos, trabalhador). Por outro lado, Aramis salienta que alguns benefícios que a população local recebe são notórios, como a ajuda para remodelar as casas.

A população local é convicta de que Cidade Velha deveria estar em outra situação após obter do título Patrimônio Mundial, como explicado pela Dulcelina Gomes (interlocutora de 45 anos, vendedora). Muitas coisas precisam ser mudadas, de fato. Todavia, a população tem que dar a sua contribuição, em especial no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural, mas para isso precisa perceber a Cidade Velha como herança cultural e não apenas como patrimônio estatal. Sensibilizar os habitantes da cidade em relação a cuidados patrimoniais é algo que ainda precisa ser feito em maior escala. Na Sé Catedral e no pelourinho, por

exemplo, arrancaram-se várias luzes, o que só se explica pelo descaso com o patrimônio.

3.5. RELAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL COM A CIDADE VELHA ENQUANTO SÍTIO ARQUEOLÓGICO E PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE.

A Arqueologia Etnográfica, método da Arqueologia Pública, possibilitou compreender os significados que a população local atribui aos patrimônios arqueológico e mundial. Esses sentidos, em geral, envolvem aspectos históricos e sociais do passado colonial, que se acabam refletindo na contemporaneidade.

Tratar do patrimônio histórico e arqueológico da Cidade Velha implica refletir sobre os próprios conceitos de patrimônio, identidade e memória coletiva. Esses três aspectos são importantes para entender o diálogo e a visão dos interlocutores sobre a Cidade Velha. Como afirmam Funari e Carvalho (s/d, p.07), “Os patrimônios são importantes portadores de mensagens e são usados pelos autores sociais para produzir significado”.

Segundo Évora (2002, p.62), retratando o caso específico Cabo Verde,

[...] património é um conjunto articulado de realidades que se deve inserir na própria vida contemporânea e cuja defesa é uma responsabilidade não apenas do Estado, mas também das autarquias, dos cidadãos, de toda a sociedade civil cabo-verdiana.

Atualmente, quando se fala da Cidade Velha em uma perspectiva patrimonial, os diferentes agentes sociais usam diferentes significados conforme o tempo e o contexto em que estão inseridos. Questões de identidade e de pertencimento ao local, aliás, marcam sempre os discursos dos interlocutores: “aqui estão as minhas raízes” (António Pedro, 50 anos); “é o lugar onde eu nasci” (Rosalinda, 78 anos, junho de 2015).

Em relação ao patrimônio arqueológico, a maioria dos interlocutores colaborou em pesquisas arqueológicas na Cidade Velha ou, de algum modo, acompanhou as investigações ali realizadas. Todas as informações relativas ao patrimônio arqueológico advêm das experiências obtidas durante a participação em escavações. Os contatos mais frequentes com os objetos, da mesma maneira, ocorreram durante as escavações (Aires, 34 anos, pescador).

Em geral, a população está consciente de que o patrimônio arqueológico local corre riscos de destruição diariamente. O pouco cuidado que, muitas vezes, tem-se com o patrimônio é uma das atitudes que os próprios habitantes julgam destruidoras do patrimônio local. Reconhecem, ainda, que as ruínas constituem uma prova viva do passado da Cidade Velha e que devem ser preservadas para que futuras gerações possam ver e ouvir a história local.

A construção de casas em cima de estruturas antigas que fazem parte do patrimônio arqueológico da cidade é outro fator que contribui para a sua destruição. Ademais, é o tema que provoca mais conflitos entre a população e as entidades responsáveis pela preservação do patrimônio local.



Figura 38 – Pavimento original de uma estrutura antiga, existente no quintal de uma casa.

Foto: Sandra Samira Tavares Miranda, fevereiro de 2014. Arquivo pessoal.

Legenda: Esse registro fotográfico ocorreu em uma das visitas à Cidade Velha. No local, o quintal de uma casa, são visíveis os vestígios de um edifício que ali havia. Alguns materiais antigos foram aproveitados para novas construções, mas o piso original, em algumas partes, continua à mostra.

Essas situações são muito citadas na fala dos interlocutores (Rosalinda, 78 anos, julho de 2015; Albano, 56 anos, julho 2015). De acordo com Albano Gomes (56 anos), a maioria das casas construídas na Cidade Velha encontra-se erguida em cima das estruturas antigas. Isso se deve a que, antes dos anos de 1970, ninguém se preocupava em preservar os monumentos que integram o patrimônio cultural do país.

Somente na

[...] década de 90, pelo Edital n.º 4/93 de 27 de Abril de 1993, da Câmara Municipal da Praia, proibiu-se fazer reformas nas casas da Cidade Velha que não seguissem o estilo tradicional, cujos edifícios de dois ou mais andares vão contra o ambiente histórico que se quer criar e a política preconizada pela UNESCO que analisa as condições de inscrição na lista do patrimônio mundial da humanidade. A partir desse momento, delineava-se um campo conflitual (LUCAS; SILVA, 2009, p.49).

Diante dessa situação, para Albano Gomes (56 anos, julho de 2015) hoje é difícil proibir pessoas de construir as casas da maneira que quiserem. O cenário acaba criando tensão entre a população e as entidades responsáveis pela preservação do patrimônio cultural da Cidade Velha, considerada também Patrimônio Mundial da Humanidade.

Eu já ouvi informações de pessoas que durante as construções de casas, encontraram objetos e estruturas antigas, e, para que as autoridades não parassem as obras, continuaram as construções, descartando os materiais encontrados. Também existe pouca discussão em volta dos achados arqueológicos com a população local. Assim a história fica mal estudada porque cada vez que aparecerem novos materiais e houver um descuido com tais materiais, é uma história que se perde (interlocutor Albano Gomes, 56 anos).

Desta forma, segundo Charles Akibodé (Coordenador científico da comissão que preparou o dossiê para a candidatura da Cidade Velha a Patrimônio Mundial), a Cidade Velha corre risco de perder o título de Patrimônio Mundial. Isso é possível devido à maneira como as situações tomam rumo, que não seguem as recomendações do comitê da UNESCO (Entrevista realizada em 07/2015). Reverter esta situação, contudo, é um desafio coletivo a ser considerado e, para este propósito, a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial são de grande relevância.

3.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender que as pesquisas no âmbito da Arqueologia Etnográfica sobre o patrimônio arqueológico expressam uma complexa relação entre a população local e a cultura material e enfocam o significado que a população atribui a elas. A profunda relação explica-se pela convivência cotidiana

com o patrimônio arqueológico, incluindo os monumentos históricos. A etnografia auxiliou no desenvolvimento da seção etnográfica durante o percurso em campo e foi um importante método, cuja consulta tem aumentado no seio acadêmico. Neste trabalho, ela foi uma ferramenta relevante para registrar a reflexão sobre os significados do patrimônio arqueológico por parte da população local e, sem dúvida, pode servir de base para novas pesquisas.

No percurso em campo, a adoção do método etnográfico durante investigações arqueológicas permitiu conhecer os constantes discursos que circulam a respeito do patrimônio arqueológico da Cidade Velha. Por meio da pesquisa etnográfica, compreenderam-se as dinâmicas sociais da população local e a relação entre os habitantes e o patrimônio arqueológico da cidade. Os discursos são abrangentes, pois mencionam desde o reconhecimento da Cidade Velha como Patrimônio Mundial, patrimônio arqueológico até a necessidade da sua preservação.

No entanto, o turismo desenvolvido na cidade, que visa à obtenção de lucros, não traz benefícios efetivos para a população local, o que provoca um descontentamento nas pessoas. Somam-se a isso, ainda, as imposições quanto a como se deve proceder na construção de casas. Os habitantes da Cidade Velha admitem que o status de Patrimônio Mundial possa propiciar avanços em vários aspectos, mas observam que hoje não se beneficiam o suficiente com o título. Em muitos casos, não existe um reconhecimento do título de Patrimônio Mundial. Como afirma Aires (34 anos, pescador), “com o título de Patrimônio Mundial, nada mudou. A população ficou de perda, não podemos fazer nada sem ordens da Câmara Local e do Instituto do Patrimônio Cultural”.

Os interlocutores deste trabalho, e, de certo modo, a maior parte dos habitantes da cidade, carregam uma noção sobre o que é a Arqueologia. As descrições obtidas mais frequentemente citam “coisas antigas debaixo do chão” ou perguntam “não são referentes àquelas escavações feitas aqui em Cidade velha?”. A Arqueologia se relaciona com o passado e o patrimônio arqueológico é a prova material dessa história pretérita. Os objetos arqueológicos estão, de fato, presentes no dia-a-dia da população da Cidade Velha. Eles são vistos como parte do cotidiano, mas como oriundos de outra época. Estabelece-se, assim, a relação entre o passado e o presente com base no patrimônio arqueológico.

Há a necessidade de preservar os sítios arqueológicos para que as futuras gerações de cabo-verdianos tenham o direito à herança arqueológica e possam

valorizar o passado da região. O papel dos arqueólogos, nesse sentido, consiste em chamar a atenção do público e também das autoridades governamentais sobre a importância que os bens arqueológicos têm para a identidade local, regional e nacional, bem como para a interpretação sobre os lugares da memória (MACHADO et al., 2013, p.25). Com efeito, a população local tem consciência de que deve preservar o patrimônio para poder preservar sua própria história. Por isso, ela tem tomado parte nas limpezas pontuais de monumentos históricos dirigidos pela Câmara, nas quais, em geral, recolhe-se lixo do interior dos locais (Aires, 34 anos, pescador; Inês, julho de 2015). Dessa maneira, também existe uma preocupação constante, no que se refere à transmissão da história a gerações vindouras. Para António Pedro (julho de 2015), há uma necessidade urgente em divulgar a história da cidade às crianças e aos jovens, principalmente.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que a presente pesquisa foi de suma importância para o tema tratado, uma vez que possibilitou, em primeiro lugar, aprimorar conhecimentos sobre a primazia humana na ocupação do território de Cabo Verde. As discussões historiográficas referentes ao contexto sócio histórico cabo-verdiano são ainda muito recorrentes na literatura. Entretanto, muitos estudos defendem que a história de Cabo Verde seja vista a partir de perspectivas africanas, desligadas da visão eurocêntrica que a tem retratado. Essa discussão sobre quem teria sido o primeiro a ocupar o arquipélago, africano ou europeu, é uma das principais razões de conflito de identidade ainda um problema no país.

A Arqueologia, em particular, desempenha função crucial em novas descobertas e auxilia na (re) escrita da história de Cabo Verde, a partir do estudo de artefatos arqueológicos.

Para obter uma data aproximada da primeira ocupação humana do arquipélago não se pode basear-se em dados arqueológicos até o momento encontrados nas escavações no país. Elas se restringem somente em ruínas e arredores dos edifícios históricos construídos durante o período colonial. Com esta situação, propomos através de investigações em outras regiões do arquipélago, possivelmente de grande potencial arqueológico no sentido de buscar possíveis sítios pré-históricos.

A maioria das investigações arqueológicas desenvolvidas em Cabo Verde insere-se no âmbito da restauração e da preservação do patrimônio histórico. É possível perceber, contudo, que as investigações arqueológicas e a discussão em torno delas enfatizam apenas o patrimônio construído durante o período colonial. Com isso, todas as discussões em volta das investigações arqueológicas tendem a situar a cultura material a partir dos finais do século XV. Não existe um alargado projeto que envolva ou que proponha estudos em outras regiões do arquipélago, as quais podem tornar-se pontos de elevado valor arqueológico.

Devido a elementar pesquisa na área da Arqueologia da Escravidão no arquipélago, apresentamos alguns materiais, porém importantes, para demonstrar o grande potencial para estudos nessa área no contexto cabo-verdiano. Objetivou-se discutir as várias possibilidades de estudos sobre a materialidade negra, assim como as situações desumanas que os escravizados na ilha de Santiago se

encontravam vista a partir dos objetos que se usavam em castigos severos, permitindo-se desmistificar os ideais romantizados que se tem sobre a escravatura no arquipélago. Levou-se em consideração, para tanto, o período histórico colonial, marcado pelo tráfico de humanos submetidos à escravidão.

A Cidade Velha guarda os vestígios do período colonial mais preservado em todo arquipélago, ao menos até o momento. É uma região marcada pela escravatura, um lugar de memória, que é carregada pela cultura material. A história há muito vem sendo registrada, mas é ainda insuficiente. Constantemente, descobrem-se novos artefatos na cidade, que devem ser estudados, para que uma parte da história não desapareça sem registro nenhum. Todavia, alguns trabalhos estão sendo feitos, particularmente a partir da Arqueologia. Embora seja uma área ainda nova em Cabo Verde, as poucas discussões e descobertas, mostram-se interessantes à comunidade cabo-verdiana e à academia. Por isso, o Ministério da Educação deve esforçar-se em investir na Arqueologia, uma ferramenta a serviço da história, para o enriquecimento das origens da história de Cabo Verde.

Considera-se que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados. Por meio do método etnográfico, conheceu-se a relação entre a população local e o patrimônio arqueológico e mundial da Cidade Velha, focando o significado que aquela atribui a este. Ademais, forneceram-se evidências de que a Cidade Velha é propícia para o desenvolvimento de estudos da Arqueologia da Escravidão, a partir dos objetos que se relacionam fortemente com a escravatura ocorrida no país.

Os materiais apresentados ao longo do trabalho, que remontam ao período da escravatura, permitiram discutir a Diáspora Africana no contexto da Cidade Velha e a Arqueologia da Escravidão em geral. Aliás, toda a Cidade Velha expressa a Arqueologia da Escravidão, devido ao papel que exerceu no contexto do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas durante o período da colonização portuguesa.

Durante o percurso em campo, percebeu-se que existem várias situações do cotidiano da Cidade Velha que envolvem o patrimônio arqueológico, tendo sido uma das razões da atribuição de Patrimônio da Humanidade à cidade. De um lado, parte da população local dá a devida importância a esse patrimônio, talvez por percebê-lo como patrimônio estatal e não como herança cultural que pertence ao povo cabo-verdiano. De outro, existem habitantes que apontam a necessidade de preservação do patrimônio arqueológico, como forma de transmitir uma história viva de geração a

geração. As duas posturas não são necessariamente antagônicas, cabendo às instituições estatais, especialmente às responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, promover ações que ressaltem a relevância da preservação da Cidade Velha e, ao mesmo tempo, beneficiem a população local. A tarefa é complexa e a cada arqueólogo cabo-verdiano compete dar a sua contribuição, a fim de preservar um patrimônio histórico que representa uma fase da história do país.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Orgs.). *História Geral de Cabo Verde*. vol. 1. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, 1991.
- ALBURQUERQUE, L. de. *O descobrimento das ilhas de Cabo Verde*. In ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Orgs.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. 1. 2ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 2001.
- _____. *História Geral de Cabo Verde*. vol. 2. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995.
- _____. *História Geral de Cabo Verde*. vol. 3. 2ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 2001.
- ALMEIDA, J. M. (Org.). *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Arquivo Histórico Nacional, 1998.
- ALMEIDA, J. E. de. *O Escravo*. 2ª ed. ALAC – África, Literatura, Arte e Cultura, 1989. Disponível em: <https://app.box.com/s/5o4klvapee1wnlv799ep>. Acesso em: 03 dez. 2015.
- AMARAL, Ilídio do. *Cabo Verde: Introdução geográfica* in ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Orgs.). *História Geral de Cabo Verde*. Vol. 1. 2ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 2001.
- AMARO, C. *Escavações Arqueológicas na Cidade Velha*. In: *Oceanos*, nº 5, 1990. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ANDRADE, E. *Cabo Verde: de achamento à independência Nacional*. Breve resenha histórica, 1995.
- ANJOS, J. C. G. dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Cabo Verde: Instituto Nacional de Investigação Promoção e Patrimônio Cultural, INIPC, 2004.
- BAHN, P. *Arqueologia: uma breve introdução*. 1ª ed., Lisboa: Gradiva, 1997.
- BALANDIER, G. *A noção de situação colonial*. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Cadernos de Campo, 1993.
- BALENO, I. C. *Povoamento e formação da sociedade* in ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Orgs.) *História Geral de Cabo Verde*. Vol. 1. 2ª ed. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 2001.

BARCELOS, C. J. de S. *Subsídios para a História de Cabo Verde*. Cidade da Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2003.

BARTH, F. *Grupos Étnicos e suas fronteiras*. In: POTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias de Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-227.

BARROCA, M. J. (Org.). *O concheiro de Salamansa* (ilha de São Vicente, arquipélago de Cabo Verde): nota preliminar In: *PORTVGALIA* – Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Seção de Arqueologia). Porto: Nova Série, 2002.

BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e Vozes Ativas: cultura material como discurso social. In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 2007, p.71-114.

BETTENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. *História da Expansão Portuguesa*. 1.^a ed. vol. 1. Círculo de Leitores, 1998.

BEZERRA, M. As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. In: *Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, 2011, p.57-70.

BINFORD, L. R. *Archaellogy as Antropology*. American Antiquity, 1962.

_____. *Archaeology as Anthropology*. In: MARK P. L. (Org.). *Contemporary Archaeology*. Southern Illinois Press. 1973. p.93-101.

_____. *Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation*. American Antiquity, v. 45, nº 1, 1980. p.04-20.

BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Tradução de Pablo González Casanova e Max Aub. Buenos Aires, 1949.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BORBA, F. M. *Arqueologia da escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul, Santa Catarina*. 2013. 200f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

BRITO, K. Z. Estação arqueológica de potencial interesse histórico. In: *A Semana*. 3 de abril de 1998 (jornal semanário editado em Cabo Verde), 1998.

BRITO, M. R. *Reconversão do Sítio Histórico – Cidade Velha, Patrimônio Mundial, Interpretação da Fortaleza Real de São Filipe*. Dissertação de Mestrado. Praia: Universidade de Cabo Verde, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, 2011.

_____. *A Interpretação do Patrimônio Cultural - Pelourinho ou Picota da “Cidade Velha” Patrimônio da Humanidade*, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/2400936-Martinho-robalo-de-brito-director-da-salvaguarda-do-patrimonio-do-iipc-mestrando-em-patrimonio-e-desenvolvimento-pela-uni-cv.html>. Acesso em: 22 mar. 2014.

CABRAL, I. *Dos “homens honrados brancos” de Santiago à “nobreza da terra” – Finais do século XV-XVII*. Tese de Doutorado. Praia: Universidade de Cabo Verde, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, 2013.

CABRAL, A. *A Arma da teoria: Unidade e Luta*. v. 1. Lisboa: Seara Nova, V. I, 1976.

CABRAL, Iva. *Dos “homens honrados brancos” de Santiago à <nobreza da terra> Finais do século XV-XVII*. Tese (Doutorado), Universidade de Cabo Verde, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Praia, 2013.

CARDOSO, J. L; M, SOARES. A. M. A estação arqueológica de Salamansa (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde) In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. vol. 13, 2010, p.167-214.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARVALHO, C. A herança patrimonial e a política de conservação, balanço e perspectivas. In: SILVA, F. E. C. (Org.). *Cabo Verde, 30 anos de cultura*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

CARVALHO, C. A de. *Plano de Gestão 2008-2012*. Praia: Instituto do Patrimônio Cultural, 2008.

CARVALHO, A. de V.; FUNARI, P. P. A. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: *Anais do III Encontro de História da Arte*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

CARREIRA, A. *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. 3ª ed. Praia: IPC, 2000.

CORREIA E SILVA, Antônio. *A tributação nos primórdios da história de Cabo Verde (1460-1516)* in ALBURQUERQUE, L. de; SANTOS, M. E. M. (Orgs.). *História Geral de Cabo Verde*. vol. 1. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, 1991.

COSTA, D. M, “Abordagens Teóricas na Arqueologia Histórica Brasileira. Ciência e Cultura”, v. 65, 2013.

DEAGAN, K. Líneas de Investigación en Arqueologia Histórica. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 2, nº 1, 2008, p.63-93.

DEBARY, O. Segunda Mão e Segunda Vida: Objectos, Lembranças e Fotografias. *Revista Memória em Rede*, vol. 2, nº 3, 2010. p.27-45.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In FUNARI, P. A. A.; OLIVEIRA SCHIAVETTO, S. N. de. (orgs.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005, p.117- 132. Disponível em:

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=+Por+uma+arqueologia+socialmente+engajada:+arqueologia+p%C3%BAblica+%2C+universidade+p%C3%BAblica+e+cidadania>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. *Arqueologia Pantaneira: história e historiografia (18752000)*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

EVANS, C., STIG SORENSEN, M. L.; HILL, J. D.; RICHTER, K.; BRUDENELL, M.; HALL, A.; WILSON, J. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations*. 2006.

_____.; _____.; _____.; _____.; CESSFORD, C.; HALL, A; SEETAH, K. *Cidade Velha, Cape Verde, Archaeological Excavations*. 2007.

_____.; _____. *Cidade Velha, Cape Verde – Archaeological Fieldwork*. 2009 – 2010.

ÉVORA, J. S. *O património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão*. In: *Revista Africana*, nº 24, 2002.

_____. *O Futuro da Arqueologia em Cabo Verde & Outras reflexões sobre a história e o Património das ilhas*. Arquivo Nacional de Cabo Verde, 2015.

EWBSTER, G. S. *Culture History: A Culture-historical Approach*. In: BENTLEY, R. A.; MASCHNER, H. D. G.; CHIPPINDALE, C. (Orgs.). *Handbook. of Archaeological Theories*. New York: Altamina Press, 2008. p.11-27.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Tradução de Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FENNEL, C. *Identidade de Grupo, Criatividade Individual e Geração Simbólica na Diáspora Bakongo. Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, vol. 7, 2013. p.175-216.

FERNANDES, G. *Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde*. Florianópolis: Editora da UFSC; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

FERNANDES, H. J. *O património arqueológico no solo urbano: o caso Cidade Velha, Património da Humanidade*. Cabo Verde, s/d. Disponível em: http://www.iipc.cv/ficheiros/1_artigo_Jair.pdf. Acesso em: 06 jun. 2013.

FERREIRA, L. M. *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*. Projeto de pesquisa, UFPel, 2009.

_____. *Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces*. In: *Vestígios*. Revista latino-americana de arqueologia histórica. v. 3, 2009. p.07-23. <http://vufind.uniovi.es/Record/ir-ART0000497930/Details> Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana*. In: *MÉTIS: história e cultura*. v. 8, nº 16, 2009. p.167-275. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/961/682> Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Essas coisas não lhes pertence: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades*. *Revista de Arqueologia Pública*, nº 7, Campinas-São Paulo, 2013. p.87-106. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/ferreira-2013.pdf> Acesso em: 02 fev. 2015.

_____.; CORZO, G. L. R. *Símbolo Não Escolhido: Abordagens sobre a cultura material da Escravidão e Seu legado*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013. p.29-45.

FREIRE, Verónica. *A experiência Cabo-verdiana no domínio do Patrimônio*. Africana Especial. Porto: Arquivo Nacional de Cabo Verde-Universidade Portucalense, 1993.

FONSECA, C. *Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1998. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24781999000100005&script=sci_abstract. Acesso em: 03 jan. 2016.

FONSECA, M. N. S. *Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa*, s/d. Disponível em: http://www.ich.pucminas.br/posletras/Nazareth_panorama.pdf Acesso em: 05 dez. 2015.

FUNARI, P. P; JONES, S; HALL, M. Introduction: Archaeology in History. In: *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, 1999. p.01-20.

FUNARI, P. P. A. *Os antigos habitantes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

_____. Pedro Paulo, *Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica*, Menme, Revista Humanidades, 2005.

_____. *A Arqueologia*. 2º ed., São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Pedro. Paulo. 3ºed. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2012.

FLANNERY, K. *El marshalltown de oro: una parábola para la arqueología de la década de 1980*.

FREIRE, Verónica dos Santos Reis (1997) - Protecção do Património Cultural Construído. *Cultura*, Cabo Verde, nº 1, 1999. p.18-24, 1999.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 34ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

GEERTZ, Clifford Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GILROY, P. *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM (Centro de Estudos Afro-Asiáticos), 2001.

GIORDANI, M. C. *História da África anterior aos descobrimentos*. Idade Moderna I. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

GOMES, L. O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: O caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde – In: *Revista de Ciências Humanas* da Universidade Federal de São Luís do Maranhão, nº 2, 2006.

GOMES, F. F. *Pan-africanismo, historiografia e educação: experiências em Cabo Verde e no Brasil*, 2014.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. In: Gonçalves, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em http://nauui.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em 18 fev. 2016.

_____. Teorias Antropológicas e Objetos Materiais. In: Gonçalves, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2007. p.13-42. Disponível em http://nauui.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf. Acesso em 18 fev. 2016.

Antropologia dos objetos : coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007. 256p. -(Museu, memória e cidadania)

GOSDEN, C. What do Objects Want? In: C. Cameron; J. M. Skibo (ed.) *Journal of Archaeological Method and Theory*, vol. 12, n º3, 2005. p.93-211.

GUIMARÃES, G. Que Arqueologia para Cabo Verde? In: *Revista Africana*, nº6 Especial, Universidade Portucalense/Arquivo Histórico Nacional, 2001.

HALL, M. SILLIMAN, S. W. Introduction: Archaeology of Modern World. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. (Orgs.). *Historical Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p.01-22

HAMILAKIS, Y; ANAGNOSTOPOULOS, A. Public archaeology: archaeological ethnographies. In: *Public Archaeology*, nº 8, 2009. p.65-87.

HODDER, I. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

HUME, I. N. The Why, What, and Who of Historical Archaeology. In: *Historical Archaeology: A Comprehensive Guide for Both Amateurs and Professionals to the Techniques and Methods of Excavating Historical Sites*. New York: Alfred Knopf, 1969.

JUAN ARES, J. de; CÁCERES Y., G. *Restabelecimento do passado: Investigações arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe*. Cabo Verde. Fortalezas, gente e paisagem. Agencia Espanhola de Cooperacion Internacional. Ministério da Cultura de Cabo Verde, 2000.

KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. Mem Martins: Europa, América, 1999.

_____. *História da África: Metodologia e pré-história da África*. 2ª. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

LATOUR, B. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? In: *Configurações*. nº 2, 2006. p.11-27.

_____. Tercera Fuente de Incertidumbre: los objetos también tienen capacidad de agencia. In, *Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008. p.95-128.

LEVI-STRAUSS, C. Pensamento “primitivo” e mente “civilizada”. In: *Mito e Significado*. Lisboa: Ed. 70., 2000. p.29-39.

LIMA, T. A. Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. In: *Ciências Humanas*. v. 6, 2010.

LOPES FILHO, J. *Vozes da Cultura Cabo-verdiana*. Lisboa: Ulmeiro, 1998.

_____. *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: Instituto Superior de Educação, 2003.

_____. *Cabo Verde: Abolição da Escravatura, subsídios para estudos*. Praia, 2006.

_____. *A Capela do Pico Vermelho em Santiago: Centro Cultural Português*. Praia, 2005.

LUCAS, M. E.; SILVA, S. B. (Orgs.). *Ensaio etnográfico na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*. vol. 1. 2009.

MACHADO, G., et al. *Educação Patrimonial e Arqueologia Pública: experiências e desafios*. Prefeitura Municipal, Fundação Cultural, Museu Arqueológico de Sambaqui. Itajaí: Casa Aberta, 2013.

MAESTRI, Mário. *A Servidão Negra*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: 1978.

MEILLASSOUX, C. *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Tradução de Lucy Magalhaes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*. nº 34, 2008. p.287-324.

MIRANDA, C. B. *Patrimonialização de Testemunhos de Morgadio na Ribeira dos Engenhos*: O Morgado Telhal. Dissertação de Mestrado. Praia: UNICV, 2011.

MIRANDA, S. S. Tavares. *O Sistema Vincular em Santiago*. Do surgimento à extinção: o caso de Santa Catarina. Monografia. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2013.

MONIZ, E. A. V. *Africanidades e eurocentrismos em pelejas culturais e educacionais no fazer-se histórico do Cabo Verde*. São Paulo: PUC – SP, 2007.

_____. *Africanidades versus europeísmos: pelejas culturais e educacionais em Cabo Verde*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.

MORAES, I. P. *Do tempo dos Pretos dantes aos Povos do Aproaga*: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2012.

NEVES, B. *Sistemas de Solidariedade em Cabo Verde*: Santa Casa da Misericórdia da Ribeira Grande, Confrarias e Poder (1500-1834). Tese de Doutorado. Porto: FLUP, 2011.

NIANE, D. T. (Org.) *História geral da África*: África do século XII ao XVI. vol. 4. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas 1872-2000 in *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/44a/02-francisosilva.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

OGOT, B. A (Org.) *História geral da África*: África do século XVI ao XVIII. vol. 5. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, C. E. de. *Cabo Verde na rota dos naufrágios*. Praia: Edição do autor, 2005.

ORSER, C. E. *A Historical Archaeology of the Modern World*. Nova Iorque: Plenum Press, 1996.

_____.; FUNARI, P. P. Arqueologia da Resistência Escrava. In: *Cadernos de LEPAARQ*. Universidade Federal de Pelotas, 2004.

_____. Twenty-First-Century Historical Archaeology. In: *Journal of Archaeological Research*. nº 18, 2010.

_____. The Archaeology of Poverty and The Poverty of Archaeology. In: *Journal of Historical Archaeological*. nº 15, 2011. p.533-543.

PAIVA, et al. “Uma baforada sim sinhô”: cachimbos de escravos para se entender as dinâmicas socioculturais da diamantina oitocentista. In: *Revista Tarairiú*. vol. 1, nº 9. Campina Grande, 2015.

PARDI, M. L. F. A preservação do patrimônio Arqueológico e o Turismo. In: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº 33. Brasília: IPHAN, 2006.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

PEÑA, C. G. *Cabo Verde: Fortaleza, Gente e Paisagem*. Bilbao: AECl e MCCV, 2000.

PEREIRA, D. A. *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. 1ª ed. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

_____. *Marcos cronológicos da Cidade Velha*. 2ª ed. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.

_____. *Importância histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago, Cabo Verde)*. Praia: IBN, 2004.

_____. *Estudos da História de Cabo Verde*. Praia: Alfa-comunicações, 2005.

PEREIRA, E. A. C. *Política e Cultura: as Revoltas dos Engenhos (1822), de Achada Falcão (1841) e de Ribeirão Manuel (1910)*. Praia: INCV, 2013.

PINA, A. D. de; PINA, C. de. Vestígios de ocupação antiga em Salamansa. In: *A Semana*. 1998.

PIRES, F. *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-Formal do Espaço (séc. XVIII)*. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2007.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología: Teoría, Métodos y Práctica*. Madrid: Akal, 1993.

_____.; _____. *Arqueología: Teoría, Métodos y Práctica*. 2ª ed. Tradução de María Jesús Mosquera Rial. Madrid: Akal, 1998.

RESENDE, T. A. G. de. Colonialismo e Cabo Verde: discussões sobre a colonização portuguesa na África (1950 e 1960). In: *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 6, nº 2, 2014. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2014.

RICHTER, K. A. *A primeira igreja construída nas latitudes tropicais*. 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306962837_ARQUIVO_III_A_primeira_igreja_construida_nas_latitudes_tropicais-3%5B2%5D.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS, M. E. M. (Org.). *História Concisa de Cabo Verde*. 1ª ed. Lisboa e Praia: IICT/IIPC, 2007.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SEMEDO, N. L. V. *Cidade Velha: Patrimônio, Musealização e Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde*. Dissertação (Mestrado em Turismo, Recursos Locais, Animação e Desenvolvimento) - Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, 2010.

SEMEDO, M. B. *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

SENNA, M. R. L. de. *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde*. 1987.

SILVA, A. da C. e. *1931 – A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, F. E. C. (Org.). *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: INBL, 2005

SILVA, C. A. e. *Combates pela História*. Praia: Spleen, 2004.

SOLTYS, F. A. *Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na Arqueologia Pública*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciência, 2010.

SOUTH, S. Theoretical Foundation. In: *Method and Theory in Historical Archaeology*. New York: Academic Press, 1977.

SHANKS, M. Post-Processual Archaeology and After. In: BENTLEY, R. A; MASCHNER, H. D. G; CHIPPINDALE, C. (Orgs.). *Handbook. of Archaeological Theories*. New York: Altarmina Press, 2008. p.133-144.

SYMANSKI, L. C. P. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). In: *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. vol. 1, nº 2, 2007.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural*, 2009. p.01-29.

_____. A arqueologia da Diáspora Africana nos Estados Unidos e no Brasil: problemáticas e modelos. In: *Revista Afro-Ásia*. nº 49, 2014. p.159-198.

TEDESCO, G. V. de L. *Projectos de Memória e Identificação de Negros Ceramistas em Vila Boa de Goiás (Séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás, 2013.

TOLENTINO, A. C. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2006.

TORRÃO. Maria Manuel Ferraz. Atividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução in *História Geral de Cabo Verde*. vol. 1.

Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, 1991.

TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. 2ª ed. Odysseus, 2011.

VIEIRA, A. *As ilhas, as rotas oceânicas, os descobrimentos e o Brasil*. s/d. Disponível em: <http://www.madeira-edu.pt/ceha/>. Acesso em: 12 nov. 2015.

VIGOTSKI, L. S.. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O conceito de sociedade em antropologia: um sobrevôo*, 2005.

WAGNER, R. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naif, 2012.

WATSON, P. J. Archaeology, Anthropology, and the Culture Concept. In: *American Anthropologist*. vol. 97, nº 4, 1995. p.683-694.

_____. Processualism and After. In: BENTLEY, R. A; MASCHNER, H. D. G; CHIPPINDALE, C. (Orgs.). *Handbook of Archaeological Theories*. New York: Altamina Press, 2008. p.29-37.

APÊNDICE

Guia de entrevista

Devido à importância da pesquisa etnográfica num trabalho desta envergadura, resolvemos então ir a campo fazer entrevistas à população da Cidade Velha.

1. Identificação

Nome:

Idade:

Profissão:

Mês:

2. Questões

1. O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DA CIDADE VELHA

1.1. O que entendes por Arqueologia?

1.2. Quais são os principais monumentos existentes na cidade?

1.3. Em quais desses monumentos já fizeram escavações?

1.4. Alguma vez já participou nos projetos para a preservação dos monumentos ou dos sítios arqueológicos existente na cidade?

1.5. Tens acompanhado as escavações arqueológicas realizadas na Cidade Velha? De que forma?

1.6. O quê que o governo do país e particularmente Câmara local e Instituto do Patrimônio Cultural têm feito para a preservação do patrimônio local? Essas duas últimas instituições têm feito algum trabalho junto à população no sentido de vos ajudar a preservar o patrimônio local?

1.7. Qual o papel da população da Cidade Velha na preservação do Patrimônio Arqueológico existente na Cidade Velha?

1.8. O que entendes por Patrimônio/Patrimônio histórico?

1.9. Como vê a Cidade Velha como Patrimônio Mundial da Humanidade?

- 1.10. Que benefícios (se é que tem) o título do Patrimônio da Humanidade trouxe para população local?

ANEXO

Anexo A

Dimensões das 10 ilhas e ilhéus do arquipélago de Cabo Verde.

Ilhas e ilhéus		Dimensões máximas (m)			Superfícies aproximadas (km ²)
		Comprimento	Largura	Altitude	
Grupo de barlavento	Santo Antão.....	42 750	23 970	1 979	779
	S. Vicente	24 250	16 250	725	227
	Santa Luzia	12 370	5 320	395	35
	Branco	3 975	1 270	327	3
	Raso	3 600	2 770	164	7
	S. Nicolau.....	44 500	22 000	1 304	343
	Sal	29 700	11 800	406	216
	Boavista.....	28 900	30 800	387	620
Grupo de sotavento	Maio	24 100	16 300	436	269
	Santiago.....	54 900	28 800	1 392	991
	Fogo	26 300	23 900	2 829	476
	Brava	10 500	9 310	976	64
	Grande	2 350	1 850	95	2
	Luís Carneiro	1 950	500	32	0,22
	Cima	2 400	750	77	1,15
Arquipélago.....		—	—	—	4 033,37

Fonte: (SANTOS (Coord.), 2007, p.4)

Anexo B

Cidade Velha – Os Sítios Escavados



Fonte: (EVANS, et al., 2007, p.3)